



## ENERGIA E CRISE FINANCEIRA

Pesquisadores anunciam cana 38% mais produtiva (Folha de S. Paulo) 08/10/09 .....	3
Painel (Folha de S. Paulo) 08/10/09.....	3
Estatal investe US\$ 60 milhões em poço "seco" no sul da Bahia (Folha de S. Paulo) 08/10/09 .....	4
Sem caixa, governo segura restituições (Folha de S. Paulo) 08/10/09 .....	5
Crise causa memória curta (Folha de S. Paulo) 08/10/09 .....	6
EMPRESA DE EIKE ANUNCIA DESCOBERTA NA BACIA DE CAMPOS (Folha de S. Paulo) 08/10/09 .....	6
Emprego na indústria cresce em agosto (Folha de S. Paulo) 08/10/09.....	7
Planalto quer neutralizar TCU para destravar obras da Copa e do pré-sal (O Estado de S. Paulo) 08/10/09 .....	7
BNDES libera R\$ 6 bi a mais para governadores (O Estado de S. Paulo) 08/10/09 .....	8
"Rali" do real preocupa governo (O Estado de S. Paulo) 08/10/09.....	8
Mercado espera nova onda de IPOs no País em 2010 (O Estado de S. Paulo) 08/10/09 .....	9
Chevron reclama de leis do pré-sal (O Estado de S. Paulo) 08/10/09 .....	10
Petrobrás planeja nova fábrica de fertilizantes (O Estado de S. Paulo) 08/10/09 .....	11
ESCLARECIMENTO (O Estado de S. Paulo - Cartas) 08/10/09.....	11
FGV: IPC-S acelera para 0,25% na 1ª prévia de outubro (Estadão Online 08:28h) 08/10/09.....	12
Consumidores livres temem redução da oferta no longo prazo (Valor Econômico) 08/10/09 .....	12
Revisão de concessões (Valor Econômico) 08/10/09 .....	13
Concessionárias pedem extensão dos contratos (Valor Econômico) 08/10/09.....	15
Especialista alerta para carência de normas (Valor Econômico) 08/10/09.....	15
Estatal busca novas plataformas para exploração no Nordeste e no Norte (Valor Econômico) 08/10/09 .....	17
Projeto de Belo Monte deve ser aprovado em 2 semanas (Valor Econômico) 08/10/09 .....	17
Adesão a nova tecnologia gera ganho de eficiência (Valor Econômico) 08/10/09 .....	18
Discussão abre a chance de rever as distorções de preço (Valor Econômico) 08/10/09 .....	18
Para grandes consumidores, mercado livre está em risco (Valor Econômico) 08/10/09.....	20
Incertezas podem prejudicar investimentos no setor (Valor Econômico) 08/10/09 .....	21
Prós e contras de licitar e prorrogar (Valor Econômico) 08/10/09.....	23
Gás boliviano (Valor Econômico) 08/10/09 .....	24
Iluminação (Correio Popular – Correio do Leitor) 08/10/09.....	24
GESTÃO ENERGÉTICA (Correio Popular – Caderno C) 08/10/09.....	24
EPE assegura que pré-sal não reduzirá pesquisas sobre energias renováveis (CanalEnergia) 07/10/09 .....	24
Belo Monte: projeto básico pode ser aprovado em até duas semanas, diz Hubner (CanalEnergia) 07/10/09 .....	24
Estudo defende soluções locais para exercício do direito ao acesso à energia (CanalEnergia) 07/10/09 .....	25
Equatorial ON encerra em alta de 2,24% (CanalEnergia) 07/10/09 .....	25
MP 466, aprovada pela Câmara, muda pouco e continua a onerar consumidor, segundo Abrace (CanalEnergia) 07/10/09 .....	26
Copel realiza leilão de venda de 67 MWmed (CanalEnergia) 07/10/09 .....	27
Terna terá assembleia para escolha de novos conselheiros (CanalEnergia) 07/10/09 .....	27
Reservatórios do Norte atingem 52% do volume armazenado (CanalEnergia) 07/10/09 .....	27
Parque eólico de Jaguarão recebe licença de instalação do Ibama(CanalEnergia) 07/10/09.....	28
Subsidiária da Cemig realiza leilão de compra de energia no curto prazo (CanalEnergia) 07/10/09.....	28
Nova plataforma para energia de reserva deve operar em janeiro, segundo CCEE (CanalEnergia) 07/10/09.....	28
Concessões: ABCE e Abrace defendem prorrogação em audiência na Câmara (CanalEnergia) 07/10/09 .....	28

Energias do Brasil ON registra queda de 2,41% (CanalEnergia) 07/10/09.....	29
CEEE-GT receberá ressarcimento por prestação de serviço ancilar (CanalEnergia) 07/10/09 .....	29
CPI das Tarifas terá sessão com Nelson Hubner (CanalEnergia) 07/10/09 .....	30
Cemig PCH promove leilão de compra de 2,02 MWmed (CanalEnergia) 07/10/09.....	30
Gás natural importado no Sudeste saiu a US\$ 4,3389 por milhão de BTUs em agosto (CanalEnergia) 07/10/09....	30
Energisa pretende emitir units (CanalEnergia) 07/10/09 .....	30
UHE Santo Antônio é tema de palestra em São Paulo neste mês (CanalEnergia) 07/10/09 .....	31

## **SINDICAL**

Condsef participa de audiência no Ministério da Saúde para discutir situação dos servidores (CUT Nacional) 08/10/09 .....	31
Para Ipea, Brasil ainda vai levar 20 anos para erradicar analfabetismo (CUT Nacional) 08/10/09.....	32
Pressão da CUT no Congresso (CUT Nacional) 07/10/09 .....	33
Audiência Pública na Assembleia de SP (CUT Nacional) 07/10/09 .....	33
Petroleiros (CUT Nacional) 07/10/09 .....	34
Nesta quarta-feira (CUT Nacional) 07/10/09 .....	35
Manifestação (CUT Nacional) 07/10/09 .....	36
Novo presidente do Observatório Social fala sobre futuro da instituição (CUT Nacional) 07/10/09 .....	37
Tarifa extorsiva de energia foi o 'incentivo' à privatização do setor (CUT Nacional) 07/10/09.....	38
CUT/SP realiza debate sobre o direito da criança à creche (CUT Nacional) 07/10/09 .....	40
Seminário no ABC debate fórmula para implementar trabalho decente na região (CUT Nacional) 07/10/09 .....	41
Estado de sítio continua em vigor em Honduras (CUT Nacional) 07/10/09 .....	42
Canto de Mercedes Sosa inspirou resistência à tirania (CUT Nacional) 07/10/09 .....	43
Feira Sustentável reúne agricultura familiar, pesca, economia solidária e energias renováveis (CUT Nacional) 07/10/09 .....	44
Estudo mostra que diferença de renda entre mulheres e homens no campo diminuiu (CUT Nacional) 07/10/09 .....	45
Assembleia Legislativa do RS convoca Conferência Estadual de Comunicação (CUT Nacional) 07/10/09 .....	46
Nesta quinta (8): caravana em defesa do SUS ocupa Alesp (CUT SP) 07/10/09 .....	47
Conferência Paulista de Comunicação terá apenas verba federal (CUT SP) 07/10/09.....	48
Creches são direito constitucional, destaca ex-secretária de Educação (CUT SP) 07/10/09 .....	50

## **Pesquisadores anunciam cana 38% mais produtiva (Folha de S. Paulo) 08/10/09**

Se for considerado só o nível de sacarose, ganho com variedade de cana sobe 47%

Investimento em centro de pesquisas mantido por aproximadamente 200 usinas consome R\$ 30 milhões em três anos

LUCAS REIS  
DA FOLHA RIBEIRÃO

O CTC (Centro de Tecnologia Canavieira), órgão mantido pela indústria sucroalcooleira, anunciou ontem, em Ribeirão, duas novas variedades de cana-de-açúcar que, segundo os pesquisadores, vão aumentar em até 38% a produtividade das lavouras. Ou seja, plantando a mesma quantidade de cana, os proprietários vão produzir mais açúcar e mais álcool. Trata-se da CTC 19, recomendada para colheita do meio ao final da safra e com desempenho 11% maior que as variedades mais usadas em campo, e da CTC 20, considerada pelos pesquisadores a cana "mais produtiva" já desenvolvida no país, com desempenho até 38% superior a outros tipos. Levando-se em conta o nível de sacarose, o ganho com a CTC 20 está estimado em 47%.

"As variedades vão aumentar a produção. Traduzindo, o produtor vai plantar a mesma quantidade de cana, mas terá uma produção maior. O produtor vai conseguir aumentar a produção dele na cana, no mesmo volume e na mesma extensão de terra. Isso tem vantagens na rentabilidade", disse Nilson Zaramella Boeta, diretor-superintendente do CTC. As duas variações, segundo os pesquisadores, são mais resistentes a doenças como ferrugem e amarelecimento. É a quinta geração de variedades de cana lançada pelo CTC, cuja sede fica em Piracicaba, num investimento de mais de R\$ 30 milhões entre 2006 e 2009, de acordo com os pesquisadores.

Segundo Boeta, a produtividade da cana deve aumentar ainda mais nas próximas décadas -cerca de 40%. "Nunca tivemos um material com resultados parecidos como esses [CTC 19 e CTC 20]. E a tendência é que essas variedades, no futuro, passem a ser substituídas por outras variedades mais competitivas", afirmou.

A produtividade média obtida na safra 2008/09, na região centro-sul do país, foi de 137 quilos de ATR (Açúcar Total Recuperado) por tonelada. Ao mesmo tempo, a média de etanol produzido foi de 86,7 litros por tonelada de cana.

O CTC é mantido por cerca de 200 unidades produtoras de açúcar, álcool e energia, atendendo 12 mil fornecedores e desenvolvendo e repassando novas tecnologias do setor a seus associados.

## **Painel (Folha de S. Paulo) 08/10/09**

RENATA LO PRETE - painel@uol.com.br

Virado à paulista

Diante da dificuldade de derrotar Orestes Quércia numa disputa direta pelo controle da seção paulista do PMDB, Michel Temer examina a possibilidade de decretar intervenção do Diretório Nacional, presidido por ele, caso o ex-governador, aliado a José Serra (PSDB), insista em dificultar a aliança do partido com Dilma Rousseff (PT). Minoria em São Paulo, Temer tem folgada maioria na direção nacional. O discurso para justificar a medida extrema seria o de que o diretório de SP contraria a "política nacional de alianças".

Por ora, a ameaça visa evitar que Quércia amplie sua rebelião, como ameaçava fazer ontem, pós-jantar dos aliancistas com Dilma. "Se os dissidentes respeitarem seus limites, sem problema", diz um aliado de Temer.

-----  
Curto... Recém-filiado, Henrique Meirelles não foi chamado para o jantar. Explicação oficial: só foram os ministros "políticos" do PMDB. Recado subliminar: cristão novo, o presidente do BC não é considerado pelos pares como opção para vice de Dilma.

...e grosso. De um dos comensais, sobre a hipótese Meirelles na vice, acalentada por alguns no governo: "Esqueça. Não vai acontecer".

Fresta. De outro participante do jantar, ao defender que a pré-aliança não impedirá o PMDB de mudar de ideia mais adiante se julgar conveniente: "Há sempre um caminho para o arrependimento".

Garfo... No jantar de Dilma com o PDT não se falou só da aliança nacional. O partido lembrou que espera o apoio do PT-PR, base do ministro Paulo Bernardo (Planejamento), à candidatura do senador Osmar Dias ao governo.

...e faça. Como ninguém é de ferro, a oportunidade também serviu para reivindicar que Paulo Bernardo acelere o pagamento de emendas dos deputados pedetistas.

É pique. Embora a agenda com Lula seja amanhã, Dilma irá hoje à Bahia festejar os 70 anos de Haroldo Lima (PC do B), presidente da Agência Nacional do Petróleo. Um cacique do PMDB comenta: "E ainda tem quem ache que os comunistas vão de Ciro".

A casa é sua. Na contramão de Marta Suplicy, Aloizio Mercadante faz coro aos que dão boas vindas a Ciro Gomes em São Paulo: "Ele foi um companheiro fiel e está no nosso campo. Assim como o PSB deixou uma porta aberta para apoiar a Dilma, o PT tem de deixar a porta aberta para apoiá-lo ao governo".

Separatistas. A crise no governo Yeda Crusius rachou o PMDB gaúcho. Eliseu Padilha defende que o partido continue a sustentar a tucana, enquanto Pedro Simon, que tinha cargos na máquina, agora quer que a sigla desembarque.

Trator. O primeiro alvo ruralista na Câmara é Nelson Marquezelli (PTB-SP). O deputado, um dos que retiraram a assinatura da CPI do MST, recebeu doações do agronegócio em 2006. A Cutrale, que agora teve um de seus laranjais destruído pelos sem-terra, destinou-lhe R\$ 40 mil.

Guerra e paz. PT e PMDB trocaram sopapos na CPI da Conta de Luz. Petistas tentavam evitar quebras de sigilos de ex-diretores da Aneel. E o relator Alexandre Santos (PMDB-RJ) apontava influência de José Dirceu na defesa da Celpe, a companhia energética de Pernambuco.

Questão de fé. O judeu e neotucano Marcelo Itagiba (RJ) enviou carta à direção do PMDB na qual aponta como um dos motivos para sua saída o fato de a sigla apoiar um governo que "insiste em manter relação" com o presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, que nega o Holocausto.

RT. Após deixar a administração Kassab, o ex-secretário das Subprefeituras Andrea Matarazzo resolveu submergir. "Para falar com ele, só pelo Twitter", explica um amigo.

-----  
com VERA MAGALHÃES e SILVIO NAVARRO

Tiroteio

"O ataque ao laranjal em São Paulo é uma metáfora do atual governo, que usa entidades laranjas para financiar o MST."

-----  
Do deputado ONYX LORENZONI (DEM-RS), sobre a destruição de uma plantação de laranja por sem-terra que invadiram fazenda da Cutrale no interior paulista.

Contraponto

Regras claras

Deputados e senadores jantavam anteontem com Nelson Jobim e o comandante da Aeronáutica, Juniti Saito, para debater as diferentes opções de caça que o Brasil poderá comprar. Diante da sucessão de questionamentos, o ministro da Defesa tentou serenar os ânimos:

-Isso pode acabar sendo bom para o país!

Rocha Loures (PMDB-PR) pegou carona:

-É como no casamento, ministro!

Mas Jobim prontamente estabeleceu a diferença:

-Olha, lá em casa é tudo muito claro... quem manda mesmo é a minha mulher!

## **Estatual investe US\$ 60 milhões em poço "seco" no sul da Bahia (Folha de S. Paulo) 08/10/09**

DA SUCURSAL DO RIO

A Petrobras investiu US\$ 60 milhões na perfuração de um poço cujo objetivo era chegar, pela primeira vez, à camada de pré-sal da bacia do Jequitinhonha, no sul da Bahia, mas a estatal não obteve sucesso na exploração dessa área. No jargão da indústria do petróleo, o poço deu "seco" -ou seja, não surgiram indícios de petróleo ou gás. Ainda assim, a estatal pretende investir outros US\$ 60 milhões na perfuração de um segundo poço no pré-sal dessa bacia, em área terrestre.

Apesar do insucesso inicial, o diretor de Exploração e Produção da Petrobras, Guilherme Estrella, disse que a bacia do Jequitinhonha é promissora -embora menos que a bacia de Santos, onde ocorreram as grandes descobertas recentes da Petrobras- e defendeu a continuidade das perfurações na região.

A prospecção do pré-sal na Bahia foi divulgada, primeiramente, pelo governador do Estado, Jaques Wagner (PT), no final do mês passado. Logo depois, o presidente da Petrobras, José Sergio Gabrielli, confirmou que as perfurações estavam em curso. (PS)

## **Sem caixa, governo segura restituições (Folha de S. Paulo) 08/10/09**

Fazenda manda Receita adiar parte das restituições de IR para 2010 após alerta do Tesouro por causa da queda na arrecadação

Dos cerca de R\$ 15 bilhões previstos para serem restituídos até dezembro, R\$ 3 bilhões só deverão ser liberados no ano que vem

LEONARDO SOUZA  
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O governo federal começou a atrasar o pagamento das restituições do Imposto de Renda das pessoas físicas, em sua grande maioria trabalhadores da classe média, para compensar parte da queda de arrecadação de tributos neste ano. A ordem foi dada à Receita Federal pelo Ministério da Fazenda.

De aproximadamente R\$ 15 bilhões que seriam inicialmente devolvidos até dezembro, cerca de R\$ 3 bilhões só deverão ser liberados no primeiro trimestre do ano que vem.

Segundo a Folha apurou, a decisão foi informada à cúpula do fisco, no final de maio, pelo secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Machado, depois de um pedido do secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin.

A Folha conversou por telefone com Augustin na manhã de ontem, mas, ao ser informado do assunto, ele pediu para que a assessoria da Fazenda fosse acionada. Apesar dos reiterados pedidos de esclarecimento feitos pela reportagem, o ministério não ligou de volta até o fechamento desta edição.

O artifício de retardar as devoluções do IR foi posto em prática rapidamente. De junho a outubro houve um recuo de 21,7% nas restituições em comparação com igual período do ano passado -de R\$ 7 bilhões para R\$ 5,48 bilhões. As maiores reduções foram em agosto e setembro, quando os valores devolvidos aos contribuintes foram diminuídos a menos da metade dos números de 2008.

Ontem foi liberado mais um lote de restituição, com redução de 20% em relação ao mesmo mês do ano passado.

A devolução do IR se dá quando o contribuinte paga mais imposto do que devia, gerando um saldo a ser recebido do governo. As restituições são feitas de junho a dezembro, com as devoluções referentes às declarações retidas em malha fina podendo ser estendidas para os anos subsequentes.

Esta é a segunda medida adotada pela Receita neste ano relacionada à restituição do IR. Conforme a Folha publicou anteontem, também para elevar a arrecadação, o fisco apertou o cerco contra fraudes praticadas pela classe média.

### **Contas não fecham**

Depois de quatro meses seguidos de queda na arrecadação de impostos, provocada principalmente pela crise global, o Tesouro percebeu que as contas do governo não fechariam neste ano se nada fosse feito.

Em maio, o presidente Lula assinou um decreto de revisão de arrecadação (excluindo-se receitas previdenciárias) com R\$ 49 bilhões a menos do que a estimativa enviada ao Congresso no ano passado -de R\$ 522 bilhões para R\$ 473 bilhões.

Em junho, diante dos valores efetivamente cobrados pelo fisco até então, a projeção da arrecadação feita pela Receita para o ano ficou ainda menor -de R\$ 465,78 bilhões.

Segundo documento interno do fisco obtido pela Folha, em julho os auditores foram obrigados a fazer um novo cálculo do recolhimento de tributos para 2009, jogando mais para baixo ainda a previsão: R\$ 446,7 bilhões.

Naquele mesmo mês, o Tesouro solicitou à Receita uma arrecadação com R\$ 19 bilhões a mais do que a estimativa então feita pelo órgão. Sem esse dinheiro, pela análise do Tesouro, as contas do governo não fechariam.

Do contrário, a saída seria ou promover um bloqueio de despesas autorizadas no Orçamento ou reduzir ainda mais o superávit primário (economia de receitas para pagamento da dívida pública).

A queda na arrecadação com o Imposto de Renda foi uma das mais acentuadas. E, dentro desse item, o IR retido na fonte foi um dos mais afetados.

Enquanto a Receita calculou obter ao longo do ano R\$ 82,9 bilhões com o IR na fonte, o Tesouro solicitou ao fisco R\$ 87,5 bilhões nessa rubrica -uma diferença de R\$ 4,6 bilhões.

Diante de todos esses números, a Fazenda viu a necessidade de retardar ainda mais a liberação das devoluções do IR. Segundo a Folha apurou, a Receita incumbiu o subsecretário de Arrecadação, Michiaki Hashimura, de fazer a reformulação do cronograma das restituições. Foi quando se chegou ao valor aproximado de R\$ 12 bilhões para este ano, deixando R\$ 3 bilhões para serem devolvidos só em R\$ 2010.

## **Crise causa memória curta (Folha de S. Paulo) 08/10/09**

STEPHEN ROACH

-----  
Com muito mais liquidez circulando nos mercados, há grande tentação de ignorar a lembrança da crise de 2008/09  
-----

A ESPERANÇA parece redespertar eternamente nos mercados financeiros impulsionados pela liquidez. É esse o caso que vemos hoje, depois da maior injeção de liquidez da história moderna.

Infelizmente, em companhia da esperança surge uma sensação aguda de perda de memória de curto prazo -mais perceptível na incapacidade do consenso mais amplo de investidores para aprender as lições difíceis da Grande Crise e Recessão de 2008/9. E isso é uma combinação perigosa para os mercados financeiros cada vez mais agitados.

Fomos repetidamente instruídos, pelos apóstolos de ainda outra Nova Era, de que os desequilíbrios deveriam ser desconsiderados -quer tomassem a forma de uma acumulação sem precedentes de deficit e superavit em conta corrente, quer a de uma variante cada vez mais virulenta de crescimento dependente de ativos e dívidas nos EUA. Um ano depois que o mundo passou por uma experiência quase fatal, existe ampla aceitação de que é preciso que haja uma maneira mais segura e mais sã de crescer.

Trocar a arquitetura do G7 pela do G20 é importante avanço. Isso atualiza a estrutura de poder de um mundo globalizado e insta a maior apreciação das influências mútuas cada vez maiores entre os países ricos e os em desenvolvimento.

Mas o risco de uma nova estrutura dominada pelo G20 é que ela seja mais retórica que concreta. Essa preocupação enfatiza uma questão essencial que sempre ocupou posição central no debate sobre nova arquitetura financeira global: será que os Estados soberanos estão realmente dispostos a abdicar do controle de suas economias em favor de uma autoridade supranacional?

As recentes iniciativas políticas não reconfortam muito. Os programas de subsídios à troca de automóveis por modelos zero, nos EUA, e de subsídios à construção de estradas, na China, são emblemáticos dessa inclinação a medidas de estímulo que oferecem soluções rápidas, mas ao mesmo tempo acarretam o risco de agravar os desequilíbrios. Apesar do novo lema de "crescimento sustentado e equilibrado" adotado na recente conferência de cúpula de Pittsburgh, o mundo continua a optar por medidas de inclinação local como solução para problemas mundiais. Dessa forma, continua a operar sob a suposição de que as melhores políticas mundiais são o resultado aritmético da soma das melhores políticas nacionais.

Isso sublinha a mais gritante inconsistência da nova estrutura do G20: falta a ela um mecanismo de execução para levar o reequilíbrio a efetivamente acontecer. Até que, ou a menos que, o mundo se disponha a criar uma nova arquitetura financeira dotada de ferramentas efetivas e robustas de implementação de políticas, será difícil acreditar que chegou o dia do reequilíbrio.

Os mercados propelidos pela liquidez descartaram esse debate. O início da recuperação é tudo o que parece importar aos investidores. Os mercados de ações subiram nos seis últimos meses, apostando na esperança e no e sonho de uma recuperação clássica em forma de V.

Com injeções maciças de liquidez, os mercados estão ignorando os fundamentos inflexíveis.

E, no entanto, foi exatamente esse dúbio roteiro que o mundo seguiu depois do estouro da bolha das ações no início da década. E veja como isso acabou. Com muito mais liquidez excedente circulando pelos mercados de ativos, hoje, existe uma grande tentação de ignorar as lembranças da Grande Crise. Isso é uma potencial armadilha para os mercados - bem como para o mundo ainda desequilibrado que sobreviveu à crise.

-----  
STEPHEN ROACH é presidente do conselho do Morgan Stanley Asia. Este texto foi publicado originalmente no "Financial Times".

Tradução de PAULO MIGLIACCI

Excepcionalmente, hoje, a coluna de PAULO NOGUEIRA BATISTA JR. não é publicada.

PETRÓLEO:

## **EMPRESA DE EIKE ANUNCIA DESCOBERTA NA BACIA DE CAMPOS (Folha de S. Paulo) 08/10/09**

A OGX, de Eike Batista, anunciou ontem ter descoberto petróleo em águas rasas da bacia de Campos, a 85 km da costa do Rio. A empresa é 100% operadora da perfuração. Além dessa, está em andamento perfuração na bacia de Santos em poço no qual a dinamarquesa Maersk é a operadora e a OGX detém 65% de participação. Até o final do ano, a OGX estima perfurar seis poços. As ações subiram 3,58% ontem.

## **Emprego na indústria cresce em agosto (Folha de S. Paulo) 08/10/09**

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Após oito meses de retração, o emprego industrial ficou estável em julho e voltou a crescer em agosto, de acordo com a CNI. O aumento foi de 0,7% em relação ao mês anterior.

A massa salarial apresentou retração e queda de 3,3% na comparação com julho, a maior da série histórica iniciada em 2006.

Por outro lado, os indicadores de vendas e de utilização da capacidade industrial instalada seguem em recuperação, diminuindo a diferença em relação ao período pré-crise.

Mas o resultado relativo ao emprego ainda deixa a desejar. Em agosto de 2008, o número de empregados na indústria era 4,5% maior.

## **Planalto quer neutralizar TCU para destravar obras da Copa e do pré-sal (O Estado de S. Paulo) 08/10/09**

Ideia é mobilizar empresários, sindicalistas, políticos e Ministério Público para flexibilizar auditorias e licenças

João Domingos e Christiane Samarco, BRASÍLIA

Uma semana depois de o Tribunal de Contas da União (TCU) determinar a paralisação de 41 obras federais, das quais 13 do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), o Planalto decidiu recorrer a empresários, sindicalistas, governadores, prefeitos, Congresso e Ministério Público na tentativa de fechar um grande acordo com objetivo triplo: destravar projetos do pré-sal, da Copa do Mundo de 2014 e da Olimpíada de 2016. O próprio TCU será procurado. O governo quer flexibilizar auditorias do tribunal e processos de concessão das licenças ambientais do Ibama.

Um ano antes da eleição presidencial, o Planalto quer reduzir as amarras legais dos projetos de infraestrutura, de forma que grandes obras rodoviárias, ferroviárias e de intervenção urbana, além das relativas ao pré-sal, possam ser tocadas sem paralisações. Na estratégia de destravamento, o governo opera em duas frentes: a jurídica e a fiscal. No campo das finanças, mostra-se indiferente aos "ataques" à Lei de Responsabilidade Fiscal e até abre o cofre do Tesouro para Estados e municípios.

Ontem, por exemplo, o Conselho Monetário Nacional (CNM) autorizou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a despejar mais R\$ 6 bilhões em empréstimos para os Estados mais afetados pela crise. Desde o início do segundo trimestre a economia voltou a crescer.

De acordo com o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, nomeado na semana passada, cada um dos três setores - pré-sal, Copa e Olimpíada - que vão movimentar a economia do País nos próximos anos deverá ter "regras próprias", regulando processos licitatórios dessas áreas.

Desse modo, o TCU e o Ministério Público examinarão se as obras estão ou não cumprindo o que determina a lei sob a ótica do pacote relativo a cada um dos três pilares que vão permitir grandes investimentos em infraestrutura. Na próxima reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CNDES), os conselheiros serão chamados a apontar soluções que possam destravar o andamento das obras. Em seguida, a intenção é dar início aos debates com governadores, prefeitos, TCU, Ministério Público e Congresso, tudo sob a coordenação de Padilha.

Ao mesmo tempo, deverá ser acelerada a regulamentação do artigo 23 da Constituição, que propõe marco regulatório para a questão ambiental. "Hoje, muitas obras são paralisadas porque o Ministério Público exige a participação do Ibama em algo que deveria ser decidido pelo município ou pelo Estado. Não é culpa do MP. O que falta é a regulamentação do artigo constitucional, para que fiquem bem claras as atribuições de cada uma das esferas de poder", disse o ministro Padilha ontem ao Estado.

### **MENOS SOBREPOSIÇÃO**

Presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib) e coordenador do grupo de infraestrutura do CNDES, Paulo Godoy considerou importante aproximar o pensamento e as estruturas de controle do Estado dos órgãos que executam, dos que fiscalizam e do próprio mercado. "Podemos criar um novo modelo de atuação que seja célere, seguro e transparente, para diminuir a sobreposição de funções de todos esses agentes que interferem na infraestrutura."

Godoy disse que haverá atenção especial ao pré-sal, à Copa e à Olimpíada, mas outros setores da infraestrutura, que sofrem por causa da falta de marco regulatório, precisam ter regras definitivas. "Queremos ser um facilitador do diálogo para que, respeitada a autonomia de cada um - Ministério Público, Tribunais de Contas, órgãos de licenciamento ambiental, estruturas federal e estaduais -, possamos revisitar a legislação e o funcionamento burocrático." Ele fez apelo para que o Legislativo auxilie no debate e promova alterações legais nesta direção. "Se destravarmos a infraestrutura, economizaremos e aceleraremos os benefícios para o País."

Na última reunião do CNDES, ministros e empresários criticaram o TCU por "interferência indevida". As críticas mais severas têm sido feitas pelos ministros Paulo Bernardo (Planejamento) e Dilma Rousseff (Casa Civil), a candidata do governo à sucessão presidencial que toca obras do PAC. Na semana passada, após cobrar paralisação de 41 obras federais por irregularidades graves, o TCU rebateu críticas, dizendo que faz recomendações, não tem o poder de paralisar obras e, ao fiscalizá-las, economiza bilhões para o País.

## **BNDES libera R\$ 6 bi a mais para governadores (O Estado de S. Paulo) 08/10/09**

Edna Simão, BRASÍLIA

Os Estados ganharam uma ajuda do governo para manter os investimentos em obras públicas no ano que vem. Para possibilitar o aumento de gastos em um cenário de queda de arrecadação, os governadores poderão tomar emprestados mais R\$ 6 bilhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Antes, esse limite era de R\$ 4 bilhões. O prazo para contrair o empréstimo termina em 30 de junho, por imposição da Lei Eleitoral.

A ampliação do limite de empréstimo do BNDES aos Estados foi aprovada ontem, em reunião extraordinária do Conselho Monetário Nacional (CMN), para compensar as perdas do Fundo de Participação dos Estados (FPE). Na avaliação de técnicos do governo, a medida obedece aos critérios definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal - só poderá tomar empréstimo quem tiver capacidade de pagamento.

### **ALIADOS**

Com o adicional de R\$ 6 bilhões na linha especial do BNDES, criada em abril, os Estados mais beneficiados serão Bahia e Ceará, governados por integrantes de partidos da base aliada. Eles poderão tomar emprestados R\$ 563,4 milhões e R\$ 440,4 milhões, respectivamente.

Pelas contas do Tesouro Nacional, São Paulo poderia fazer um empréstimo de R\$ 60 milhões; o Rio, de R\$ 91,6 milhões; o Distrito Federal, de R\$ 41,4 milhões. A distribuição do dinheiro obedece aos percentuais de repasse do próprio FPE.

Para desvincular a medida de disputas políticas, o assessor econômico da Secretaria do Tesouro Nacional, Mario Augusto Gouvêa, explicou que o aumento do limite de empréstimo dos Estados era necessário porque, mesmo com a retomada do crescimento, os governos precisavam de "estímulos" para manter investimentos.

"É uma forma de compensar as perdas do FPE", destacou. Ele lembrou que os municípios tiveram ajuda de R\$ 1 bilhão e receberão mais da União para compensar as perdas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Apesar de a medida contribuir para o aumento do endividamento, analistas e políticos afirmaram que não a consideram uma ameaça ao cumprimento da Lei Fiscal. Para o especialista em finanças públicas Raul Velloso, o governo está dando um fôlego a mais para os Estados, que poderão fazer um superávit primário menor nos próximos meses.

## **"Rali" do real preocupa governo (O Estado de S. Paulo) 08/10/09**

Equipe econômica teme formação de mini-bolha no câmbio, com entrada de US\$ 20 bi a US\$ 30 bi até o fim do ano

Adriana Fernandes e Fabio Graner, BRASÍLIA

O secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, admitiu ontem que o atual "rali" do real traz preocupação com o risco de que uma entrada maior de dólares provoque maior desvalorização da moeda americana e prejudique a economia. O governo, disse Augustin, está atento para que esse movimento não traga dificuldades adicionais às exportações. Com o dólar mais baixo, os exportadores recebem menos por suas vendas e o produto nacional perde competitividade em relação aos importados.

Augustin disse que o Banco Central monitora diariamente o mercado para evitar distorções na taxa de câmbio. Ontem o dólar interrompeu o processo de queda quase contínua que vem sofrendo e subiu 0,19%, fechando a R\$ 1,75. Como tem feito desde 4 de maio, o BC comprou dólares.

"O BC está monitorando no sentido de manter os fluxos compatíveis. Isso é feito diariamente e continuará sendo feito", disse.

Segundo analistas de mercado, o BC já havia comprado US\$ 4,5 bilhões na terça-feira, evitando que a entrada de investimentos estrangeiros na oferta de ações do Santander pressionasse ainda mais o câmbio.

Para Augustin, o aumento do fluxo de dólares é resultado do "sucesso" da economia. "Com o nosso terceiro grau de investimento, isso se fortaleceu. É natural que haja um efeito de mercado financeiro."

Segundo fontes, a equipe econômica contabiliza que nos próximos três meses devem ingressar no País pelo menos US\$ 20 bilhões com captações de recursos externos realizadas por instituições financeiras e as emissões de IPO (oferta inicial de ações por empresas). Mas há avaliações que os investimentos podem ultrapassar US\$ 30 bilhões.

Com poucas alternativas para estancar a enxurrada de capital, a equipe econômica tenta armar uma rede de proteção no curto prazo. O problema será levado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. No Ministério da Fazenda, espera-se uma atuação mais agressiva do BC na tarefa de conter a excessiva valorização do real frente ao dólar.

Técnicos do governo já enxergam a formação de uma mini-bolha de valorização do real.

A avaliação é de que é possível conter parte da alta do real com compras mais intensas de dólares no mercado. O BC já disse que compra o excesso de dólares para evitar fortes oscilações nas cotações.

Para a Fazenda, o BC poderia ser mais agressivo não só em quantidade, mas também na definição das taxas de compra, de modo a tornar mais arriscadas especulações no câmbio.

O problema é que nem o Brasil nem outro país tem capacidade de mudar uma tendência mundial, lembra outra fonte do governo. A queda do dólar, resultante dos desequilíbrios econômicos dos EUA, é o argumento usado para relativizar a preocupação com a valorização do real. A fonte lembra que, na comparação com uma cesta de moedas, a valorização do real é bem menos acentuada.

Por isso, também há avaliações no governo que os impactos da desvalorização do dólar no comércio exterior podem ser diluídos por meio de negócios com moedas locais. O Brasil fechou acordo com a Argentina, negocia com o Uruguai e tenta avançar com nas trocas com seus parceiros dos Brics: Rússia, Índia e China.

Essa estratégia, embora ainda tímida, é considerada uma alternativa à alta volatilidade do dólar. Apesar de considerar natural a busca de alternativas ao dólar, a fonte reconhece que dificilmente a divisa americana deixará de ser a reserva de valor mundial em um horizonte de médio prazo. "Não existe quantidade suficiente de outra moeda para substituir o dólar como moeda de reserva."

## **Mercado espera nova onda de IPOs no País em 2010 (O Estado de S. Paulo)** **08/10/09**

Presidente da Bovespa vê retomada de ofertas iniciais de ações, após sucesso do Santander

Ana Paula Ribeiro e Luciana Xavier

O mercado financeiro voltou a ficar otimista com a perspectiva de novas ofertas públicas iniciais de ações (IPO, na sigla inglês) no País este ano e em 2010. O presidente da BM&FBovespa, Edemir Pinto, disse esperar pelo menos mais dois IPOs para este ano no Brasil e "muita atividade" no primeiro semestre do ano que vem.

"Tem muito dinheiro para vir ao País. O potencial do nosso mercado é algo impressionante", disse. Edemir prefere não prever quando a Bovespa vai superar o ano de 2007, quando a bolsa alcançou o recorde em operações de oferta de ações. "O País tem um grande potencial, mas ultrapassar o recorde depende de uma conjuntura de fatores que inclui o andamento da economia nos EUA e na China", afirma.

Um dia depois de o banco Santander divulgar que sua oferta de ações atingiu R\$ 14,1 bilhões, a Telefônica fez uma oferta pública de compra (OPA) de até 100% da operadora GVT. A companhia espanhola propôs ontem R\$ 6,5 bilhões. O valor é cerca de 14% acima do ofertado pela concorrente francesa Vivendi

Para o presidente da BM&FBovespa, o volume de recursos levantado pelo Santander mostra que o mercado de capitais no Brasil é atrativo para o investidor estrangeiro. "Temos de "precificar" o País para sermos daqui a alguns anos não mais um país emergente e mudarmos de patamar", disse.

Embora otimista, o executivo lembrou que os investidores estão mais seletivos e apenas empresas com bom histórico de resultados terão sucesso em suas operações na Bovespa.

O diretor da Ágora Corretora, Álvaro Bandeira, também acredita que, daqui para frente, o número de IPOs deve aumentar no Brasil, sem estimar quantos podem ser feitos até o fim do ano. Mas, segundo ele, só a partir de meados do ano que vem o volume de ofertas iniciais no mercado de ações deve voltar aos níveis anteriores à crise.

Com isso, Bandeira prevê que a tendência para a Bovespa seja de alta, numa valorização apoiada nos fundamentos mais sólidos da economia e não em otimismo exagerado. Segundo ele, existe no mundo a percepção de que o Brasil saiu mais rápido da recessão e deve ter recuperação mais forte do que a maioria dos países.

Esse cenário positivo deve impulsionar o Ibovespa a fechar ao redor dos 65 mil pontos este ano e entre 75 mil a 80 mil pontos em 2010, prevê Bandeira. "A tendência é de que o terceiro trimestre seja melhor do que o segundo, o quarto trimestre melhor do que o terceiro e assim por diante", afirmou. "E, para o investidor estrangeiro, o Brasil, dentre os emergentes, está hoje como um bom local para investir."

## **Chevron reclama de leis do pré-sal (O Estado de S. Paulo) 08/10/09**

Mudanças propostas não deixam muito espaço para companhias internacionais, segundo executivo da empresa

Dow Jones Newswires, BUENOS AIRES

As mudanças propostas para a Lei do Petróleo não deixam muito espaço para que companhias internacionais tomem parte nas descobertas no mar brasileiro. A afirmação é do vice-presidente global para Produção e Exploração da Chevron, George Kirkland, durante a Conferência Mundial de Gás, em Buenos Aires.

Em setembro, o governo brasileiro propôs mudanças no marco regulatório do País, ficando com uma fatia maior nas descobertas e dando à Petrobrás o papel de líder no desenvolvimento.

"A oportunidade no Brasil foi reduzida, não há dúvidas", disse Kirkland, que no próximo ano assumirá o cargo de vice-chairman da Chevron. "Ela está muito limitada agora, sinceramente, às atuais licenças que temos."

Recentemente, a Chevron obteve o primeiro sucesso no Brasil, iniciando a extração de petróleo no Campo de Frade, na Bacia de Campos. A companhia está na fase de aumento da produção do campo, que deverá atingir o pico de 90 mil barris diários em dois anos.

Além disso, a Chevron tem participação não operacional em quatro outros campos na Bacia de Campos: Atlanta, Oliva, Maromba e Papa-Terra.

"Temos vários outros empreendimentos que fazem muito sentido econômico, e isso é bom, mas somos uma empresa de longo prazo", disse Kirkland.

Esse longo prazo seria muito mais promissor com mais acesso às novas descobertas no pré-sal.

Embora algumas companhias estrangeiras tenham conseguido certos blocos no pré-sal, a área restante foi retirada dos leilões de concessões depois que a primeira descoberta foi feita.

Kirkland afirmou que, para companhias de petróleo e gás, o melhor a fazer agora é se preparar para fornecer ajuda se o País mudar de ideia e abrir as reservas.

"É claro que gostaríamos de mais acesso, mas reconhecemos que essa é a decisão do proprietário da reserva", disse o executivo.

De todo modo, existe a possibilidade de que as mudanças propostas não sejam postas em prática, já que ainda estão sendo debatidas no Congresso Nacional.

## **Petrobrás planeja nova fábrica de fertilizantes (O Estado de S. Paulo) 08/10/09**

Terceira unidade do setor, que a estatal espera anunciar até dezembro, terá capacidade de fabricar 1 milhão de toneladas do produto por ano

Nicola Pamplona e Kelly Lima, RIO

A Petrobrás prevê anunciar até dezembro planos para a construção de uma terceira fábrica de fertilizantes nitrogenados no País, aproveitando-se do excedente de oferta de gás natural. Segundo o diretor de Abastecimento da estatal, Paulo Roberto Costa, a unidade vai produzir 1 milhão de toneladas por ano, praticamente duplicando a capacidade de produção de fertilizantes da companhia.

A ampliação da capacidade de suprimento de fertilizantes ganhou a atenção do governo nos últimos anos, diante do aumento do preço das matérias-primas no mercado internacional. O Brasil é altamente dependente de importações. A Petrobrás tinha dificuldade em ampliar sua produção por causa da escassez, nos últimos anos, de gás natural, matéria prima para a produção de fertilizantes nitrogenados.

"Hoje temos gás que podemos exportar, mas vamos usar esse excedente para melhorar a produção de fertilizantes, para garantir as necessidades do Brasil", disse, em Buenos Aires, a diretora de gás e energia da estatal, Graça Foster. A mudança de cenário foi provocada por uma combinação entre aumento da produção nacional e redução do consumo.

Segundo Costa, a escolha do local para o empreendimento obedecerá dois fatores: proximidade da rede de gasodutos e logística adequada para atingir o mercado consumidor, que cresce mais na região Centro-Oeste.

Ele não quis, porém, adiantar quais são as alternativas em estudo. A empresa tem hoje duas fábricas de fertilizantes, localizadas na Bahia e em Sergipe.

A empresa trabalha em outra frente para colaborar com a redução da dependência das importações de fertilizantes: a transformação de resíduos da produção de xisto betuminoso, no Paraná, em um "catalisador" para a produção agrícola. Fruto de parceria com a Embrapa e o Instituto Agrônômico do Paraná (Iapar), a tecnologia pode reduzir em 40% a necessidade de uso de adubos no plantio, diz Costa.

O presidente da Petrobrás, José Sérgio Gabrielli, informou que a empresa ainda está avaliando os aspectos técnicos da exploração de potássio, também usado na produção de fertilizantes, na mina de Nova Olinda, na Amazônia.

A empresa detém os direitos desde a década de 80, mas ainda não há exploração. Em 2006, chegou a realizar um leilão para repassar a concessão à iniciativa privada, negócio desfeito no ano passado.

Paulo Roberto Costa informou ainda que a Petrobrás aguarda apenas decisão do governo sobre a data de assinatura do contrato para a entrada da venezuelana PDVSA na Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco.

## **ESCLARECIMENTO (O Estado de S. Paulo - Cartas) 08/10/09**

Sobre o artigo Belo Monte - ainda falta muito a ver (25/9, A2), de Washington Novaes, a Associação Brasileira do Alumínio (Abal) gostaria de esclarecer alguns fatos. A construção da Hidrelétrica de Tucuruí, no final da década de 1970, obra estratégica do governo para desenvolver o Norte do País, só foi possível graças à instalação de indústrias grandes consumidoras de energia na região de influência da usina. Empresas que, com seu elevado fator de carga e operação ininterrupta, puderam assegurar o consumo local da energia produzida, permitindo o equilíbrio do sistema sem a necessidade de grandes custos com linhas de transmissão aos centros de consumo do Sudeste e do Nordeste, além de garantir uma contribuição financeira para a sustentação do projeto, ao menos na primeira fase de implantação. Portanto, não houve subsídio do custo dessa energia, mas sim um desconto na tarifa dessas indústrias, com base nos vultosos investimentos em transmissão que a Eletronorte deixaria de fazer para atingir os centros industriais de consumo, já instalados a milhares de quilômetros de Tucuruí. Expirados os contratos originais em 2004, as indústrias de alumínio fizeram novos contratos de consumidor livre com a Eletronorte e têm hoje energia comprada a preços de mercado, a partir de leilões públicos, a exemplo das demais indústrias localizadas na região. Desde sua implantação no Norte do

País, há mais de 25 anos, as indústrias de alumínio têm contribuído de forma efetiva e responsável para o desenvolvimento sustentável das comunidades do entorno dos locais onde atuam. Segundo o ex-ministro da Fazenda e Planejamento Paulo Haddad, o setor do alumínio contribui para a melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano das regiões onde está instalado, graças a investimentos em saúde, educação e aumento do PIB local, com a geração de empregos, renda, investimentos, tributos, oportunidades para pequenos e microempreendedores, além de infraestrutura especializada.

Adjarma Azevedo imprensa@abal.org.br  
presidente da Abal  
São Paulo

## **FGV: IPC-S acelera para 0,25% na 1ª prévia de outubro (Estadão Online 08:28h) 08/10/09**

ALESSANDRA SARAIVA - Agencia Estado

RIO - A inflação mensurada pelo Índice de Preços ao Consumidor - Semanal (IPC-S) acelerou para 0,25% na prévia encerrada em 7 de outubro, resultado superior ao apurado no IPC-S imediatamente anterior, que subiu 0,18% na quadrissemana encerrada em 30 de setembro. A informação foi divulgada hoje pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Das sete classes de despesa usadas para cálculo do indicador, quatro apresentaram aceleração de preços ou fim de deflação no período.

As movimentações de preços que mais contribuíram para a aceleração do IPC-S partiram dos seguintes grupos: Habitação (de 0,41% para 0,54%), Vestuário (de 0,42% para 0,83%), Educação, Leitura e Recreação (de -0,02% para 0,06%) e Transportes (de 0,24% para 0,33%). Houve aceleração de preços ou deflação mais fraca em taxa de água e esgoto residencial (de 1,44% para 1,97%), calçados (de 0,28% para 0,90%), passagem aérea (de -4,12% para -3,33%) e álcool combustível (de 2,76% para 4,51%), respectivamente.

De acordo com a FGV, três classes de despesa apresentaram desaceleração de preços ou deflação mais forte no período. É o caso de Alimentação (-0,11% para -0,15%), Saúde e Cuidados Pessoais (de 0,06% para 0,05%) e Despesas Diversas (de 0,80% para 0,75%). Entre os produtos pesquisados para cálculo do IPC-S, os que apresentaram as altas de preços mais expressivas no índice de até 7 de outubro foram batata-inglesa (12,79%), gás de botijão (3,20%) e açúcar refinado (10,80%). Já os produtos que registram as quedas de preços mais intensas foram leite tipo longa vida (-11,10%), cenoura (-21,96%) e tomate (-5,99%).

Energia: Preços em queda no mercado desestimulam a venda por parte dos grandes comercializadores

## **Consumidores livres temem redução da oferta no longo prazo (Valor Econômico) 08/10/09**

Josette Goulart, de São Paulo

Manoel Zaroni, presidente da Tractebel Energia, afirma que energia destinada ao mercado livre está toda contratada. Os grandes consumidores livres de energia começam a se preocupar com a oferta no longo prazo para o mercado livre. Eles representam hoje 26% do consumo total do país e eram 30% antes da crise. Apesar de neste momento haver oferta abundante, preços baixos, com os reservatórios das usinas transbordando e energia sobrando ainda em função da crise, não há perspectiva de que esse cenário se mantenha.

As estimativas da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) dão conta de que há sobra estrutural de energia até 2014. Mas o temor é de que a retomada da economia seja mais forte do que a planejada. A Copa do Mundo em 2014 e a Olimpíada no Rio em 2016 vão exigir investimentos, e com isso, energia. "E quem sabe o quanto vai chover nos próximos cinco anos?", questiona o diretor de comercialização da Duke Energy, Alcides Casado. "Com a redução do número de reservatórios estamos cada vez mais dependentes da chuva do ano". Além disso, o balanço entre oferta e demanda da EPE não leva em conta a frustração da entrada de usinas termelétricas no sistema.

Segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), pelo menos três usinas termelétricas que somam quase 500 megawatts e que deveriam entrar em operação no próximo ano sequer tiveram suas obras iniciadas. As duas

dezenas de térmicas do grupo Cibe, das empresas Bertin e Equipav, que somam mais de 3 mil MW e que foram vendidas no ano passado também correm o risco de atrasar. Ainda existe o risco de estas usinas, a maioria a óleo combustível, serem demandadas e não terem óleo para gerar.

Se de uma hora para outra essas usinas saem da conta da EPE, os preços do mercado à vista - que hoje estão no seu mínimo, R\$ 16 - podem voltar fortemente pressionados. Se coincidir de no mesmo momento as chuvas escassearem, a crise vivida no ano passado voltaria na mesma intensidade, avaliam. Os preços no mercado à vista chegaram a atingir R\$ 500 em fevereiro de 2008.

A situação hoje é tranquila porque os preços estão fortemente pressionados para baixo, em função da superoferta momentânea de energia. Para 2010 é possível ainda é possível fechar contratos de um ano a R\$ 90, algo inimaginável no primeiro semestre de 2008. Para contratos mais longos os preços também estão menores, na faixa dos R\$ 130. A média do ano passado era de R\$ 145. No primeiro semestre chegou a R\$ 155, segundo dados da comercializadora Comerc. Mas o problema, segundo o presidente da Associação dos Grandes Consumidores (Abrace), Ricardo Lima, é que as grandes comercializadoras não têm energia para vender. Ou pelo menos, não estão ofertando.

Uma das maiores geradoras do país e também a maior comercializadora é a Tractebel Energia, e o presidente da empresa, Manoel Zaroni, diz que toda sua energia disponível para o mercado livre está vendida e que ainda teve que buscar 500 MW de outras companhias para repassar a seus clientes. Esse cenário traçado por Zaroni deixou alguns consumidores confusos já que na semana passada Maurício Bähr, presidente do grupo Suez, que controla a Tractebel, aventou a possibilidade de vender os megawatts livres de Jirau para o mercado cativo. Se há demanda no mercado livre, não haveria razão para migrar essa energia para o cativo. Mas o problema todo em torno de Jirau é a questão preço.

Como os 70% da energia de Jirau vendida no leilão, no ano passado, ficou a menos de R\$ 72, os preços da energia destinada ao mercado livre precisam ficar na faixa dos R\$ 140 para viabilizar o projeto. "A possibilidade de levar a energia de Jirau para o cativo é uma forma de pressão para os grandes consumidores que não querem pagar os R\$ 140", revela uma fonte do setor.

O diretor da parte de comercialização da AES, Ricardo Cunha, diz que a grande negociação hoje tem sido no curto prazo. Principalmente em função da forte inadimplência na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Para evitar liquidar as diferenças na CCEE, tem sido frequente a venda de energia no curto prazo. Os spreads não passam dos R\$ 2. Mas tem valido à pena para evitar ter que liquidar na CCEE e pagar os 30% de inadimplência.

Agentes do setor sinalizam na direção da prorrogação das licenças das concessionárias.

## **Revisão de concessões (Valor Econômico) 08/10/09**

Por Genilson Cezar e Jacilio Saraiva, para o Valor, de Brasília

O cenário ainda é de indefinição e de incertezas, mas diversos agentes do setor energético do país já se manifestam propensos a aceitar uma solução de compromisso para prorrogação das licenças das empresas geradoras, transmissoras e distribuidoras de energia elétrica, cujos contratos, num volume considerável, estão com seus vencimentos previstos para 2015. Há sérias dificuldades jurídicas a superar, certamente, mas diversas entidades e agentes do setor, que debateram o atual impasse no Seminário Relicitação ou Prorrogação das Concessões do Setor Elétrico, na Câmara dos Deputados, terça-feira, em Brasília, evento realizado pelo Valor em parceria com a Comissão de Minas e Energia, acreditam que o próprio governo sinaliza na direção da prorrogação condicionada das licenças atuais. "A prorrogação das licenças requer mudanças na lei, demanda equacionar eventual renda excedente na geração de energia e exige definições das condições da concessão. Mas será muito mais fácil de operacionalizar e causará menos danos ao processo de oferta de energia do país", resume José Simões Neto, presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Energia Elétrica (ABCE).

A situação pede soluções de emergência, conforme relato do deputado Bernardo Ariston (PMDB-RJ), presidente da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, que coordenou a abertura do seminário. "Além dos prazos de grande parte dos contratos terminarem de forma praticamente simultânea, a partir de 2015, o que torna a situação mais crítica é que, de acordo com a interpretação dominante, não será possível estender o prazo daquelas concessões que já foram anteriormente prorrogadas", afirma ele. Em relação às outorgas de geração, por exemplo, estão por vencer, a partir de 2015, algo em torno de 20% de toda a capacidade instalada para a produção de energia elétrica do país. No rol dos empreendimentos que podem ser afetados estão a hidrelétrica de Xingó e as usinas do complexo de Paulo Afonso, no rio São Francisco, a usina pioneira de Furnas, em Minas Gerais, a Hidrelétrica de Ilha Solteira, explorada pela Companhia Energética de São Paulo (Cesp), cuja capacidade, de 3,4 mil megawatts, supera a potência de cada uma das usinas do rio Madeira, recentemente licitadas.

Estão com seus prazos por vencer concessões que abrangem aproximadamente 73 mil quilômetros de linhas de transmissão, ou mais de 80% do Sistema Interligado Nacional, que atende a todo o Brasil, excetuando-se sistemas isolados da região Norte. São sistemas de transmissão operados atualmente por grandes empresas do setor como Furnas, Chesf, Eletrosul, Copel e Cemig. Não só: em pouco mais de cinco anos, terminam ainda os prazos de quase 40 contratos outorgados para exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica. Tradicionais distribuidoras estaduais deverão ser afetadas, entre elas a Companhia Paranaense de Energia (Copel), a Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc), a Companhia Energética de Brasília (Ceb), a Companhia Estadual de Energia Elétrica (Ceee), do Rio Grande do Sul, e a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), além de empresas de distribuição federalizadas, sob o controle da Eletrobrás. "Trata-se, portanto, de um quadro que, se não for devidamente equacionado, e com urgência, poderá trazer profundos impactos para a sociedade brasileira", diz Ariston.

Do lado do governo, embora não haja ainda nenhuma posição oficial, parece haver clara intenção de optar pela prorrogação. Já tramita no Congresso um projeto de lei 5438/09, do deputado Paulo Rattes (PMDB-RJ), que autoriza a prorrogação das concessões de geração de energia por até duas vezes o período de 20 anos. Mas é possível que o governo venha a sugerir outro texto, informa Mauro Henrique Moreira Souza, consultor jurídico do Ministério de Minas e Energia.

Os estudos vêm sendo feitos desde o ano passado, quando foi criado o grupo de trabalho para tratar das concessões da geração de energia e que incluiu, posteriormente, transmissão e de distribuição. Desde o início do ano, segundo Souza, o MME concentra esforços na definição de outros marcos regulatórios, como do pré-sal e do setor de mineração, mas a preocupação com a questão energética é constante. As conclusões do grupo de trabalho deverão ser encaminhadas ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e ao Congresso para votação.

Uma das questões em evidência, tanto em relação à licitação quanto à prorrogação, é a da modicidade tarifária, ou seja, a limitação das tarifas de energia elétrica. O pressuposto básico é que elas se tornem mais baratas. Hélio Neves Guerra, superintendente de Concessões e Autorizações de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) avalia que, qualquer que seja a opção (licitação ou prorrogação) há necessidade de se definir critérios para assegurar tarifas menores.

Há aspectos importantes, também, para discussão, em relação à segurança do abastecimento. Os investimentos das empresas concessionárias, por exemplo, não podem ficar paralisados, de acordo com o deputado Bernardo Ariston. "São necessárias regras que garantam plena segurança jurídica, de modo que essas empresas tenham confiança de que os recursos investidos serão recuperados de forma apropriada. Normas que propiciem a captação de recursos no mercado financeiro também são requeridas, dado o caráter capital intensivo das atividades do setor elétrico e a proximidade dos prazos de término das concessões, que dificulta a obtenção de financiamentos em condições favoráveis", explica ele.

Mas, uma questão preocupante, seguramente, são os riscos de questionamento jurídicos das propostas em discussão. As possibilidades de contestação jurídica nos casos de prorrogação existem com base no conflito legal entre a Lei 9.074, de 1995, que admitia a prorrogação por 20 anos (até 2015) e a Constituição Federal, que prevê que o poder público deva prestar um serviço público diretamente ou por meio de concessão ou permissão, mas sempre através de licitação. Além disso, já existem entendimentos em decisões tomadas pela Aneel e também do Tribunal de Contas da União (TCU) que cláusulas que prorrogam contratos de concessão não são válidas, pois a Lei 10.848, de 2004, revogou o artigo 27 da Lei de Licitações que permitia essa possibilidade. Alexei Vivan, vice-presidente jurídico da Rede Energia, empresa privada que detém concessão de diversas distribuidoras, várias delas com vencimento em 2015, considera que a prorrogação é válida porque os contratos foram assinados num momento em que a lei permitia essa alternativa. "A prorrogação só poderá ser atendida se não se embasar em critérios técnicos e de qualidade de serviços, de outra forma os direitos das concessionárias estarão sendo violados", diz ele.

Para a Associação Brasileira das Grandes Empresas Geradoras de Energia (Abrage) há muita confusão entre licitar ou prorrogar. "Não está em jogo a troca de concessionárias, está em jogo prorrogar ou não", afirma Flávio Antônio Neiva, presidente da entidade. Segundo ele, licitar seria um grande prejuízo para o setor, pois fere as empresas, desintegra o setor, além de criar problemas políticos com o envolvimento de governadores interessados nas operadoras estatais.

Remando contra a maré da prorrogação, o deputado Arnaldo Jardim (PPS-SP), recomenda cautela e diz que se o conceito da relicitação não for trabalhado agora, ficará mais difícil ainda de ser realizada no futuro. "Acho que temos que caminhar para um processo de relicitação, pois dificilmente teremos uma simples prorrogação. A relicitação introduz um fator competitivo importante e simpatizo mais com essa tese. Mas, qualquer que seja a decisão, temos uma possibilidade real de que a energia que venha daí possa ser contratada a um preço mais baixo, beneficiando todos os consumidores", afirma.

## **Concessionárias pedem extensão dos contratos (Valor Econômico) 08/10/09**

De Brasília

A prorrogação das concessões é a solução mais eficaz para o setor de energia. Quem garante é a Associação Brasileira de Concessionárias de Energia Elétrica (ABCE), que reúne 52 empresas dos segmentos de geração, transmissão e distribuição. "Há necessidade de definição urgente sobre o futuro das concessões e a decisão vai determinar os rumos da política energética", diz José Simões Neto, presidente da entidade.

Para o executivo, a extensão dos contratos traz vantagens, como custo de transação mais baixo do que um processo de abertura de novas licitações, além do ganho de tempo. "Teríamos dois anos para colocar em licitação grandes empresas federais e estaduais. E se não houver uma decisão adequada, em 2009 ou até 2010, poderemos ter problemas no fornecimento de energia." A ABCE reúne empresas como Eletronorte, Centrais Elétricas do Pará (Celpa), Furnas e Light.

Simões chama a atenção ainda para a proximidade de grandes eventos nacionais, como a Copa do Mundo de 2014, que vai demandar uma maior geração e distribuição de força. "Para atender todo o sistema, poderemos enfrentar uma Copa com energia racionalizada."

Segundo o executivo, mesmo com a prorrogação, é necessário montar um conjunto de novas regras no setor, capaz de estimular os investimentos a longo prazo e de ser comercialmente justo tanto para as empresas de geração, de distribuição ou de transmissão.

Para Luiz Fernando Vianna, presidente do conselho de administração da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia (Apine), a prorrogação dos contratos também é uma solução possível. No caso de novas licitações, Vianna acredita que o processo pode ser decidido de duas formas: pelo menor preço de energia ofertada ou pelo maior ágio na concorrência.

Segundo Rui Antonio da Sila, consultor de negócios em energia elétrica, a prorrogação dos contratos também apresenta riscos - pode eliminar do setor quem é capaz de oferecer serviços com uma melhor qualidade e preço. Ao mesmo tempo, o especialista questiona a falta de prazos adequados para disparar licitações. "Se está difícil agora, por que seria mais fácil depois de uma nova prorrogação?"

"A discussão entre prorrogação e novas licitações vai além do jurídico. Envolve os planos econômico e político", analisa Hélio Neves Guerra, superintendente de concessões e autorização de geração da Aneel. Para Guerra, a prorrogação deveria ser condicionada a obrigações contratuais que exigissem redução nas tarifas ou novos ganhos para o consumidor.

De acordo com estudo do Banco Central, as tarifas de energia subiram menos do que as dos setores de telefonia fixa e de gás natural nos últimos 14 anos. Enquanto as taxas das distribuidoras de energia aumentaram cerca de 400%, as contas de telefone e gás deram um salto de quase 600%, desde 1995. (J.S)

Legislação: Um dos problemas de abertura de novas licitações é falta de leis anteriores para regular processo

## **Especialista alerta para carência de normas (Valor Econômico) 08/10/09**

Jacilio Saraiva, para o Valor, de Brasília

David Waltenberg: "O governo federal já demonstrou que não quer enfraquecer suas empresas do setor energético" Há um verdadeiro ziguezague na legislação que determina se as concessões de geração, distribuição e transmissão de energia elétrica no Brasil podem ou não ser prorrogadas. Existem, pelo menos, quatro leis, criadas entre 1995 e 2004, que tratam do assunto, segundo o consultor jurídico David Waltenberg, do escritório de advocacia Waltenberg. A questão do fim dos contratos, que vencem a partir de 2015, pode afetar empreendimentos como a hidrelétrica de Xingó, as usinas do complexo de Paulo Afonso e empresas como a Companhia Energética de São Paulo (Cesp).

A lei 8.987, de 1995, determina que, vencido o prazo das concessões, devem-se abrir novas licitações. Mas a lei 9.074, do mesmo ano, admite uma prorrogação da licença por até 20 anos - no caso, até 2015. Em 1996, surgiu uma nova legislação que permitia renovações sucessivas, mas em 2004 passou a ser praticada, outra vez, uma só prorrogação de 20 anos. "Há empresas, como a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) e a Cesp, que estão prestes a enfrentar o problema do fim das concessões."

O caso da Cesp começou no final de 2007, quando o governo de São Paulo iniciou a privatização da empresa. O sistema tem unidades geradoras de energia, como Ilha Solteira e Jupia, que terão a concessão finalizada em 2015. Para se ter uma ideia, a capacidade da hidrelétrica de Ilha Solteira é de 3,4 mil megawatts e supera a potência de cada uma das usinas que serão construídas no rio Madeira.

O parque gerador da Cesp tem 7,4 mil megawatts instalados e é composto de seis usinas hidrelétricas: Engenheiro Sérgio Motta, conhecida como Porto Primavera; Engenheiro Souza Dias (Jupia) e Ilha Solteira, localizadas no rio Paraná, entre os Estados de Mato Grosso do Sul e São Paulo, além das unidades de Três Irmãos, no rio Tietê, Paraibuna e Jaguari.

Dos 10 mil megawatts de capacidade instalada da Chesf, 9 mil megawatts têm prazo de concessão a espirar também a partir de 2015. "As alternativas são a reversão das concessões e a licitação para novas delegações, ou a alteração das leis para admitir novas prorrogações", disse o advogado durante o seminário.

O exemplo das duas empresas é apenas um retrato 3x4 dos prazos de validade dos contratos de concessão para a exploração de serviços de geração, transmissão e distribuição de energia no país. Segundo o presidente da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, Bernardo Arston, a partir de 2015, 20% de toda a capacidade instalada para a produção de energia estariam com concessões a vencer. "Seriam afetados empreendimentos como a hidrelétrica de Xingó e as usinas de Paulo Afonso", lembrou.

Na área de transmissão, contratos de mais de 70 mil quilômetros de linhas - ou mais de 80% de todo o Sistema Interligado Nacional - também estão em contagem regressiva para mudar ou não de mãos. Hoje, pertencem a empresas como Furnas e Cemig. "Também, a partir de 2015, terminam os prazos de 40 acordos para o uso de serviços de distribuição de empresas estaduais, como a Companhia Paranaense de Energia (Copel) e a Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc)."

Segundo o advogado David Waltenberg, o cenário atual desenha grupos de interesse que apoiariam ou não a prorrogação das concessões - na esteira de objetivos comerciais. "O governo federal já demonstrou que não quer enfraquecer suas empresas do setor energético e é favorável à manutenção das licenças."

Os poderes estaduais querem manter as concessões para não ter que privatizar as companhias ou então preferem valorizá-las para uma possível venda, a longo prazo. "Pode ser o caso da Cemig, que conseguiu expandir suas operações para além de Minas Gerais", observa Waltenberg.

Já os investidores privados desejam deixar os contratos intocados, mas, ao mesmo tempo, podem aproveitar oportunidades de negócios que viriam com o fim das concessões. "São investidores que confiam nos seus tacos diante da possibilidade de novos contratos."

Para Waltenberg, seja qual for o rumo tomado após uma decisão do Legislativo, há riscos tanto nas operações de licitações como nas prorrogações. No caso da abertura para novas concessionárias, é possível que as empresas que já atuam no mercado brequem investimentos futuros. "Também pode acontecer um sucateamento empresarial por conta da reformulação de companhias que perderiam partes importantes de suas estruturas, como usinas geradoras, para outros donos." O especialista ainda chama a atenção para uma possível desvalorização dos papéis das empresas do setor com negócios na bolsa.

Outro problema levantado com a abertura de novas licitações seria a falta de leis anteriores para regular o processo. "Nunca no Brasil houve uma licitação com ativos de empresas já existentes", lembra Waltenberg. "Teríamos de construir novas normas reguladoras." O advogado acredita que deve prevalecer a tendência da prorrogação dos contratos, mas com o estabelecimento de novas condições de serviço.

"No Brasil, o Estado continua como o árbitro dessa discussão e a resposta deve vir do Congresso", afirma o especialista André Serrão Borges, sócio do escritório Serrão Advogados. "As leis vigentes e a Constituição Federal provam que as concessões podem ser estendidas, principalmente quando existe uma amortização dos investimentos."

Para Mauro Henrique Sousa, consultor jurídico do Ministério de Minas e Energia, os grupos de estudo criados para discutir a questão trabalham com as vantagens e desvantagens de licitar ou dar mais vida às concessões. "Ainda não definimos como será a recomendação que o ministério apresentará ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE)", diz. "Mas, até o final do ano, esse resultado será divulgado."

O CNPE é um órgão que assessoria o presidente da República com a criação de políticas e diretrizes para o setor de energia. Uma das últimas resoluções do conselho foi indicar o projeto de geração de energia elétrica de Belo Monte, no Pará, como prioritário para efeito de licitação.

A obra é considerada de importância fundamental para o governo: serão mais de 11 mil megawatts de capacidade instalada. A usina será a terceira maior hidrelétrica do mundo, atrás de Três Gargantas, na China, com 22,4 mil megawatts, e Itaipu, de 14 mil megawatts.

## **Estatul busca novas plataformas para exploração no Nordeste e no Norte (Valor Econômico) 08/10/09**

Do Rio

A Petrobras está tentando identificar novas oportunidades exploratórias na chamada Margem Equatorial, plataforma que vai do Rio Grande do Norte ao Amapá, na região Norte do país. O diretor de exploração e produção da Petrobras, Guilherme Estrella, disse ontem que a abertura de novas fronteiras exploratórias é estratégica para a empresa. "É importante alimentar de forma permanente o processo exploratório com novas descobertas", disse Estrella.

Ele disse que a intenção da empresa é levar uma sonda para fazer perfurações no Ceará, Maranhão e Amapá em 2010. Estrella confirmou que dois poços "praticamente secos" foram perfurados em dois blocos na Bacia de Barreirinhas (MA). Um dos blocos é o BM-BAR -1, cujo consórcio é formado pela Petrobras, que é a operadora e tem participação de 50%, Devon Energy do Brasil (25%) e ONGC Videsh Limited (25%). O outro bloco é o BM-BAR-3, na mesma bacia, onde a Devon é a operadora com 45%. A SK tem 30% e a Petrobras, 25%.

Apesar do resultado negativo, Estrella afirmou que a Petrobras buscará novas perfurações na chamada Margem Equatorial. "Estamos reinterpretação toda a Margem Equatorial do ponto de vista exploratório", disse Estrella. Ele não descartou a devolução, para a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), de pelo menos parte dos blocos onde foram perfurados os poços secos. "Sendo secos, reinterpretação (os dados geológicos) para ver se devolvemos integralmente ou parcialmente os blocos", disse.

Ele informou que o primeiro poço perfurado na Bacia do Jequitinhonha, no litoral Sul da Bahia, não teve os resultados esperados pela estatal no pós-sal e problemas mecânicos na sonda impossibilitaram que a exploração continuasse até o pré-sal. A companhia vai decidir agora se realizará uma segunda perfuração, desta vez com o objetivo específico de buscar as rochas abaixo da camada de sal.

Estrella disse ser favorável à perfuração de um segundo poço no local para atingir o pré-sal, mas admitiu que a operação depende da análise do cronograma das sondas de perfuração. "Sou favorável a que se aprofunde (a perfuração) no pré-sal. Mas depende do tempo, porque programação de sondas é muito apertada", ponderou.

Ele disse que o teste de longa duração (TLD) de Tupi, na Bacia de Santos, segue "tranquilo" depois da parada no meio do ano provocada por um defeito nos parafusos de uma árvore de natal molhada - equipamento que controla o fluxo dos poços no fundo do mar. "Tupi está dentro das expectativas, produzindo entre 15 mil e 20 mil barris por dia". (RR e FG).

## **Projeto de Belo Monte deve ser aprovado em 2 semanas (Valor Econômico) 08/10/09**

Agência Brasil, de Brasília

Em cerca de duas semanas, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) deve aprovar o projeto básico da usina de Belo Monte. A previsão é do presidente da agência, Nelson Hubner, que participou ontem de audiência na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Tarifas de Energia Elétrica, na Câmara dos Deputados. "Eu não conversei com a minha equipe ainda, mas acredito que em uma semana, ou no máximo duas, nós podemos aprovar, porque já está tudo pronto."

Para aprovar o projeto básico, a agência irá comparar as informações prestadas pela Eletrobrás no estudo de viabilidade, com as informações sobre a vazão do rio Xingu, divulgadas pela Agência Nacional de Águas (ANA) no documento que autorizou a utilização dos recursos hídricos para a usina. "Se estiver tudo certo nós aprovamos logo. Senão, tem que fazer os acertos", afirmou Hubner.

A aprovação do projeto básico da usina é uma das medidas solicitadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para a liberação da licença prévia, que permitirá o leilão de Belo Monte.

Cenário: Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel) lidera projetos

## **Adesão a nova tecnologia gera ganho de eficiência (Valor Econômico) 08/10/09**

Jacilio Saraiva, para o Valor, de Brasília

Cordeiro de Melo: programas desenvolvidos pelo Cepel em 20 países

A adesão às novas tecnologias pode ser um diferencial entre as empresas que geram, transmitem e distribuem energia elétrica no Brasil. "Há sistemas desenvolvidos no país que aumentam a capacidade de transmissão e ajudam na expansão da venda de energia", garante Albert Cordeiro de Melo, diretor do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel), considerado o principal instituto de pesquisa e desenvolvimento do setor, no Hemisfério Sul. Recentemente, em parceria com outras companhias, apresentou um robô que detecta corrosões em cabos de linhas de transmissão e equipamentos que identificam situações de risco para a rede elétrica.

Entre os programas desenvolvidos pela instituição, que também estuda formas alternativas de energia e treina técnicos no segmento, estão o Newave, o Sage e o LPNE. O Newave é usado no planejamento e expansão da venda de energia. Ajuda a determinar metas de geração de usinas e diminuir o valor esperado do custo de operação. É utilizado ainda para analisar informações sobre o consumo de combustível, políticas tarifárias e gerenciamento da demanda. "Foi adotado por empresas como Furnas, Chesf, Light e Eletropaulo", diz Melo.

O sistema Sage conta com mais de 300 instalações no Brasil e pode ajudar as empresas a gerenciar seu potencial de energia. Chesf e Eletrosul usam o programa. Na primeira, realiza o monitoramento do nível de água de reservatórios na região Nordeste. Na Eletrosul, auxilia no diagnóstico de falhas da rede de transmissão.

A tecnologia LPNE (Linha de Potência Natural Elevada e Feixe Expandido) consegue aumentar a capacidade de transmissão de energia elétrica das linhas das redes. Segundo o Cepel, o uso da facilidade em uma extensão de 230 kV da Chesf provocou o acréscimo de 25% na capacidade de transmissão e a redução de perdas equivalentes a US\$ 300 mil por ano. A linha beneficiada foi o trecho Banabuiú-Fortaleza, com 180 quilômetros de extensão.

"Os programas desenvolvidos pelo Cepel podem ser encontrados em cerca de 20 países, como EUA e Canadá", diz Melo. No Brasil, mais de 30 universidades recebem versões acadêmicas dos projetos desenvolvidos no instituto. Em 1997, criou um manual hidroelétrico de bacias hidrográficas, utilizado como base para inventários do setor.

"As versões em espanhol e inglês do trabalho foram distribuídas pelo Banco Mundial na África e Ásia". Em setembro, o Ministério de Minas e Energia considerou o documento como uma ferramenta para a aprovação de novos inventários hidrelétricos de bacias no Brasil. Com a medida, qualquer proposta de alteração nos aproveitamentos de uma bacia hidrográfica só poderá ser autorizada conforme as diretrizes do manual.

Com mais de 500 funcionários, o Cepel tem 30 laboratórios distribuídos entre a sede, no campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e a unidade de Adrianópolis, no município de Nova Iguaçu (RJ). Com o apoio da Eletrobrás, do MME e do Ministério da Ciência e Tecnologia, o centro está investindo em projetos de infraestrutura e de pesquisa experimental da planta de Adrianópolis.

A ideia é simular novas concepções de linhas de alta capacidade para a transmissão de grandes blocos de energia da região Norte, principalmente por conta dos futuros empreendimentos de geração hidrelétrica do rio Madeira e da usina de Belo Monte.

Este ano, em parceria com a Chesf, o Cepel apresentou um robô que detecta corrosões em cabos de linhas de transmissão de 500 kV. O instituto também depositou no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) um pedido de patente de um sistema que monitora transformadores de corrente. (J.S)

Regulação: Setor prevê necessidade de estabelecimento de critérios visando a modicidade tarifária

## **Discussão abre a chance de rever as distorções de preço (Valor Econômico) 08/10/09**

Genilson Cezar, para o Valor, de Brasília

Hélio Neves Guerra: "É preciso verificar, no caso da licitação, como repassar possíveis ganhos para a sociedade" Relicitar ou prorrogar, o dilema sobre o futuro das concessões do setor elétrico que vencem em 2015 permanece não resolvido, mas abre uma inédita possibilidade de reduzir graves distorções nos preços da eletricidade paga pelos

consumidores. Mais ainda, trata-se de uma oportunidade de baratear esses custos. "Nos dois casos, licitação ou prorrogação, haverá necessidade de estabelecimento de critérios visando a modicidade tarifária ou alteração do marco legal", destaca Hélio Neves Guerra, superintendente de Concessões e Autorizações de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Para o deputado Bernardo Ariston, presidente da Comissão de Energia da Câmara dos Deputados, o grande desafio hoje é a questão da tarifa. "Atualmente, temos uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) debatendo o assunto, que é de vital importância para a sobrevivência do país, sobretudo para a população mais carente. Qualquer alternativa que se construa tem que ser boa para todo mundo", defende.

Segundo Guerra, a discussão vai além do aspecto legal envolvendo os planos econômico e político. Enquanto no caso da licitação, a situação já se apresenta praticamente em condição legal, no caso da prorrogação, adianta ele, a expectativa é que a definição de valores menores de tarifas possa se dar sem alteração do marco legal, apontando-se para uma solução de prorrogação condicionada a dois fatores: obrigações contratuais visando redução tarifária e possíveis rendas a serem capturadas.

O deputado Arnaldo Jardim (PPS-SP) defende a ideia de que se possa ter uma referência de preços semelhante ao que se praticamente atualmente. "É a diferença entre o preço praticado e a renda resultante dos novos processos de licitação ou de acordos de prorrogação seja apropriada por toda a sociedade", observa.

Ou seja, a ideia seria constituir um fundo de modicidade tarifária a partir dessa diferença entre preço e renda para que seja diluído de uma forma geral entre todos os consumidores de energia. "Feita essa ressalva, de que não se pode introduzir um novo valor isoladamente, pois impactaria a estrutura geral de preços, a apropriação de ganhos deve ser diluída para benefício do sistema energético como um todo", afirma.

A sugestão do deputado Jardim coincide com a proposta apresentada este ano por Nelson Hubner, diretor-geral da Aneel, de criar um fundo de equalização tarifária para reduzir a distância que separa as tarifas praticadas pelas distribuidoras de energia elétrica nas regiões mais pobres e mais ricas do país.

As distorções são gravíssimas, de acordo com a Aneel. A conta de luz de uma família de baixa renda no Maranhão, onde a renda anual per capita é de R\$ 4,6 mil, por exemplo, chega a ser quase 80% maior do que a de consumidores de Brasília, cidade brasileira com maior renda per capita, em torno de R\$ 37,6 mil.

Segundo a Aneel, essas distorções do valor da tarifa de eletricidade têm forte impacto no desenvolvimento regional, portanto, precisa haver mecanismos compensatórios.

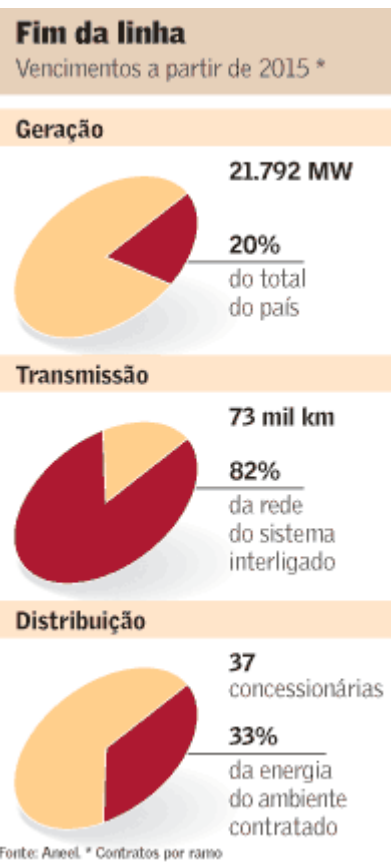
A agência não se posiciona favoravelmente a qualquer uma das opções - licitação ou prorrogação dos contratos de concessão - e avalia que o governo poderá levantar recursos e constituir um fundo de equalização com esse dinheiro.

Na verdade, a proposta sugere uma espécie de subsídio para os consumidores das regiões de tarifas mais caras. Esse tipo de situação já ocorre com a Conta de Consumo de Combustíveis, um encargo nas contas de luz para atenuar a tarifa nos sistemas isolados no Norte, onde a maior parte da energia é gerada pela queima de combustíveis fósseis. Em 2009, a CCC arrecadará R\$ 2,4 bilhões, valor que diminuirá progressivamente nos próximos anos, até chegar a cerca de 20% do seu valor atual.

Proposta quase semelhante à de Hubner consta do estudo divulgado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, elaborado pelos pesquisadores Nivalde de Castro, Joazir Nunes Fonseca, Guilherme de Azevedo Dantas e Victor. A diferença é de foco: o estudo da UFRJ concentra a equalização das tarifas para consumidores de baixa renda, e não por regiões.

Segundo a proposta, o distanciamento verificado entre as tarifas praticadas nas áreas de concessão das diferentes empresas distribuidoras contrasta com as políticas sociais distributivas adotadas pelo governo, e advertem que essa assimetria não deve mexer na remuneração das concessionárias, a fim de não gerar instabilidade regulatória.

De acordo com a Aneel, no entanto, existem desafios a serem enfrentados como critérios para reversão das concessões, valores de indenização etc., incorporação das Demais Instalações de Transmissão (DITs) às concessionárias de distribuição, e a definição de margens de preferências aos atuais concessionários no caso de licitação. "Mas não há obstáculos intransponíveis", afirma Guerra. "É preciso avaliar a questão legal para possíveis prorrogações, e verificar, no caso da licitação, como repassar possíveis ganhos para a sociedade", diz ele. A agência, segundo o marco regulatório do setor de energia elétrica, tem como competência a instrução dos processos de prorrogação, e uma de suas prioridades atuais, assinala Guerra, está na modicidade tarifária, e isso está sendo tratado com extremo rigor de modo a impactar o mais positivamente possível nas tarifas do setor elétrico.



## Para grandes consumidores, mercado livre está em risco (Valor Econômico) 08/10/09

De Brasília

A indefinição a respeito do vencimento de grande parte das concessões do setor elétrico, a partir de 2015, não se dá sem prejuízos para os consumidores industriais, criticam dirigentes empresariais. "O mercado livre está em risco pela falta de condições de expansão devido a esse quadro de incerteza", afirma Ricardo Lima, presidente da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e dos Consumidores Livres (Abrace), que congrega grandes grupos industriais, de energointensivos a consumidores livres.

De fato, os riscos não são pequenos. Afinal, os 53 associados (Braskem, Dow, Usiminas, Votorantim, Gerdau, Bunge, Alcoa, Nestlé, entre outros), que representam 500 unidades de consumo de diferentes áreas da indústria produtiva, como alumínio, cloro/soda, cimento, siderurgia, petroquímica, papel e celulose, vidros, fertilizantes, ferros-liga, mineração, têxtil e gases, respondem hoje por 20% de toda energia consumida no Brasil, ou seja, 45% do consumo de energia elétrica, e 40% da energia térmica da indústria brasileira.

Fundada em agosto de 1984, a Abrace tem por objetivo, segundo Lima, defender a competitividade da indústria, através de preços módicos da energia, com disponibilidade e qualidade. "Na verdade, trata-se de uma questão não apenas do setor energético, mas nacional." Ele diz que no período entre 2004 e 2007, por exemplo, "as empresas da Abrace representaram em média 255% da balança comercial brasileira, gerando exportações diretas e fomentando a economia de forma a impedir a saída de recursos do país." O impacto acumulado na balança comercial nesse período foi de US\$ 424 bilhões.

No entanto, analisa Lima, o mercado de consumidores livres vem sendo penalizado pelo quadro de instabilidade na oferta de energia. A situação atual ilustra bem isso, destaca o empresário. Enquanto 16.954 MW da energia nova dos leilões regulados são destinados ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR), somente 1.235 MW cabem ao Ambiente de Livre Contratação (ACL). "Já fizemos várias tentativas junto ao governo com objetivo de assegurar energia competitiva para o setor produtivo, mas isso tem se mostrado pouco produtivo até agora", diz Lima.

Como não têm garantia de que continuarão a operar, as geradoras têm restrições quanto a firmar contratos de longo prazo com esses consumidores. Por conta disso, a Abrace defende a prorrogação das concessões. "Somos favoráveis à prorrogação do prazo das concessões condicionado à definição imediata das regras e procedimentos para os futuros leilões de energia existentes referente às concessões a vencer" afirma Lima.

O setor tem motivações fortes para esse posicionamento, de acordo com o presidente da Abrace. Duas delas: facilidade relativa à continuidade do processo de operação e manutenção das usinas, e facilidade na forma de comercialização da energia. As propostas para prorrogação, no entanto, devem seguir regras bem estabelecidas que proporcionem acesso à energia existente, tanto para consumidores livres como regulados, a preços justos e de forma isonômica; comprovada competência do concessionário; obrigação de reinvestir no propósito da concessão; estruturação do modelo de renovação dos contratos; definição clara da metodologia de precificação para a energia existente; e definição de preço-teto para cada usina, entre outras.

A Abrace considera que essa trilha estratégica tem um sério obstáculo de cunho jurídico, que é a necessidade de revisão da legislação para conformar a prorrogação dos prazos de concessões. Por isso, acha importante a aprovação do projeto de lei 5438/2009, do deputado Paulo Rattes (PMDB-RJ), que autoriza a prorrogação das concessões de geração por até duas vezes de 20 anos.

O texto prevê também acesso isonômico de energia ao ambiente de contratação regulada e ao ambiente de livre contratação e estabelece que um eventual benefício a ser pago pelas concessionárias deverá ser utilizado em sua totalidade no setor elétrico. (G.C.)

## **Incertezas podem prejudicar investimentos no setor (Valor Econômico) 08/10/09**

Roberto Rockmann, para o Valor, de São Paulo

Godoy: "Empresas precisam fazer investimentos, projetar o amanhã e, para isso, precisam de regras claras e estáveis" O empresário Paulo Godoy, presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib) e do Grupo Alusa, acredita que as incertezas atuais quanto à renovação das concessões de empresas de energia elétrica poderão prejudicar investimentos e a contratação de energia ao longo dos próximos anos. Em entrevista ao Valor, Godoy disse que a crise financeira global não afetou as encomendas das fabricantes de bens de capital para o setor de petróleo e gás. Já no setor de energia elétrica, com a entrada de grandes projetos e a construção de dezenas de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) país afora, os pedidos têm sido retomados. A licitação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte tende a ser um divisor de águas para o país, segundo ele, confirmando a importância da região Norte como aproveitamento hidrelétrico.

O pré-sal também abre grandes oportunidades para a indústria nacional, mas os desafios pela frente não são pequenos, em sua visão. Em paralelo, o empresário afirma que o futuro do setor passa pela decisão sobre a renovação das concessões de geração, transmissão e distribuição. A seguir, trechos da entrevista.

Valor: A crise afetou a demanda dos fabricantes de bens de capital sob medida na área de energia?

Paulo Godoy: Quem fornece equipamentos para mineradoras, siderúrgicas ou produz equipamentos industriais de automação sofreu um baque grande e agora vê uma retomada gradual da atividade. No caso de energia, o cenário tem sido mais positivo. Em petróleo e gás, a demanda tem sido firme e o cenário é muito promissor com o pré-sal podendo adicionar importantes reservas ao país e podendo atrair bilhões de dólares em encomendas para o país. Em energia elétrica, vê-se uma reativação dos pedidos, com a construção da usina de Estreito, com 1.087 MW, na divisa do Tocantins com o Maranhão, que deve começar a gerar em energia no próximo ano. Também estão sendo construídas as hidrelétricas do rio Madeira e há dezenas de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) sendo construídas país afora. Além disso, existe a expectativa também de que a usina de Belo Monte, com capacidade de 11 mil MW, seja licitada nos próximos meses.

Valor: Como está o cronograma de licitação para a usina de Belo Monte e quais os principais desafios do empreendimento?

Godoy: A expectativa é de que a licitação possa ser realizada no quarto trimestre. Ela é fundamental para o desenvolvimento da região Norte e do país, porque confirma o uso dos rios da região como aproveitamentos hidrelétricos. Cerca de 70% do potencial hidrelétrico do Brasil está no Norte. O rio Xingu tem promessas de poder gerar muita energia. Se não pudermos contar com os aproveitamentos da região, teremos de explorar outras fontes de energia, muito mais caras e em muitos casos mais poluentes. A usina de Belo Monte traz grandes desafios, maiores que os vistos no rio Madeira. A logística será muito mais complexa e os riscos são maiores: o volume de escavação nos

canais é muito maior. Os autoprodutores de energia devem poder participar da licitação, sendo aberta a oportunidade de ingressar, o que pode marcar o início da participação mais efetiva desses agentes em grandes projetos do setor. Parece que há um consenso sobre a importância da obra, mas há grande divergência sobre valores. Uns falam em valores na casa de R\$ 15 bilhões, outros em R\$ 20 bilhões, alguns em R\$ 30 bilhões. Isso é uma incerteza ainda.

Valor: O Brasil irá sediar a Copa do Mundo de 2014. A Abdib está realizando estudos técnicos sobre a área de infraestrutura. Como está a questão de energia?

Godoy: Entregamos no início de setembro um amplo estudo sobre infraestrutura das 12 cidades brasileiras que irão sediar a Copa ao presidente Lula. Talvez a parte de energia elétrica seja a melhor entre todos os segmentos pesquisados e a que menos necessite de ajustes a serem feitos até 2014. Em outras áreas, como saneamento e mobilidade urbana, será preciso investir e coordenar recursos para reduzir os pontos falhos existentes.

Valor: A renovação das concessões de geração, transmissão e distribuição mobiliza empresas, governo e associações do setor. Até 2017, vencerão contratos relevantes nessas áreas. A incerteza em relação à renovação já tem impacto no setor?

Godoy: Este é um grande problema nacional e tem profundo impacto sobre o futuro do setor elétrico. E existe uma grande complexidade nessa discussão. Existem contratos de todos os tipos, novos, velhos e com realidades completamente diferentes e abrangendo diversos segmentos, como distribuição, geração e transmissão. As empresas precisam vender energia, fazer investimentos, projetar o amanhã e, para isso, precisam de regras claras e estáveis. A incerteza prejudica e muito. Os critérios que forem definidos agora para resolver o impasse existente com o fim do prazo das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia servirão como uma espécie de jurisprudência para o momento em que for necessário discutir cláusulas e regras para renovar ou licitar novamente contratos de concessões em outros setores de infraestrutura cujos prazos vencerem nos próximos anos e décadas. Como se a discussão já não fosse complexa o suficiente, ainda há as novas regras contábeis, que irão propiciar novas formas de contabilização de ativos societários, financeiros e regulatórios.

Valor: A discussão sobre esse assunto ainda parece estar em segundo plano?

Godoy: A mobilização em torno do pré-sal e da usina de Belo Monte está deixando esse assunto em segundo plano, mas ele é prioritário. É fundamental estabelecer um padrão uniforme para que não se criem discriminações. A incerteza é o pior elemento existente: a decisão teria de sair em 2010, mesmo com a dificuldade de o próximo ano ser eleitoral. Vários contratos irão vencer em 2014 e 2015. Há grandes dúvidas: serão realizadas novas licitações desses ativos? Como os concessionários atuais poderão competir? Terão de pagar? Fizemos um evento no fim de agosto em que assistimos a quatro advogados apresentando quatro soluções jurídicas diferentes entre si, mas todas bem embasadas, o que aponta que uma futura decisão sobre a questão poderá ser contestada judicialmente. A questão não é fácil, mas é fundamental que haja uma definição porque o futuro do setor está ligado a ela.

Valor: Recentemente, o governo federal anunciou o marco regulatório do pré-sal. Alguns críticos alegam que é estatizante demais. Outros dizem que o petróleo é um bem estratégico que tem de ficar sob as rédeas do Estado. Qual sua avaliação sobre as regras?

Godoy: A legislação limita um bocado em muitos pontos. Nesse modelo não sei se haverá incentivos para os investidores privados. Mas é preciso ainda acompanhar o resultado final da regulação no Congresso e no Senado, porque poderá haver algum tipo de flexibilização. Por lei, a Petrobras é obrigada a ser operadora única em todos os campos da área, em entrar em todos consórcios e em associações em que pode não ter escolhido os participantes. Pode-se caminhar para uma flexibilização de alguns desses critérios.

Valor: A Petrobras tem dito que um dos fatores que irão indicar a velocidade da exploração das jazidas de pré-sal é a capacidade da indústria de bens de capital de fornecer equipamentos. A indústria nacional tem condições de atender aos pedidos da Petrobras, que deverá investir mais de US\$ 170 bilhões até 2013, sendo que grande parte desses recursos serão direcionados a projetos no Brasil?

Godoy: Nossa intenção é criar uma indústria nacional que forneça equipamentos de óleo e gás tanto internamente quanto externamente, ou seja, que tenha condições de aumentar a participação nacional nos pedidos feitos aqui e ter competitividade suficiente para ganhar espaço no exterior. O primeiro passo é o marco regulatório. A partir daí pode-se começar a fortalecer a cadeia de fornecimento, porque as encomendas da Petrobras são muito grandes. Há dois pontos fundamentais: capital financeiro e capital humano. Apenas em sondas, a Petrobras está buscando contratar 28, um investimento que deverá superar US\$ 20 bilhões e no qual nossa meta é que uma parte seja produzida aqui. É uma

tarefa imensa. Envolve também o financiamento, que deverá contar com um mix de funding externo e interno. O gerenciamento de risco é outro ponto a ser levado em conta, porque a Petrobras não pode sozinha ficar com ele, não tem balanço para isso. Em grandes encomendas, tem de haver um compartilhamento entre BNDES, Petrobras, instituições internacionais e fornecedores. Outro grande desafio é a questão de mão de obra. Será necessária gente com alta capacitação para trabalhar no segmento e isso demanda treinamento, capacitação que terá de ser intensificada a partir de agora.

## **Prós e contras de licitar e prorrogar (Valor Econômico) 08/10/09**

De Brasília

Tolmasquim: reorganização geográfica talvez reduzisse as desigualdades  
O imbróglio é grande, sustenta Mauricio Tolmasquim, presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Os integrantes do grupo de trabalho criado pelo governo, no ano passado, estão atônitos diante do trabalho de classificar os vários contratos, de acordo com as leis que afetam cada um deles. "Por isso, nos dois caminhos que existem hoje para serem trilhados - criar condições legais de regulamentação para licitar as concessões ou alterar a legislação para poder prorrogar os contratos atuais - existem prós e contras que constituem um grande desafio para o país", analisa Tolmasquim, que também integra a força-tarefa criada para debater o término das concessões do setor elétrico.

Em relação à licitação, do ponto de vista das concessões da área de distribuição, por exemplo, há aspectos positivos, segundo ele. "Pode-se aproveitar o processo de relicitação para, eventualmente, reorganizar algumas áreas de concessão para distribuidores. Tem áreas com muitos pequenos distribuidores, áreas com custo de tarifas elevadas. Com a reorganização geográfica, talvez houvesse uma redução das desigualdades tarifárias", assinala ele.

Outro aspecto positivo, acrescenta, é que se poderia usar a licitação para reduzir os encargos setoriais. Tratam-se de mecanismos transparentes da licitação que podem ser aplicados para transformar o mercado, sem necessidade de arbitrar valores - a competição é que definiria os novos valores.

Para Tolmasquim, no entanto, há uma série de aspectos negativos na licitação, até maiores que os positivos. A questão da reversão dos ativos é uma delas. "Numa licitação, quem ganhar vai levar os ativos, mas não necessariamente a empresa com seus funcionários, nem com seu passivo. O ganhador pode aproveitar os funcionários ou não. Está licitando os ativos. Na realidade, não está privatizando a empresa. Não é só a questão dos funcionários, nem também os passivos jurídicos. É uma situação potencialmente complicada", explica.

Outra questão é que quem adquire os ativos vai precisar de um tempo para reorganizar a empresa, montar uma nova empresa. E isso pode, de alguma forma, trazer como consequência uma descontinuidade dos serviços e da qualidade de atendimento.

Tem mais. "Como se trata de uma quantidade muito grande de ativos que serão licitados, e a aquisição desses ativos vai exigir grandes investimentos, será que esses capitais não deixarão de ir para expansão do sistema, para expansão da geração, da transmissão, da distribuição, sendo deslocados para adquirir um ativo que já existe? Tem aí uma questão que é preciso verificar com cuidado", afirma.

De acordo com Tolmasquim, do ponto de vista da distribuição, a questão da licitação só faria sentido se fosse um teste de regulação tarifária - avaliar de que forma o distribuidor conseguiria reduzir ainda mais a tarifa. "Só que hoje o mercado de energia elétrica tem uma regulação bastante forte. A Aneel já cumpre um papel importante de regulação do setor, com bastante rigor, do ponto de vista de tarifas. Por isso, tenho dúvida se o risco de desorganização que tem o sistema compensaria uma eventual vantagem de se obter numa licitação uma tarifa um pouco melhor", adverte.

No que diz respeito à transmissão, a situação também se mostra repleta de pós e contras, mais contras, até, segundo Tolmasquim. "Existe uma opinião generalizada, muito bem embasada, de que se fossemos relicitar as concessões de transmissão, várias empresas teriam que ser indenizadas, e fortemente, pelos investimentos que fizeram e pelo fato de as tarifas não estarem remunerando essa transmissão. Então, uma eventual passagem de ativos das empresas de transmissão poderia gerar um custo para o sistema bastante grande, porque várias empresas fizeram investimentos na manutenção de suas linhas e isso não está ainda necessariamente zerado pelas tarifas. Ou seja, uma transferência de concessões de transmissão, ao contrário da área de geração, poderia ensejar até mesmo um aumento de tarifas", destaca. (G.C.)

## **Gás boliviano (Valor Econômico) 08/10/09**

O consumo de gás natural boliviano vem aumentando gradativamente desde o mês de maio e atingiu a média diária de 24,3 milhões de metros cúbicos por dia na primeira semana deste mês, disse ontem o gerente de Marketing da Petrobras, Antônio Eduardo Monteiro de Castro. De acordo com ele, o crescimento do consumo, que sofreu uma queda com a crise financeira internacional, está ocorrendo por causa do aumento da procura pelo mercado industrial. "houve uma recuperação do consumo da indústria, acompanhada da necessidade de despacho extra para algumas usinas termelétricas", disse.

## **Iluminação (Correio Popular – Correio do Leitor) 08/10/09**

Cidinha Bernardo  
Dona de casa, Campinas

Gostaria muito que os responsáveis pela iluminação pública viessem fazer uma visita à Rua Angelina Gagliardi Borin, na altura do número 39, no Parque Xangrilá, onde moro. Mas essa visita tem que ser à noite, pois só assim eles vão ver a necessidade de um poste de luz no local. Pago a taxa de iluminação pública e, em frente à minha casa, é uma escuridão só (...).

## **GESTÃO ENERGÉTICA (Correio Popular – Caderno C) 08/10/09**

ALMIR REIS  
societa@rac.com.br

A sétima edição do GEI — Seminário de Gestão Energética Industrial acontece hoje no Café Filosófico, reduto de grandes encontros na CPFL Cultura. O evento deve mostrar as novas tendências e soluções sustentáveis que contribuem para uma melhor gestão interna da energia. O seminário é direcionado a diretores, gerentes e engenheiros de manutenção elétrica da região.

## **EPE assegura que pré-sal não reduzirá pesquisas sobre energias renováveis (CanalEnergia) 07/10/09**

Em audiência pública na Câmara, Mauricio Tolmasquim destaca que fundo social prevê recursos para pesquisas nessa área  
Da Agência CanalEnergia, Planejamento e Expansão

O presidente da Empresa de Pesquisa Energética, Mauricio Tolmasquim, afirmou nesta quarta-feira, 7 de outubro, que as pesquisas em energias renováveis não serão prejudicadas em razão da exploração do petróleo da camada pré-sal. A garantia foi dada a parlamentares durante audiência pública da comissão especial da Câmara dos Deputados que analisa a proposta do regime de partilha no pré-sal.

O deputado Fernando Gabeira (PV-RJ) questionou se os estudos sobre hidrelétricas, energia solar, eólica e etanol ficarão comprometidos em função de uma atenção especial que tem sido dada ao petróleo nos últimos meses. O presidente da EPE disse ainda que não há risco de que falte dinheiro para pesquisas para fontes alternativas. "Está previsto no Fundo Social atender à ciência e tecnologia, inclusive em projetos de pesquisa para energias renováveis", alegou. Tolmasquim lembrou que está previsto para novembro o primeiro leilão de energia eólica no país.

Com informações da Agência Brasil.

## **Belo Monte: projeto básico pode ser aprovado em até duas semanas, diz Hubner (CanalEnergia) 07/10/09**

Ibama depende de documento para concessão de licença prévia  
Da Agência CanalEnergia, Planejamento e Expansão

A Agência Nacional de Energia Elétrica deve aprovar em até duas semanas o projeto básico da hidrelétrica de Belo Monte (PA, 11.233 MW), cujo leilão está previsto para ocorrer até o final do ano. A previsão é do diretor geral da Aneel, Nelson Hubner, que participou nesta quarta-feira, 7 de outubro, da Comissão Parlamentar de Inquérito das Tarifas de Energia Elétrica na Câmara dos Deputados. "Eu não conversei com a minha equipe ainda, mas acredito que em uma semana ou no máximo duas nós podemos aprovar, porque já está tudo pronto", afirmou.

A aprovação do projeto básico da usina é uma das solicitações do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis para a liberação da licença prévia. A Aneel vai comparar as informações prestadas pela Eletrobrás no estudo de viabilidade com as informações sobre a vazão do Rio Xingu, divulgadas pela Agência Nacional de Águas por meio da Declaração de Reserva por Disponibilidade Hídrica. "Se estiver tudo certo nós aprovamos logo. Senão, temos que fazer os acertos", afirmou Hubner.

Com informações da Agência Brasil.

## **Estudo defende soluções locais para exercício do direito ao acesso à energia (CanalEnergia) 07/10/09**

Tese de doutorado traz exemplos de pequenas localidades que encontraram alternativas para geração de energia  
Danilo Oliveira, da Agência CanalEnergia, Consumidor

Soluções locais para levar energia elétrica a comunidades onde o direito de ter esse bem ainda não foi exercido. A saída é apontada pela advogada Maria D' Assunção Costa, que apresentou recentemente no Instituto de Eletrotécnica e Energia da Universidade de São Paulo tese de doutorado sobre o direito, pelo cidadão, de acesso à energia. Ela defende que existem alternativas além das formas convencionais de geração que podem atender comunidades onde sequer chegaram programas de eletrificação.

A tese "Direito de Acesso à Energia - Meio e Pré-condição para o exercício do Direito ao Desenvolvimento e dos Direitos Humanos" considera inadmissível que neste século, na chamada Era da Informação, ainda existam pessoas sem acesso à energia. O trabalho destaca que, à medida que as famílias têm acesso à energia, o dia a dia delas modifica-se completamente, seja pela informação que passa a receber, seja pelos novos hábitos, seja ainda pelas novas oportunidades que a energia poderá proporcionar a essas comunidades.

O estudo mostra ainda que o direito à energia está em movimento porque acompanha as demandas sociais, culturais e econômicas. A pesquisa abordou aspectos como a evolução histórica desses direitos no cenário brasileiro e internacional, assim como dos serviços públicos. "O exercício pleno dos direitos humanos, que incluem o direito ao desenvolvimento, fica comprometido sem o acesso à energia", defendeu a autora do estudo.

A tese apresenta exemplos de lugarejos sem acesso à energia, mas que podem dispor do insumo por meio de fontes como mini-hidrelétricas, biodiesel e energia solar. O estudo também traz casos em que, além do acesso aos eletrodomésticos básicos, as pessoas passam a construir centros comunitários com acesso à internet e à educação à distância. Segundo ela, isso, de alguma maneira, "democratiza o conhecimento".

Entre os exemplos, o trabalho faz o estudo de caso do projeto Prisma, desenvolvido no município de Cachoeira do Aruã, a 145 quilômetros de Santarém (PA). O estudo mostra que, além da energia, a população local teve acesso à saúde, educação e ao conhecimento. A autora destaca que o projeto teve uma micro-hidrelétrica com 50 kW que permitiu o abastecimento de 51 usuários: 42 residenciais, duas igrejas, uma loja comunitária, uma clínica médica, uma escola, uma área de lazer, além do equipamento para o abastecimento de água e um centro de convivência com acesso à internet. "Este projeto confirma que a vida se transforma completamente quando a coletividade dispõe do acesso a algum tipo de energia", avaliou Maria D'Assunção.

No aspecto legislativo, a advogada afirma que as políticas públicas poderiam ser melhor analisadas. Ela reconhece os resultados dos programas de baixa renda e Luz para Todos. No entanto, a autora do estudo acredita que ainda existe muito a ser feito, sobretudo pelo fato de as necessidades de energia de uma família serem diferentes das vividas na década de 90. "Neste século XXI, o acesso à inclusão digital integra o direito ao desenvolvimento e, conseqüentemente, os direitos humanos", acrescentou.

## **Equatorial ON encerra em alta de 2,24% (CanalEnergia) 07/10/09**

Transmissão Paulista PN fecha com baixa de 2,46%. IEE chega aos 23.065 pontos com alta de 0,11%  
Da Agência CanalEnergia, Noticiário

A Equatorial ON encerrou em alta de 2,24% no pregão da Bolsa de Valores de São Paulo desta quarta-feira, 7 de outubro. Outros resultados positivos marcaram o leilão desta quarta-feira. Entre eles, o da AES Eletropaulo PNB (1,62%), o da Cesp PNB (1,35%) e o da MPX Energia ON (1,32%). A Transmissão Paulista PN fechou com baixa de 2,46%, seguida pela Energias do Brasil ON (-1,99%). A Coelce PNA e a Eletrobrás PNB fecharam com estabilidade. O IEE alcançou os 23.065 pontos e encerrou em alta de 0,11%. O Ibovespa fechou em baixa, com -0,05%, aos 62.638 pontos.

Confira abaixo o desempenho das ações que compõem o IEE no pregão de hoje:

AES Eletropaulo PNB: 1,62%  
AES Tietê PN: -0,35%  
Celesc PNB: 0,29%  
Cemig PN: -0,59%  
Cesp PNB: 1,35%  
Coelce PNA: estável  
Copel PNB: 0,78%  
CPFL Energia ON: 0,28%  
Eletrobrás PNB: estável  
Energias do Brasil ON: -1,99%  
Equatorial ON: 2,24%  
Light ON: -0,56%  
MPX Energia ON: 1,32%  
Tractebel ON: -0,51%  
Terna Participações UNT: -0,03%  
Transmissão Paulista PN: -2,46%

## **MP 466, aprovada pela Câmara, muda pouco e continua a onerar consumidor, segundo Abrace (CanalEnergia) 07/10/09**

Medida acatou 10 das 49 emendas apresentadas pelos parlamentares. Associação calcula que impacto será maior que esperado pelo governo

Alexandre Canazio, da Agência CanalEnergia, Regulação e Política

A Câmara dos Deputados aprovou na noite da última terça-feira, 6 de outubro, a Medida Provisória 466, que regulamenta a transição para a integração do Sistema Isolado ao Sistema Interligação Nacional. A MP teve o acréscimo de 10 das 49 emendas apresentadas pelos parlamentares. A oposição, por exemplo, conseguiu durante as discussões incluir uma emenda que proíbe o repasse das despesas adicionais com a CCC para os consumidores de baixa renda. A MP 466, agora, será submetida à apreciação pelo Senado.

Ricardo Lima, presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres, salientou a rejeição pelo relator, o deputado João Carlos Bacelar (PR-BA), de emenda que retomava o pagamento da Recomposição Tarifária Extraordinária pelos consumidores livres. De resto, ele destaca que a matéria saiu da Câmara para tramitar no Senado com poucas alterações. Segundo cálculos da Abrace, o consumidor poderá pagar este ano uma conta de R\$ 3,5 bilhões de CCC. Isso significa um acréscimo de R\$ 300 milhões sobre a conta de 2008, ante uma previsão governamental de um impacto de R\$ 100 milhões.

A MP determina a cobertura pela CCC dos custos globais da geração de energia elétrica pelas térmicas no Sistema Isolado. Segundo a justificativa do governo, o país conta com 227 sistemas isolados, com uma carga própria de 1.550 MW médios. As distribuidoras dos sistemas também passam a ser obrigadas a contratar energia em leilões. Além disso, as concessionárias de distribuição não poderão mais ter ativos de geração, realizando processo de desverticalização, enquadrando-se nas regras vigentes para o restante do país

Um impacto, ainda não calculado pela Abrace, é a divisão da tarifa das usinas nucleares de Angra por todos os consumidores do SIN. O assunto foi introduzido na MP, que foi aprovada como um projeto de lei de conversão (PLV) 16/2009. Segundo o texto, o rateio vai começar em 1º de janeiro de 2013 e o preço definido pela Agência Nacional de Energia Elétrica.

Para Lima, a divisão acaba com uma "situação estranha" na qual Furnas comprava a energia das nucleares e repassava as distribuidoras. "O impacto no consumidor vai depender do valor da tarifa a ser fixada pela Aneel", salientou o executivo em entrevista à Agência CanalEnergia.

## **Copel realiza leilão de venda de 67 MWmed (CanalEnergia) 07/10/09**

Com centro de gravidade do submercado Sul, produto tem período de entrega de 1º a 30 de setembro  
Da Agência CanalEnergia, Mercado Livre

A Copel GT realiza na próxima terça-feira, 13 de outubro, leilão para a venda de 67 MW médios. De acordo com o edital, a quantidade de energia disponibilizada será negociada em lotes de, no mínimo, 1 MWmed cada. Com centro de gravidade do submercado Sul, o produto tem período de entrega de 1º a 30 de setembro. Os interessados devem enviar o termo de adesão até às 12 horas do próximo dia 9. O resultado do certame será divulgado até às 16 horas.

## **Terna terá assembleia para escolha de novos conselheiros (CanalEnergia) 07/10/09**

Representantes das duas empresas se reuniram em Roma para concluir operação, da ordem de R\$ 2,2 bilhões  
Da Agência CanalEnergia, Negócios e Empresas

A Terna Participações terá nos próximos dias uma assembleia geral para a escolha de novos conselheiros, que escolherão a nova direção da empresa, cujo controle passará para a Cemig em novembro. A definição ocorreu na última terça-feira, 6 de outubro, durante encontro em Roma, na Itália, entre representantes das duas empresas e do governo de Minas Gerais, majoritário na estatal. O encontro marcou a conclusão da operação, da ordem de R\$ 2,2 bilhões.

“Ultimamos entendimentos que farão com que os ativos de transmissão da Terna no Brasil passem à propriedade da Cemig ainda esse mês. A Aneel já deu a sua autorização final. A partir de amanhã [quarta-feira, 7 de outubro] deve ser convocada assembleia da Terna no Brasil”, disse o governador de Minas Gerais, Aécio Neves.

Com a aquisição da Terna, a Cemig ampliará a sua rede de transmissão para 9.508 quilômetros, crescimento de 65%. Além disso, a companhia aumenta a participação no setor de transmissão brasileiro de 5,4% para 12,6%. A Terna Participações atua na Bahia, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins.

## **Reservatórios do Norte atingem 52% do volume armazenado (CanalEnergia) 07/10/09**

Hidrelétrica de Tucuruí opera com 36,82% da capacidade, segundo dados do ONS  
Da Agência CanalEnergia, Noticiário

A hidrelétrica de Tucuruí opera com 36,82% da capacidade, segundo dados do boletim do Operador Nacional do Sistema Elétrico referentes à última terça-feira, 6 de outubro. O nível dos reservatórios do Norte está com 52% do volume. Confira abaixo a situação de cada submercado:

Submercado Sudeste/Centro-Oeste - Os reservatórios atingem 69,4% da capacidade, com baixa de 0,2%. O índice está 40,2% acima da curva de aversão ao risco. As usinas de Camargos e Nova Ponte operam com 46,58% e 85,93%, respectivamente.

Submercado Nordeste - Os reservatórios atingem 67,4% do volume, com baixa de 0,3%. O índice está 39,9% acima da curva de aversão ao risco. A hidrelétrica de Sobradinho trabalha com 64,92% da capacidade.

Submercado Sul - O nível dos reservatórios está em 93,8%, com baixa de 0,4%. O índice está 80,6% acima da curva de aversão ao risco. A hidrelétrica de Barra Grande registra 99,02% da capacidade de armazenamento.

Submercado Norte - Os reservatórios registram 52% do volume acumulado, com baixa de 0,2%. A hidrelétrica de Tucuruí opera com 36,82% da capacidade.

## **Parque eólico de Jaguarão recebe licença de instalação do Ibama(CanalEnergia) 07/10/09**

Com 50,15 MW de capacidade instalada, empreendimento está localizado no Rio Grande do Sul, na fronteira com o Uruguai  
Da Agência CanalEnergia, Meio Ambiente

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis concedeu a licença de instalação do parque eólico de Jaguarão, no Rio Grande do Sul. Com 50,15 MW de capacidade instalada, o empreendimento está localizado no município de Jaguarão, na divisa do Brasil com o Uruguai. A licença tem validade de três anos e estabelece 21 condicionantes. De acordo com o Ibama, os analistas do órgão estabeleceram a poligonal do parque o mais distante possível do Rio Jaguarão, área importante de movimentação de aves. O instituto informou ainda que o monitoramento será rigoroso para a proteção da avifauna e dos morcegos, estendendo-se após a concessão da licença de operação.

## **Subsidiária da Cemig realiza leilão de compra de energia no curto prazo (CanalEnergia) 07/10/09**

Sá Carvalho pretende adquirir lote de 3,26 MW med com período de fornecimento de 1º a 30 de setembro deste ano  
Da Agência CanalEnergia, Mercado Livre

A Sá Carvalho, subsidiária da Cemig, realizará no próximo dia 13 de outubro leilão de compra de energia convencional no curto prazo. No certame será contratado um produto com centro de gravidade no submercado Sudeste/Centro-Oeste. Segundo o edital da companhia, o lote a ser comprado será de 3,26 MW médios com período de fornecimento de 1º de setembro a 30 de setembro deste ano. Os vendedores deverão enviar o termo de adesão até às 11 horas do próximo dia 9 para o fax (31) 3506-4660.

## **Nova plataforma para energia de reserva deve operar em janeiro, segundo CCEE (CanalEnergia) 07/10/09**

Objetivo é aumentar visibilidade às informações, comportando crescimento do volume de contratos e montantes financeiros a serem liquidados em 2010  
Da Agência CanalEnergia, PeD e Tecnologia

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica prevê para janeiro de 2010 a entrega de um novo sistema computacional para a gestão financeira e contratual de energia de reserva. O objetivo da nova plataforma, segundo a CCEE, é aumentar a visibilidade às informações da energia de reserva, além de garantir uma ferramenta que comporte o constante crescimento do volume de contratos e montantes financeiros a serem liquidados a partir do próximo ano.

A estimativa da CCEE é de que em 2010 sejam movimentados aproximadamente R\$ 450 milhões em receita fixa paga aos geradores. A câmara prevê ainda a entrada de novos contratos provenientes do leilão de energia eólica, previsto para o próximo dia 25 de novembro. A CCEE também disponibilizará em seu site uma nova estrutura de divulgação, mais didática e com novas informações. Além disso, o sistema poderá emitir relatórios detalhados com dados de interesse dos agentes.

## **Concessões: ABCE e Abrace defendem prorrogação em audiência na Câmara (CanalEnergia) 07/10/09**

Tolmasquim afirma que pode haver perda na qualidade dos serviços em caso de nova licitação  
Da Agência CanalEnergia, Regulação e Política

Representantes de concessionárias e dos grandes consumidores defenderam na última terça-feira, 6 de outubro, a prorrogação de concessões. O tema foi discutido em audiência pública promovida pela Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados. O presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Energia Elétrica, José Simões Neto, acredita que a prorrogação trará menos riscos para a continuidade dos serviços e investimentos, que ficariam comprometidos no período de pré-licitação. Para isso, o presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres, Ricardo Lima, considera importante a aprovação do Projeto de Lei

5.438/09, do deputado Paulo Rattes (PMDB-RJ), que autoriza a prorrogação das concessões por até duas vezes de 20 anos.

Na ocasião, o presidente da Empresa de Pesquisa Energética, Mauricio Tolmasquim, alertou que, no caso de licitação, quem adquirir os ativos vai precisar de tempo para montar a nova empresa, o que pode ocasionar mudanças no quadro de funcionários e perda na qualidade dos serviços. Além disso, na visão dele, o capital que poderia ser usado para expansão da empresa vai servir para compra de ativos existentes. Sobre as linhas de transmissão, o executivo afirmou que muitas empresas teriam que ser indenizadas, já que fizeram investimentos e ainda não tiveram o retorno do dinheiro aplicado. Já o deputado Arnaldo Jardim (PPS-SP), que sugeriu o encontro, defendeu nova licitação para o setor. Segundo o parlamentar, a prorrogação passa a impressão de que a concessão é permanente.

Com informações da Agência Câmara.

## **Energias do Brasil ON registra queda de 2,41% (CanalEnergia) 07/10/09**

Equatorial ON registra alta de 2,24%. IEE alcança os 22.999 pontos com baixa de 0,17%  
Da Agência CanalEnergia, Noticiário

A Energias do Brasil ON opera em queda de 2,41% no pregão da Bolsa de Valores de São Paulo desta quarta-feira, 7 de outubro. O setor elétrico registra outros resultados negativos com a Light ON (-1,87%) e a Celesc PNB (-1,09%). A Equatorial ON opera em alta de 2,24%, acompanhada pela MPX Energia ON (1%) e AES Tietê PN que registrou 0,29%. O Índice de Energia Elétrica alcançou os 22.999 pontos, com baixa de 0,17% assim como o Ibovespa, que chegou aos 62.480 pontos e registrou baixa de 0,30%.

Confira abaixo o desempenho das ações que compõem o IEE no pregão de hoje:

AES Eletropaulo PNB: 0,21%  
AES Tietê PN: 0,29%  
Celesc PNB: -1,09%  
Cemig PN: -0,59%  
Cesp PNB: 0,40%  
Coelce PNA: 0,64%  
Copel PNB: 0,09%  
CPFL Energia ON: x%  
Eletrobrás PNB: -0,59%  
Energias do Brasil ON: -2,41%  
Equatorial ON: 2,24%  
Light ON: -1,87%  
MPX Energia ON: 1%  
Tractebel ON: -0,23%  
Terna Part UNT: 0,05%  
Transmissão Paulista PN: -0,90%

## **CEEE-GT receberá ressarcimento por prestação de serviço ancilar (CanalEnergia) 07/10/09**

Montante de R\$ 1,091 milhão é referente à adequação de unidade geradora da UHE Itaúba, no Rio Grande do Sul  
Danilo Oliveira, da Agência CanalEnergia, Negócios e Empresas

A Agência Nacional de Energia Elétrica autorizou na última terça-feira, 6 de outubro, o ressarcimento de R\$ 1,091 milhão para a CEEE-GT para a prestação do serviço ancilar de suporte reativo. O montante é referente à adequação da unidade geradora 1 da hidrelétrica Itaúba (RS, 512,4 MW) e será ressarcido via Encargos de Serviço do Sistema. A relatora do processo, a diretora Joísa Campanher Dutra Saraiva, considerou que as áreas competentes atestaram a natureza dos serviços ancilares prestados pela empresa. Comprovada essa prestação, ela destacou que a legislação prevê o ressarcimento via ESS.

A relatora ressaltou que não se trata de concessão retroativa de montante a título de ressarcimento via ESS. Segundo a diretora, o ressarcimento "em momento algum pode ensejar a conclusão de que se estaria diante da concessão de benefício retroativo". Isso porque o ressarcimento apenas ocorrerá em virtude da decisão deste colegiado. Ela

considerou que é inaplicável o artigo 9º da resolução 265/03, que determina que o ressarcimento se dá a partir do mês subsequente à entrada em operação comercial do serviço ancilar.

## **CPI das Tarifas terá sessão com Nelson Hubner (CanalEnergia) 07/10/09**

Debate, com diretor geral da Aneel e Ildo Sauer, professor da USP, discute composição de tarifas de distribuição e apuração da compensação de custos

Da Agência CanalEnergia, Regulação e Política

A Comissão Parlamentar de Inquérito das Tarifas de Energia Elétrica terá sessão nesta quarta-feira, 7 de outubro, em que estarão presentes o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, Nelson José Hubner Moreira e o diretor da Divisão de Ensino do Instituto de Eletrotécnica e Energia da USP, Ildo Luís Sauer. O debate discutirá a composição das tarifas de distribuição e a forma de apuração da compensação de custos. A discussão foi proposta pelos deputados Chico Lopes (PCdoB-CE) e Alexandre Santos (PMDB-RJ). Os deputados querem saber como é feita a compensação dos custos da parcela A, já que a única forma de remunerar as concessionárias é por meio da tarifa paga pelos consumidores. A reunião está prevista para as 12 horas no plenário 14.

Com informações da Agência Câmara.

## **Cemig PCH promove leilão de compra de 2,02 MWmed (CanalEnergia) 07/10/09**

Produto deverá ser entregue no submercado Sudeste/Centro-Oeste. Certame acontece no próximo dia 13

Da Agência CanalEnergia, Mercado Livre

A Cemig PCH realizará no próximo dia 13 de outubro leilão de compra de energia de fonte incentivada no curto prazo. No certame, será contratado um produto com centro de gravidade no submercado Sudeste/Centro-Oeste. Segundo o edital da companhia, o lote a ser comprado será de 2,02 MWmed com prazo de entrega de 1º de setembro a 30 de setembro deste ano. Os vendedores deverão enviar o termo de adesão até o próximo dia 9 às 11 horas para o fax (31) 3506-4660. O resultado do certame será divulgado até às 18 horas.

## **Gás natural importado no Sudeste saiu a US\$ 4,3389 por milhão de BTUs em agosto (CanalEnergia) 07/10/09**

Transporte teve preço de US\$ 1,7497 por milhão de BTUs, segundo dados do MME, já disponibilizados no Monitor Energia

Da Agência CanalEnergia, Negócios e Empresas

O preço do gás natural importado custou para a região Sudeste US\$ 4,3389 por milhão de BTUs, ou R\$ 0,2986 por metro cúbico. O transporte saiu a US\$ 1,7497 por milhão de BTUs - ou R\$ 0,1204 por metro cúbico, segundo dados do Boletim do Gás Natural, divulgados pela Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia.

Os preços são referentes ao da Petrobras para as distribuidoras de gás natural. O preço do gás natural no Sudeste em agosto ficou em R\$ 0,5862 por metro cúbico, ou US\$ 8,5166 por milhão de BTUs. Consumidores industriais do Sudeste com demanda acima de 50 mil metros cúbicos diários pagaram US\$ 14,4922 por milhão de BTUs, já com os impostos incluídos.

O valor do dólar de conversão em agosto é de R\$ 1,8452. Para as térmicas do Programa Prioritário de Termelétricidade, o gás custou US\$ 3,95/MMBTU, contra US\$ 3,92/MMBTU verificado em julho. Já o valor pago no Henry Hub de agosto é de US\$ 3,14/MMBTU, contra US\$ 3,38/MMBTU de julho, ainda de acordo com o MME.

## **Energisa pretende emitir units (CanalEnergia) 07/10/09**

Empresa planeja ainda realizar operação para desdobramento de ações

Da Agência CanalEnergia, Investimentos e Finanças

A Energisa pretende emitir certificados de depósitos de ações - units - num total que equivalha a uma ação ON e quatro PNs. A empresa vai levar a proposta para assembleia de acionistas programada para o dia 21 de outubro. O programa

de distribuição de units, segundo a empresa, visa a dar mais liquidez para as ações da companhia. Além das units, a holding planeja realizar outra operação, de desdobramento de ações. Caso seja aprovada, cada ação ordinária e cada ação preferencial implicará em cinco ações ON e cinco ações PN, respectivamente.

A Energisa também planeja retirar a vantagem adicional das ações PNs de pagamento de dividendo adicional de 10% em relação ao pago para cada ação ON. A operação, destaca a Energisa, é em contraposição ao direito de voto que será garantido em decorrência da ação que integrará a unit. Com isso, os portadores de ações preferenciais receberão o mesmo dividendo que o de ações ON, além de serem incluídos em eventuais ofertas públicas de alienação de controle.

## **UHE Santo Antônio é tema de palestra em São Paulo neste mês (CanalEnergia) 07/10/09**

Evento será realizado no próximo dia 14 e terá como palestrante o diretor Técnico da Santo Antonio Energia Da Agência CanalEnergia, Planejamento e Expansão

A construção da hidroelétrica Santo Antônio é tema de palestra em São Paulo no próximo dia 14 deste mês. Promovido pelo Instituto de Engenharia e a diretoria do núcleo regional de São Paulo do Comitê Brasileiro de Barragens, o evento terá como palestrante o diretor técnico da Santo Antonio Energia, Antônio de Pádua. A palestra acontece às 18:45 horas na sede do instituto. Prevista para entrar em operação em 2012, a usina terá 3.150 MW de potência instalada e 2.140 MW médios de energia garantida. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas através do e-mail divtec@iengenharia.org.br. Outras informações podem ser encontradas no site [www.iengenharia.org.br](http://www.iengenharia.org.br).

## **SINDICAL**

## **Condsef participa de audiência no Ministério da Saúde para discutir situação dos servidores (CUT Nacional) 08/10/09**

Escrito por Condsef

Nesta quarta-feira (7), a Condsef (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal) foi recebida em audiência pela secretária-executiva e ministra interina do Ministério da Saúde (MS), Márcia Bassit. O encontro foi conseguido pelo deputado federal Carlos Santana, acionado pela direção do Sintrasef-RJ, filiado à Condsef. Santana também participou da reunião que teve como pauta dois pontos centrais: a situação da lotação dos servidores da Funasa e reestruturação da carreira do Ministério da Saúde. A Condsef também cobrou suporte do ministério para cobrar a reabertura de prazo que garante inclusão de cerca de 36 mil servidores na Carreira da Previdência, Saúde e Trabalho (CPST).

A ministra interina informou que um aviso ministerial foi enviado no último dia 2 ao Planejamento cobrando necessidade de reestruturar a carreira da Saúde. O ministério enviou cópia da proposta entregue pela Condsef e defendida pelos trabalhadores do setor. No aviso, também de acordo com Bassit, o MS também recomendou reabertura de prazo para os servidores que ficaram de fora da CPST.

Para a Condsef o envio do aviso ministerial é importante para ratificar a proposta de carreira específica do MS e suas vinculadas. O debate será iniciado nesta quinta, quando será instalado o grupo de trabalho (GT) da CPST. A categoria deve ficar mobilizada e atenta ao processo. Os itens discutidos na audiência de hoje e o resultado da primeira reunião do GT serão levados a debate na Plenária Setorial dos servidores da Saúde que a Condsef realiza no próximo dia 23.

Decreto para redistribuição está sendo elaborado - Ao ser questionada sobre a situação da lotação dos servidores da Funasa, Bassit disse que equipes técnicas da Saúde, Funasa e Planejamento estão envolvidas na elaboração de um Decreto. O objetivo é readequar a estrutura do Ministério da Saúde para receber os servidores redistribuídos. De acordo com a ministra interina o Decreto está em fase de conclusão e deve ser enviado ao Planejamento nos próximos dias. O documento se baseou no resultado de relatório criado pelo GT que debateu o tema.

Bassit explicou que a nova estrutura do MS deve incorporar novas estruturas de núcleos regionais nos Estados. As mudanças visam criar condições para receber esta força de trabalho, próxima de 26 mil servidores em todo o Brasil.

Para saber como fica a situação de servidores que devem continuar na Funasa, a Condsef terá uma reunião com o presidente da Fundação, Danilo Forte, no próximo dia 13, terça. O encontro foi conseguido com ajuda do Sindsep-GO, entidade filiada à Condsef.

## **Para Ipea, Brasil ainda vai levar 20 anos para erradicar analfabetismo (CUT Nacional) 08/10/09**

Escrito por Agência Brasil

Brasília - O Brasil vai levar ainda 20 anos para erradicar o analfabetismo da população de 15 anos ou mais. O cálculo é do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que divulgou mais uma análise dos microdados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) 2008, feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A análise do Ipea indica que há "baixa eficácia" nos programas de alfabetização. "Entre os atuais analfabetos, apenas uma pequena parte está frequentando a escola."

O texto afirma que há "problemas de desinteresse dos analfabetos em procurar os programas" e também "erro de foco", de "estratégias pedagógicas" e "sérias dificuldades de aprendizagem" dos alunos do ensino de jovens e adultos.

"É uma população difícil de lidar porque grande parte é mais velha e já está há muito tempo no mercado de trabalho", explica Jorge Abrahão de Castro, autor do estudo e diretor de Estudos e Políticas Sociais do Ipea.

"As pessoas analfabetas fazem parte daquele enorme time da população com quem há uma dívida enorme. Não foi investido em educação o que precisava nos anos 50, 60 e 70, e essas pessoas tiveram dificuldade de acesso à escola", aponta o diretor.

Em entrevista à Agência Brasil, Jorge Abrahão disse que acredita que o analfabetismo "pode ser reduzido por efeito de política pública", mas no texto que assina explica que até o momento o analfabetismo só sofreu quedas por causa da mudança na composição da população e da morte de pessoas mais velhas analfabetas.

"A queda do analfabetismo se processa fortemente pelo efeito demográfico e menos pelas iniciativas do governo ou da sociedade civil. Portanto, a queda do analfabetismo está ocorrendo pela escolarização da população mais nova e pela própria dinâmica populacional, com a saída dos idosos analfabetos (morte)".

Segundo os dados analisados, a taxa de analfabetismo atinge 10% da população, 7,2 pontos percentuais a menos do que em 1992. O percentual é considerado elevado na comparação com outros países latino-americanos como o Chile, a Argentina e o Equador. A taxa de analfabetismo é maior na parcela um quinto mais pobre da população (19%), no Nordeste (19,4%), na área rural (23,5%), entre pretos e pardos (13,6%) e com mais de 40 anos (16,9%).

A desigualdade verificada na raiz do analfabetismo também é constatada em outros níveis de ensino, como por exemplo a educação infantil. A taxa de frequência à creche entre crianças de 0 a 3 anos é de 18,1% e menos de 80% dos meninos e meninas de 4 a 6 anos frequentam a pré-escola. Na faixa etária da creche, a frequência é menor entre as crianças da Região Norte (8,4%); pretas e pardas (15,5%); do meio rural (7,2%) e entre os mais pobres (10,7%).

Mesmo no ensino fundamental, onde o acesso à escola é considerado universal (97,9% das crianças e adolescentes de 7 a 14 anos frequentam bancos escolares), o Ipea sublinha o "hiato" do sistema educacional brasileiro no século 21. "A eficiência sistêmica deixa muito a desejar", assinalou Jorge Abrahão, apontando que apenas 55 em 100 alunos que concluem o ensino fundamental estão na idade adequada (9º ano, com 14 anos de idade).

Para Jorge Abrahão a chamada "defasagem idade/série", causada pela reprovação e retenção dos alunos, afeta a autoestima de quem fica na escola e aumenta os gastos com educação. "Os estudantes permanecem no sistema além da idade prevista e do tempo necessário para conclusão, reduzindo a quantidade de recursos disponíveis para aqueles alunos que avançam normalmente e de acordo com a sua idade", aponta o estudo.

Além da educação, a análise do Ipea sobre os microdados da Pnad também tratou de gênero e ocupação (trabalho doméstico) e migração.

## **Pressão da CUT no Congresso (CUT Nacional) 07/10/09**

Escrito por CUT Nacional

No dia da Jornada Mundial pelo Trabalho decente, CUT ocupa o Congresso Nacional

CUT no CongressoNo dia de referência da Jornada Mundial pelo Trabalho Decente, 7 de outubro, a CUT mais uma vez mostrou porque é a central sindical mais representativa do Brasil e da América Latina, por meio de ações que reafirmam seu compromisso com a classe trabalhadora. Nesta quarta-feira uma comitiva da CUT com cerca de 300 dirigentes de todo o Brasil, representando diversas categorias e ramos de atividade econômica esteve em Brasília, no Congresso Nacional, para pressionar os parlamentares para que votem a favor de projetos de interesse da classe trabalhadora.

Concentração no salão verdeA atividade começou por volta das 9h com concentração no salão verde, no anexo II da Câmara. “Temos que intensificar nossa pressão no Congresso para que os parlamentares votem com a CUT, ou seja, votem a favor de projetos que ampliam direitos, geram empregos e apontem para o desenvolvimento que o país precisa, com distribuição de renda, valorização do trabalho, sustentabilidade e respeito ao meio ambiente”, conclama Artur Henrique, presidente da CUT aos presentes. A resposta foi em tom de palavra de ordem: “Central Única dos Trabalhadores”, em pouco tempo, o vermelho da CUT tomou os corredores da Câmara e do Senado.

Distribuídos em grupos os dirigentes rodaram todo o anexo 3 e 4 fazendo um corpo-a-corpo nas Comissões e lideranças partidárias. Além da entrega da pauta dos trabalhadores, os dirigentes conversaram com vários deputados, participaram de audiências elencando as razões para que votem a favor dos projetos e pedindo apoio.

Uma dos eixos centrais das reivindicações é a votação da PEC 231/95 que reduz a jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais sem redução de salários. A Proposta de Emenda Constitucional, que também aumenta o valor do adicional de hora extra de 50% do valor normal para 75%, tramita no Congresso há 14 anos e ainda não tem data para ser votada. Segundo estudos do Diesse, a redução da jornada irá gerar mais de 2 milhões de empregos, criando um círculo virtuoso na economia, ao combinar ampliação de postos de trabalho, o aumento do consumo, aumento da produção, diminuição dos acidentes e doenças do trabalho, maior qualificação do trabalhador e da trabalhadora, melhorias na distribuição de renda, que resulta em crescimento econômico e desenvolvimento do país.

Além da redução da jornada, também estão entre os principais pontos da pauta:

- atualização dos índices de produtividade da terra e aprovação da PEC 438/01 contra o trabalho escravo;
- projeto da CUT e da FUP em defesa de um novo marco regulatório para o pré-sal, que prevê a garantia do controle estatal e social do petróleo e seus derivados em todo o território nacional e que reafirma nossa soberania;
- ratificação das Convenções 151 (sobre a garantia de negociação coletiva no serviço público) e 158 (que coíbe a demissão imotivada) da OIT.
- aprovação do PL 1621/07 – proposta da CUT encaminhada à Câmara pelo deputado Vicentinho (PT-SP), sobre a regulamentação da terceirização e combate à precarização nas relações de trabalho;
- votação do PL 01/07 que efetiva a política de valorização do salário mínimo;

Os deputados que votaram a favor da ratificação da Convenção 151 no Plenário na semana passada, foram parabenizados pelos cutistas, que reafirmaram o pedido de apoio aos demais projetos defendidos pela CUT. A 151 foi aprovada por unanimidade e agora vai ao Senado.

Para Quintino Severo, secretário-geral da CUT, o envolvimento dos dirigentes na atividade desta quarta-feira demonstra o nível de mobilização das nossas categorias. “Vamos realizar uma grande manifestação no dia 11 de novembro em Brasília, em conjunto com as demais centrais sindicais, a 6ª Marcha da Classe Trabalhadora. E a CUT também fará um grande acampamento na capital federal, entre os dias 09 e 12 de novembro para amplificar a pressão” finalizou Quintino.

## **Audiência Pública na Assembleia de SP (CUT Nacional) 07/10/09**

Escrito por Leonardo Severo, com informações da Alesp

Conticom/CUT debate com parlamentares e movimentos sociais a PEC da Moradia Digna

Assembleia lotadaA Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção e da Madeira (Conticom/CUT) participou nesta terça-feira da audiência pública, realizada na Assembleia Legislativa de São Paulo, para debater a Proposta de Emenda à Constituição 285/2008.

"A PEC da Moradia Digna estabelece a vinculação de 2% dos recursos orçamentários da União e de 1% dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios aos respectivos fundos de habitação de interesse social durante 30 anos ou até que seja erradicado o déficit habitacional", explicou Waldemar de Oliveira, presidente da Conticom. Waldemar sublinhou a importância do movimento sindical e social participar ativamente das audiências que estão sendo realizadas em todo o país, para ampliar a pressão, ao lado dos representantes do empresariado, "para garantir a efetivação desta medida, de profundo conteúdo social". "Estamos recolhendo milhares de assinaturas para reforçar esta campanha, que além de combater o déficit habitacional, vai impulsionar ainda mais a geração de trabalho e renda no setor", frisou.

Waldemar discursa na AlespA iniciativa de trazer o debate da Câmara Federal, que está envolvendo todas as regiões do país, foi do deputado estadual Simão Pedro (PT), coordenador da Frente Parlamentar pela Habitação e Reforma Urbana. Conforme o deputado, o país tem um déficit de 7,2 milhões de moradias e mais de 12 milhões de imóveis necessitam de intervenções para que se tornem dignamente habitáveis. A estimativa é que tamanha quantidade de habitações seja suficiente para abrigar um número de pessoas equivalente à população da Argentina. "Esta questão só pode ser solucionada através de política pública específica, que é o que a PEC da Moradia propõe por meio desta vinculação", declarou Simão Pedro.

A proposta do projeto é considerada pelo secretário da Habitação do Mato Grosso do Sul, Carlos Eduardo Xavier Marun - estado que também sediou recentemente uma audiência pública -, "uma evolução do programa Minha Casa, Minha Vida, do governo federal, que propõe a criação de um milhão de moradias e que provou ser possível investir em habitação social sem quebrar o país".

Entre outros, usaram a palavra na audiência os deputados federais Paulo Teixeira, Luiz Erundina e Paulo Simão; o deputado estadual Enio Tatto, presidente da Coordenadoria Nacional pela Moradia Digna; Emídio de Souza, prefeito de Osasco; Carlos Eduardo Xavier Marcun e Sérgio Watanabe, do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (Sinduscon); Antonio de Souza Ramalho, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de São Paulo e Miriam Hemogenes, representante dos Movimentos Sociais pela Habitação.

## **Petroleiros (CUT Nacional) 07/10/09**

Escrito por Imprensa FUP

Conselho Deliberativo da FUP rejeita proposta apresentada pela Petrobrás

O Conselho Deliberativo da FUP reuniu-se em Brasília, nesta segunda, 5, e terça-feira, 6, para avaliar e definir encaminhamentos em relação às campanhas, tanto a reivindicatória, como a do "O petróleo tem que ser nosso". Representantes dos 12 sindicatos filiados, assim como as oposições sindicais reconhecidas pela FUP, rejeitaram a proposta de acordo coletivo apresentada pela Petrobrás e deliberaram pela retomada da negociação com a empresa, simultaneamente à realização de mobilizações. No dia 17, as paralisações serão realizadas nos turnos, em função do feriado nacional do dia 12, dando continuidade à luta da categoria pelo pagamento dos feriados trabalhados (dobradinha).

O Conselho Deliberativo também reafirmou que a FUP continue priorizando a luta pelo controle estatal e social do petróleo, paralelamente à campanha reivindicatória, como foi aprovado na I PlenaFUP e referendado pela categoria nas assembleias. Outro debate feito pelas representações sindicais foi a forma de organização e realização das próximas greves dos petroleiros.

Os dirigentes da FUP e dos sindicatos permanecerão em Brasília, intensificando a atuação no Congresso Nacional para convencer os parlamentares sobre a importância das propostas dos movimentos sociais em defesa do controle estatal e social do petróleo, expressas no Projeto de Lei 5891/2009, que foi apensado ao projeto do governo para o novo modelo de exploração do pré-sal.

Deliberações sobre a Campanha reivindicatória:

O Conselho Deliberativo da FUP reafirmou que a reversão das punições decorrentes da greve de março é questão de honra para os trabalhadores e ponto condicionante para a assinatura do acordo coletivo. Além de não propor nada em relação a esta questão, a Petrobrás também não atende a maioria das reivindicações da categoria, como o restabelecimento do extraturno (dobradinha) e avanços em relação às políticas de SMS e de terceirização, no sentido de acabar com a precarização do trabalho. Veja abaixo as principais deliberações:

- Rejeição da proposta apresentada pela Petrobrás;
- Retomar o processo de negociação;
- Intensificar as mobilizações;
- Paralisações durante as negociações, com datas a serem definidas pela direção da FUP;
- Seminários locais para construção uma greve nacional, conforme modelo deliberado no Seminário Nacional de Qualificação de Greve;
- Paralisações dia 17 nos turnos, intensificando as mobilizações pelo restabelecimento do pagamento dos feriados trabalhados (dobradinha)

Deliberações sobre a campanha O petróleo tem que ser nosso:

- A luta pelo controle estatal e social do petróleo deve continuar sendo priorizada, paralelamente à campanha reivindicatória;
- Os sindicatos enviarão representantes à Brasília, todas as semanas, para somarem-se aos dirigentes da FUP, que estão permanentemente na capital federal, defendendo a proposta dos movimentos sociais;
- Os sindicatos devem intensificar a busca de apoio de parlamentares ao PL 5891/2009, tanto em Brasília, quanto nos estados do país;
- Reafirmar o PL 5891/2009 como a proposta defendida para a nova lei do petróleo e buscar avanços nos projetos do Executivo.

## **Nesta quarta-feira (CUT Nacional) 07/10/09**

Escrito por Suzana Vier/Rede Brasil Atual

Trabalho Decente mobiliza sindicatos em 25 países

Jornada Mundial pelo Trabalho Decente reivindica condições de liberdade, igualdade, segurança e dignidade para homens e mulheres em suas atividades profissionais

Suzana Vier

A Jornada Mundial pelo Trabalho Decente, agendada mundialmente para esta quarta-feira (7), no Brasil, será marcada por ações das centrais sindicais no Congresso. Os dirigentes sindicais vão apresentar aos congressistas as reivindicações de Trabalho Decente que têm relação com a realidade dos trabalhadores brasileiros.

O conceito é empregado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) desde a década de 1990 e inclui questões relacionadas à condições salariais e de trabalho dignas, incluindo direitos, segurança no exercício das atividades, entre outros temas.

Segundo João Felício, Secretário de Relações Internacionais da CUT, no Brasil, o conceito "dialoga com a aprovação da redução da jornada de trabalho sem redução de salário, com a ratificação das Convenções 151 e 158 da OIT, com a luta pela atualização dos índices de produtividade da terra, que acelerará a reforma agrária e trará mais justiça ao campo;

com a defesa das imensas riquezas do pré-sal para o povo brasileiro". As convenções mencionadas pelo sindicalista dizem respeito, respectivamente, a garantir negociação coletiva para trabalhadores do setor público e veto a demissões imotivadas.

A jornada foi convocada pela Confederação Sindical Internacional (CSI) e pela Confederação Sindical dos Trabalhadores das Américas (CSA). No continente americano, estão previstas atividades em 25 países.

A reportagem da Rede Brasil Atual entrevistou Ivan Gonzalez, coordenador político da CSA, que está na Argentina participando da Conferência Interamericana dos Ministros do Trabalho da Organização dos Estados Americanos (OEA). Na entrevista, Gonzalez explica a importância do Trabalho Decente e as ações nesse sentido no Brasil.

RBA - Qual o conceito de Trabalho Decente adotado pela CSA?

Trabalho Decente (TD) é um conceito relativamente novo que surgiu dos debates da OIT em 1998 e se constituiu num conjunto de princípios internacionais para proteção dos direitos dos trabalhadores frente à política de livre mercado. O TD surgiu da necessidade de reivindicar um conteúdo social dos Estados, diante do poder da economia e tem como centro a garantia dos direitos fundamentais como liberdade sindical e negociação coletiva. Além disso, incorpora conceitos como diálogo social, proteção da saúde e segurança no trabalho, não discriminação, eliminação do trabalho escravo e infantil. São todos conteúdos para contrapor os exageros do livre mercado.

## **Manifestação (CUT Nacional) 07/10/09**

Escrito por Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região

Passeata dos bancários pinta de vermelho às ruas do centro de São Paulo

São Paulo - Departamentos e agências dos principais bancos ficaram parados na terça-feira (6), 13º dia da greve nacional por tempo indeterminado dos bancários. No total, 32.640 funcionários de 700 locais de trabalho aderiram ao movimento em São Paulo e Osasco e região. No fim da tarde, os trabalhadores fizeram uma passeata pelo Centro Velho que reuniu cerca de 1,5 mil pessoas.

Uma paralisação surpresa interrompeu logo cedo as atividades do Casa 1, do Santander, que conta com cerca de 1,5 mil empregados, e o Itaú BBA, concentração nos Jardins onde trabalham cerca de 400 bancários. No Casa 1, no final da manhã, os trabalhadores fizeram uma assembleia na porta da concentração e, mesmo com a pressão dos gestores e também a presença da Polícia Militar, decidiram permanecer em greve durante todo o dia.

Também pararam prédios administrativos da Nossa Caixa (Rua do Tesouro, XV de Novembro, Líbero e Álvares Penteado e Praça da República), Unibanco (Patriarca e Boa Vista) Banco do Brasil (Complexo São João, Verbo Divino, Ipiranga, Compe e Gecex III), Caixa Federal (São Joaquim, Brás, Sé e Rerop), além da Aymoré Financiamentos, empresa que pertence ao Santander, que ficou fechada até o meio-dia.

"As negociações terminaram sem proposta por parte dos banqueiros. A greve só termina quando os bancários puderem deliberar sobre uma proposta que preveja aumento real de salários, Participação nos Lucros e Resultados (PLR) maior e mais justa, proteção aos empregos, fim do assédio moral e das metas abusivas", disse Luiz Cláudio Marcolino, presidente do Sindicato. "A greve continua e será ampliada. As negociações têm de render ganhos aos trabalhadores. O fim da greve está nas mãos dos banqueiros."

Brasil - Um total de 7.063 agências em todas os 26 estados e no Distrito Federal pararam no 13º dia de greve nacional. O número é da Contraf-CUT.

Assembleia - Os bancários realizaram assembleia na segunda-feira e decidiram pela continuidade da greve. Uma nova assembleia será realizada na quarta-feira 7 às 17h na Quadra dos Bancários (Rua Tabatinguera, 192, Sé).

Reivindicações - A categoria reivindica 10% de reajuste salarial (sendo 5% de aumento real), Participação nos Lucros e Resultados (PLR) composta pelo pagamento de três salários, acrescidos de valor fixo de R\$ 3.850. Os trabalhadores também querem a inclusão na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) de uma cláusula de proteção ao emprego em caso de fusão. Os bancários exigem ainda o fim do assédio moral e das metas abusivas, práticas que provocam o adoecimento dos trabalhadores.

## **Novo presidente do Observatório Social fala sobre futuro da instituição (CUT Nacional) 07/10/09**

Escrito por Sindicato dos Químicos e Petroleiros da Bahia

Em setembro, o Instituto Observatório Social ganhou novo presidente - Aparecido Donizeti da Silva, dirigente com grande histórico no ramo químico. Em entrevista cedida ao informativo Na Base, do Sindicato dos Químicos e Petroleiros da Bahia, o novo presidente do IOS fala sobre os projetos que pretende manter sob sua coordenação e também dos programas que serão implementados para ampliar a atuação do órgão.

Na Base - Quais são os temas pesquisados pelo Instituto Observatório Social e de que forma se relaciona com o movimento sindical?

Aparecido Donizete Silva - O Instituto Observatório Social (IOS) foi criado para subsidiar o movimento sindical no monitoramento do cumprimento das convenções da OIT, principalmente no tocante aos temas de liberdade sindical, negociação coletiva, igualdade de gênero e raça, proibição do trabalho infantil e trabalho escravo, saúde e segurança e meio ambiente. Isso é feito através de pesquisas em empresas multinacionais, nacionais e públicas com diversos formatos, dependendo do tempo e das informações disponíveis.

Desde 1997 foram realizadas mais de 50 pesquisas a partir de uma metodologia própria, que tem como principal fonte de informação o ponto de vista dos trabalhadores acerca desses temas. Foi criada pensando nas necessidades do movimento sindical cutista, brasileiro e latino-americano. Em 2005, expandimos nosso escopo com a criação da RedLat (Rede Latino-americana de Pesquisas em Empresas Multinacionais) que engloba além do Brasil, parceiros na Argentina, Chile, Colômbia, México, Peru, e Uruguai, com apoio da CSA e da central sindical holandesa FNV. Nestes países são realizadas pesquisas que são comparadas a fim de que haja um panorama geral de determinada empresa ou setor na região. Já foram estudadas a Unilever, e os bancos espanhóis Santander e BBVA e está sendo desenvolvida uma pesquisa sobre o impacto dos investimentos chineses no mercado de trabalho da América Latina. Este estudo, que fica pronto no início de 2010, já está sendo considerado um marco para as reflexões que são feitas sobre assunto na região, e principalmente por ser uma iniciativa sindical. Além disso, complementar ao trabalho de pesquisas e muitas vezes unido a ele, incorporamos a discussão sobre Responsabilidade Social Empresarial do ponto de vista do trabalhador, Diálogo Social como parte da agenda do Trabalho Decente e o uso das novas tecnologias como ferramenta para a luta sindical.

Todos os anos realizamos uma Conferência internacional para discutir teoria e prática de temas de interesse para o movimento sindical que foram destaque no nosso trabalho do ano. Neste ano acabamos de realizá-la, com o tema do Diálogo Social. A cobertura completa pode ser vista em nosso site: <http://www.os.org.br/>.

À parte das pesquisas em empresas, o IOS também produz relatórios mais aprofundados em um determinado tema, como cada um dos direitos fundamentais do trabalhador - o monitoramento do pacto nacional pela erradicação do trabalho escravo é um exemplo atual - ou o tema juventude.

NB- Sob sua coordenação, o Instituto continuará com os mesmos projetos ou pretende ampliar a atuação do Observatório Social?

AD - Seguiremos investindo no apoio às redes sindicais, como forma de organização para a manutenção e ampliação dos direitos dos trabalhadores. Para tanto, seguiremos nosso reconhecido trabalho de pesquisas, investindo cada vez mais em nos aproximar da Agenda do Trabalho Decente. Continuaremos a investir nas relações internacionais e no contato com centrais sindicais, sindicatos e institutos de pesquisa em todo o mundo para trocar experiências de boas práticas para subsidiar o movimento sindical cutista. Parte desse esforço será estreitar as relações com as Federações Internacionais, e particularmente com a ICEM, com quem já temos ótimas relações. Também está nos planos reforçar o serviço oferecido através do programa Conexão Sindical, de inclusão digital e uso das ferramentas de tecnologia. Este é um dos projetos de maior visibilidade do IOS e que traz resultados concretos para a ação sindical. Para ampliar nosso apoio ao movimento sindical, estamos pensando em desenvolver um trabalho na área de mudanças climáticas, um projeto de capacitação dos membros das redes de trabalhadores sobre as normas internacionais como as Convenções da OIT, normas do Pacto Global da ONU, ISO 26.000 e outras que servem como instrumentos de monitoramento e pressão às empresas e podem preparar nossos representantes e auxiliar no avanço dos processos de Diálogo Social.

NB - O uso da internet pelas redes sociais tem sido muito elogiado pelo movimento sindical e no Instituto a conexão sindical é exemplo disso. De que forma o Instituto mede os resultados dessas redes intersindicais?

AD - O IOS conta com um sistema de informação, todo baseado em linguagem web, com duas ferramentas principais: um site e o programa Conexão Sindical. O site institucional traz informações sobre o Instituto, notícias atualizadas diariamente e uma biblioteca virtual extensa com estudos do IOS e outros documentos de interesse do movimento sindical, tudo disponível pelo endereço: <http://www.os.org.br>. O programa Conexão Sindical, uma rede social parecida com o ORKUT, funciona desde 2002 com o objetivo de promover o diálogo e a troca de experiências entre dirigentes

sindicais e trabalhadores. Conta com diversas ferramentas como blogs, vídeos, grupos de discussão, páginas de recados, página de eventos, entre outros. Atualmente o Conexão Sindical conta com mais de 2.000 membros cadastrados entre dirigentes, assessores, trabalhadores e pesquisadores; e mais de 15.000 postagens realizadas pelos usuários. Os resultados são medidos principalmente por meio dos acessos realizados, em agosto foram mais de 22 mil visitas apenas no Conexão Sindical. Outro indicador que consideramos importante é a realização de oficinas de capacitação no tema das novas tecnologias em todo o Brasil. Apenas em 2008 foram em torno de 10 alcançando cerca de 250 dirigentes sindicais e a meta é terminar 2009 com número igual ou superior.

NB - Nos últimos anos, quais têm sido os resultados concretos do trabalho do Observatório Social?

AD - O principal ganho do trabalho do IOS foi o estímulo para a criação das redes e do programa CUT Multi. O ramo químico foi pioneiro nesta questão com a rede BASF, em função do nosso esforço e nosso contato com os companheiros da Alemanha. Mas as redes entraram na estratégia da CUT a partir do 9º ConCUT e as pesquisas do IOS foram essenciais para isso. O trabalho realizado para a coleta dos dados faz com que os trabalhadores se reúnam e discutam problemas comuns nas diversas plantas e unidades, fazendo com que a organização nacional seja a única resposta. No ramo químico, em especial, apoiamos a consolidação das redes BASF, Bayer, Novartis e estimulamos a criação e fortalecimento de outras como Solvay e Braskem. E na área de papel e celulose, estamos trabalhando com a ICEM para criar uma rede regional dos trabalhadores no setor em todo o Cone Sul. Outro resultado direto do nosso trabalho é a repercussão das revistas publicadas pelo IOS. Três delas já receberam prêmios de direitos humanos e uma das reportagens sobre a produção de carvão no norte do país, que trouxe denúncias de trabalho escravo, foi utilizada como base para a discussão que culminou no Pacto pela Elaboração do Trabalho Escravo com a OIT, Ministério do Trabalho e Emprego, Repórter Brasil, Instituto Ethos e IOS.

Isso sem contar nos casos específicos nas empresas estudadas, com avanços no diálogo e melhoria nas condições de trabalho.

NB - Existe alguma pesquisa do Observatório nas empresas do ramo químico?

AD - O IOS trabalha muito próximo do ramo químico desde o início de suas operações em 1997. Neste período foram feitas pesquisas menores e maiores, algumas apenas com dados secundários, algumas com entrevistas, que estão à disposição em nossa biblioteca virtual. O acesso a esses relatórios pode ser feito através do endereço: <http://www.observatoriosocial.org.br/biblioteca/>. Entre as empresas do ramo químico pesquisadas estão: Akzo Nobel, Basf e Bayer. Queremos continuar esta parceria com o ramo e nos próximos anos fortalecer o trabalho das redes desenvolvendo outros estudos.

## **Tarifa extorsiva de energia foi o 'incentivo' à privatização do setor (CUT Nacional) 07/10/09**

Escrito por Carlos Lopes/Hora do Povo

Adoção de novo cálculo de reajuste das tarifas, projetado nos EUA, foi decisivo para a alienação do patrimônio público

O aumento galopante no preço da energia elétrica, tal como expomos em artigo anterior (HP, 30/09/2009), foi consequência direta da mudança na forma de cálculo das tarifas. Porém, por que mudou a forma de calcular a tarifa?

A resposta, inequivocamente, é: devido à privatização das empresas elétricas, no governo Fernando Henrique - e porque o objetivo dessa privatização era, sobretudo, entregar nosso setor elétrico a empresas estrangeiras, de preferência norte-americanas.

O aumento das tarifas era o principal "incentivo" (sic) para que as empresas estatais do setor elétrico fossem tomadas - e escolheu-se como modelo para esse setor exatamente uma cópia daquele que permitiu à Enron, sob a proteção do governo Bush, escalar os consumidores do Texas, Califórnia, Iowa, Minnesota, Pennsylvania, Wisconsin e Oregon - o que levou, depois, os assaltantes à cadeia.

A tabela desta página é um resumo das privatizações do setor elétrico. Nele, falta ainda a CTEEP, companhia de transmissão do Estado de São Paulo, responsável por 30% da transmissão elétrica do país, que Geraldo Alckmin, em 2006, entregou a uma estatal colombiana. Evidentemente, há poucas pessoas com a opinião de que o Estado colombiano é capaz de dirigir melhor uma empresa do que o Estado brasileiro - ou o Estado de São Paulo. Principalmente quando a empresa fica no Brasil.

O que apenas expõe de maneira mais escandalosa que o móvel da privatização jamais foi a busca da eficiência, mas a rasteira entrega de patrimônio brasileiro, público, a monopólios, sobretudo externos.

Reparemos nas 23 empresas da tabela: nada menos que 17 foram entregues ao capital estrangeiro, com as empresas norte-americanas levando o filet-mignon. Algumas (Cemar, Light e a jóia roubada pela Enron, a Elektro) tiveram que ser repassadas para outros grupos - com resultados ínfimos, do ponto de vista do consumidor.

## SUPERLUCROS

Para que o leitor tenha ideia da relação entre a privatização das empresas de eletricidade e o aumento das tarifas, transcreveremos o que diz um dos seus "desenhistas" (e apologista baboso), o economista Carlos Kawall Leal Ferreira, que foi um dos "formatadores" da torrefação no setor elétrico de São Paulo:

"Após a adoção do teto de preço ter tranquilizado os investidores em relação ao reajuste das tarifas, a privatização das empresas estatais teve um rápido progresso, especialmente porque a maior parte das empresas vendidas não necessitava de reestruturação prévia" (Kawall Ferreira, "Privatização do setor elétrico no Brasil", capítulo 6 da coletânea "A privatização no Brasil: o caso dos serviços de utilidade pública", São Paulo, OCDE/BNDES, 2000, pág. 209, grifos nossos).

Das empresas privatizadas, apenas três apresentavam dívidas consideráveis, mesmo assim, considerando o seu patrimônio e mercado consumidor, nada que fosse irremediável: a CEEE (RS), a Eletropaulo e a Elektro (SP).

Porém, as multinacionais não estavam interessadas somente em se apoderar de um patrimônio valiosíssimo a preço exíguo - e com financiamento do BNDES. Antes de tudo, queriam superlucrar com o monopólio da distribuição e geração de eletricidade - ou seja, queriam o aumento das tarifas de energia. Daí, a mudança no modo de reajuste, até então baseado nos custos reais das empresas, para o "teto do preço" (uma tradução do inglês "price cap"), que descrevemos em nosso artigo anterior.

Este foi o primeiro e supremo "incentivo" para a privatização das empresas de eletricidade.

De passagem, observemos que o autor que citamos confirma inteiramente duas denúncias que nós (e outros) fizemos na época dessas privatizações:

1) o governo Fernando Henrique chantageou os governos estaduais - sufocados, em consequência dos juros altos, pela dívida pública - para que privatizassem as distribuidoras de energia. Diz o privatizador: "o BNDES ofereceria empréstimos garantidos por receita futura para os governos estaduais que aprovassem leis de privatização, aceitando como garantia um bloco acionário de controle da(s) empresa(s) objeto da privatização. Se, posteriormente, o governo estadual não privatizasse a empresa, o BNDES iria cobrar o empréstimo, tomar posse das ações e privatizar a empresa. O segundo incentivo (sic) concedido pelo governo federal relacionava-se ao processo global do reescalonamento da dívida entre os governos estaduais e o governo federal. (...) o reescalonamento incluiu apenas 80% das dívidas em aberto, com os 20% restantes a serem pagos com antecedência em ativos físicos. A única opção para a maioria dos governos foi a de repassar para o governo federal o controle de suas empresas públicas ou a receita obtida da privatização" (Kawall Ferreira, op. cit., págs. 209-211, grifos nossos).

2) a privatização das empresas de eletricidade foi inteiramente comandada de fora - isto é, a partir dos EUA. Diz ele: "No início de 1996, a Eletrobrás contratou a firma americana de consultoria e contabilidade Coopers & Lybrand, através de licitação [o autor parece acreditar que as licitações têm o condão de transformar crimes em virtudes], para projetar um novo modelo para o setor elétrico no Brasil. (...) isso não impediu que o governo federal e alguns governos estaduais comessem a privatizar as empresas de distribuição por conta própria. No entanto, um novo modelo era crucial para a privatização de ativos de geração de energia elétrica" (Kawall Ferreira, op. cit., pág. 198, grifos nossos).

O autor parece ter a opinião de que o modelo dos americanos ainda era muito estatista, pois acha "polêmico" que a Coopers & Lybrand tenha sugerido "a manutenção da Eletrobrás como o Agente Financeiro (AFS) para o setor elétrico" (Kawall Ferreira, op. cit., pág. 202).

Porém, deixando de lado o ridículo, o que importa é que o modelo atual, com algumas modificações (para melhor, introduzidas no governo Lula) é o da Coopers & Lybrand: uma encenação de mercado, com o monopólio privado sangrando os consumidores e as geradoras de energia estatais.

## APAGÃO

Sobre as últimas, é necessário observar que esse modelo é tão desastroso que, em apenas dois anos de privatização consumada e tarifas gigantescas, levou ao apagão (aliás, reduzindo a pó todas as odes à privatização do setor elétrico). Isso cortou qualquer espaço político para a privatização de outras geradoras de energia. Na época, Furnas era chamada de "bola da vez".

Trata-se de um modelo, portanto, em que, supostamente, era necessário privatizar para resolver o problema energético do país - mas, para enfrentar uma crise de energia, foi necessário acabar com a privatização...

Olhemos outra vez a tabela desta página: 19 distribuidoras de energia e 4 geradoras (Cachoeira Dourada, que era a parte mais lucrativa da Companhia de Eletricidade de Goiás; Gerasul, a parte mais lucrativa da Eletrosul; CESP Paranapanema e CESP Tietê, não por coincidência, a parte mais lucrativa da CESP).

O capital nacional, ainda que seja aquele tipo de capital com pretensões monopolistas, ficou na beirada, com apenas 6 empresas - se contarmos, entre elas, a CEEE Norte-Nordeste, que foi adquirida em sociedade com uma corporação norte-americana. Para que as empresas estrangeiras tomassem essas estatais, receberam variados financiamentos do BNDES, nenhum abaixo de 50% do "lance mínimo". No caso da Eletropaulo, o BNDES financiou 100% da compra pelos aventureiros da AES - que não pagaram nem a primeira parcela desse empréstimo. Hoje, eles se sustentam no controle da empresa porque o BNDES adquiriu 49,5% das ações da Eletropaulo, isto é, o suficiente para manter o controle nas mãos da AES.

[Um pequeno interlúdio: mais recentemente, quando foi marginalizado por um consórcio encabeçado pela multinacional francesa Suez na construção e concessão da Usina de Jirau, no rio Madeira, o empresário Antonio Ermírio de Moraes protestou contra os empréstimos do BNDES às multinacionais: "nós somos pobres; eles são ricos". É verdade - e, ainda que o empresário não tenha se lembrado disso durante o governo Fernando Henrique, é muito positiva essa descoberta.]

As mudanças até agora introduzidas nesse modelo, ainda que o tenham melhorado em aspectos secundários, não alteraram a sua essência. No entanto, é impossível resolver o problema energético do país sem tocar nessa essência. Além do colossal aumento nas tarifas, que arrancam o couro do consumidor, "se essas soluções [emergenciais] são necessárias mesmo a baixas taxas de crescimento, é evidente que esse modelo nunca será capaz de garantir energia para taxas altas de crescimento" (Galvão dos Santos, G.A.; Kaplan Barbosa, E.; Sanches da Silva, J.F.; Silva de Abreu, R., "Por que as tarifas foram para os céus?", Revista do BNDES, V. 14, N. 29, p. 435-474, junho/2008).

<http://www.horadopovo.com.br/>

## **CUT/SP realiza debate sobre o direito da criança à creche (CUT Nacional) 07/10/09**

Escrito por Luiz Carvalho – CUT/SP

Na manhã dessa terça-feira (6), durante encontro do coletivo de mulheres da CUT/SP, na sede da Central, a Secretaria Estadual Sobre a Mulher Trabalhadora promoveu um debate sobre o direito da criança à creche e o dever do Estado de oferecer educação infantil de qualidade.

O evento contou com a participação da ex-secretária de Educação da cidade de São Paulo durante a gestão de Marta Suplicy, Cida Perez.

Cida destacou ainda que a simples existência de vagas nas creches não resolve os problemas da população. "Não podemos transformar esses locais em depósitos para crianças. Tem que haver qualificação para os profissionais que trabalham e por isso precisamos de políticas públicas adequadas".

Uma questão de educação

A ex-secretária apontou que as creches devem ser tratadas como direito da criança. "Como precisavam da mulher no mercado de trabalho, tiveram que criar condições para os filhos e a creche era vista como um direito da trabalhadora e uma questão de assistência social. Somente após a Constituição de 1988, foi incorporada a um capítulo que trata de educação e passou a ser um direito da criança e um dever do Estado", lembrou.

Cida apontou que somente após a criação do Fundeb (Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), em 2007, pelo governo federal, e a regulamentação dos recursos destinados ao ensino infantil, a creche passou a ser vista como fundamental no processo de educar paralelo ao cuidar. "A partir daí, a educação infantil passa a ser vista como a primeira etapa da educação básica".

Para ela, é preciso que o governo estimule a formação por meio do amparo, inclusive financeiro, e não deixando para os professores encontrarem individualmente uma saída. "No Estado de São Paulo, a política de bônus é desastrosa porque estimula uma ação individual, enquanto a escola é o resultado de um esforço coletivo", criticou.

O sucateamento das creches em São Paulo

Cida Perez avaliou que as passagens do atual governador paulista, José Serra, pela prefeitura foi desastrosa e que Gilberto Kassab dá continuidade à política de privatização e precarização do ensino infantil.

Em setembro deste ano, Kassab baixou uma portaria em que transferia 48 mil crianças de até três anos das creches municipais para EMEIs (Escolas Municipais de Educação Infantil), prejudicando o aprendizado.

No mesmo mês, o prefeito acenou com um projeto de retirar uma das refeições oferecidas às crianças. Recuou após o impacto negativo da medida.

Apesar dos valores disponibilizados pelo Fundeb terem dobrado o espaço disponível para as crianças nas creches em São Paulo, houve um decréscimo de 7% na criação de vagas. A resposta para a equação está no custo.

"Para mostrar que prestou atendimento e receber os recursos do Fundeb, o governo paulistano matricula crianças na primeira série, mesmo que tenham idade para freqüentar creche. Porque aí o número de alunos por professor é maior. É a lei de custo e benefício que o governo de Serra adota e que Kassab mantém".

"O Serra e o Kassab pararam de investir na rede própria da cidade e apenas estabelecem convênios, gerando déficit de vagas em determinadas regiões. O número de conveniadas que era de 204 passou para 309, enquanto as creches diretas, da prefeitura, subiram de 326 para apenas 357", acrescenta.

Não bastasse tudo isso, como as unidades conveniadas não são fiscalizadas, muitas vezes dispõem de estrutura inadequada. "Diversas escolas não oferecem sequer espaço para recreação e as crianças ficam trancadas do dia todo em uma sala".

Para piorar, em muitas as vagas são apenas para filhos e filhas de mulheres empregadas, invertendo a lógica determinada na Constituição e transferindo o direito da criança para a mãe.

Secretária Sobre a Mulher Trabalhadora da CUT/SP, Sônia Auxiliadora Silva, encerrou o encontro lembrando que desde 1986, quando definiu em seu 2.º Congresso Nacional o direito à creche como prioridade, a Central luta para que a educação infantil seja respeitada. "Devemos participar mais dos conselhos de escolas e conselhos municipais da educação para discutir essa questão sob a ótica dos trabalhadores e dos filhos dos trabalhadores", definiu.

## **Seminário no ABC debate fórmula para implementar trabalho decente na região (CUT Nacional) 07/10/09**

Escrito por Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

O movimento social do ABC vai realizar um seminário sobre trabalho decente para definir como implementar suas diretrizes na região. A proposta surgiu depois que uma comissão de sindicalistas e empresários daqui conheceu, na semana passada, a Agenda do Trabalho Decente do governo da Bahia.

"É muito legal a maneira como estão se organizando lá", conta Carlos Alberto Gonçalves, o Krica, diretor executivo do Sindicato que participou do grupo. "Eles entenderam que a promoção do trabalho decente é fundamental para o desenvolvimento da sociedade", prossegue.

Vanguarda

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) define trabalho decente como um trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna.

Na região, o debate sobre a proposta ganhou impulso após a realização do seminário ABC do Diálogo e do Desenvolvimento, em março, que formou um grupo de trabalho dedicado ao estudo da agenda da OIT.

"Os municípios do ABC poderão ser os primeiros a seguir a agenda do trabalho decente em âmbito regional", prevê Krica.

**Sindicato global apoia greve dos bancários e condena truculência dos bancos (CUT Nacional) 07/10/09**  
Escrito por Contraf-CUT, com Danilo Pretti Di Giorgi - Seeb SP

A UNI Sindicato Global, entidade sindical que representa cerca de 20 milhões de trabalhadores em todo o mundo e à qual a Contraf-CUT é filiada, enviou nesta terça-feira, 6, cartas ao ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, e ao presidente da Fenaban, Fábio Barbosa, manifestando sua solidariedade à greve nacional dos bancários e repudiando as atitudes antissindicalistas e antidemocráticas adotadas pelos bancos para impedir os trabalhadores de exercerem seu direito constitucional. As correspondências foram assinadas por Philip J. Jennings, secretário-geral da entidade, e enviadas com cópia para o presidente mundial do Santander, Emílio Botín.

O documento ressalta informações repassadas pela Contraf-CUT à UNI dando conta de que "trabalhadores estão sendo impedidos de exercer seu direito legítimo de greve durante uma campanha salarial nacional num dos setores mais lucrativos do país". Ainda segundo a carta, "a intervenção da força policial é uma reação brutal e desproporcional, além de uma distorção dos instrumentos legais". A UNI afirma ainda que a postura da Fenaban de negar aos trabalhadores seu direito de greve é uma violação da Convenção 98 da OIT.

O secretário-geral da entidade mundial ressalta que a UNI tem conhecimento da reunião secreta que aconteceu entre a Fenaban e o comando da Polícia Militar paulista antes mesmo da greve ser declarada, quando os bancos solicitaram apoio da PM contra o movimento bancário. A carta destaca também a prisão da sindicalista Maria Rosani, funcionária do Santander.

Na carta encaminhada a Lupi, a UNI solicita que o ministro "intervenha e interrompa esse desacato mostrado pela Fenaban com os bancários", pedindo "solução imediata" para algo que está deixando a federação internacional "profundamente preocupada".

A carta endereçada a Fábio Barbosa segue a mesma linha e exige que o presidente da federação dos bancos "recue imediatamente desta postura de desacato aos bancários e permita a expressão democrática dos trabalhadores do setor financeiro, sem que precisem temer por sua segurança". A mensagem é encerrada clamando pelo diálogo "para que a solução seja encontrada imediatamente".

Para o secretário de Relações Internacionais da Contraf-CUT, Ricardo Jacques, o apoio da UNI é muito importante pela representatividade da entidade global. "A greve dos bancários já recebeu apoio de diversas entidades internacionais, de países como Chile, Uruguai, Argentina, Paraguai e Angola, e a manifestação da UNI Sindicato Global, na pessoa de Philip Jennings, é fundamental para simbolizar a solidariedade entre todos os trabalhadores do setor de serviços do planeta", salienta.

"A reação internacional está sendo proporcional ao grau de violência e à pouca disposição para o diálogo demonstrados pela Fenaban e por seu presidente, que não por acaso dirige o banco que mais tem dado vexame na campanha deste ano", diz a diretora do Sindicato dos Bancários de São Paulo e funcionária do Santander, Rita Berlofa. "Se os banqueiros brasileiros acharam que somente os bancários sofreriam com a postura de confronto que escolheram adotar este ano, estão vendo agora que não é bem assim. A repercussão internacional está aumentando e o mundo está começando a saber como agem na realidade os responsáveis pela direção dos bancos brasileiros por trás de suas belas propagandas sobre responsabilidade social", destaca.

## **Estado de sítio continua em vigor em Honduras (CUT Nacional) 07/10/09**

Escrito por Vermelho

Embora o governo golpista de Honduras tenha anunciado "para todo o mundo", nas palavras do ditador Roberto Micheletti, a revogação do decreto que suspende direitos civis, o estado de exceção continuou valendo ontem (6) em Honduras. De acordo com um membro da Polícia Nacional, a medida só entrará em vigor quando for publicada na Gazeta, órgão equivalente ao Diário Oficial.

Até a publicação, fica válida a medida que impõe suspensão das liberdades civis por 45 dias e concede ao governo o direito de retirar de circulação veículos que "atentem contra a lei".

O governo de fato não deu prazo para a publicação da revogação. Segundo assessores, isso deve ocorrer "na próxima edição da 'Gazeta'", que não tem data marcada para chegar às bancas. Enquanto isso, os hondurenhos continuam impedidos de se manifestar, reunir-se e do direito à liberdade de imprensa.

Na última segunda (5), após forte pressão externa, o presidente de facto Roberto Micheletti veio a público informar que havia suspenso o estado de sítio - medida que contempla as restrições no país. Na ocasião, ele disse que o decreto fora revogado "completamente".

A rádio Globo e o canal de TV Cholutec Sur, que foram invadidos e tiveram equipamentos roubados por soldados a mando do governo, continuavam fora do ar ontem. O fato foi denunciado pelo presidente deposto Manuel Zelaya, que acusou Micheletti de "zombar" do povo hondurenho. "Ele continua zombando do povo ao manifestar que suspende plenamente o decreto, pois não restabeleceu as frequências de transmissão das opositoras Rádio Globo e Canal 36, e mantém na prisão 38 compositores zelayistas", disse.

## **Canto de Mercedes Sosa inspirou resistência à tirania (CUT Nacional) 07/10/09**

Escrito por Hora do Povo

Mercedes Sosa nasceu em 9 de julho de 1935, filha de uma família de camponeses pobres que trabalhavam na produção de cana-de-açúcar, em Tucuman, uma província do noroeste da Argentina. Aos 15 anos, estimulada por amigos, Mercedes ganhou um concurso da rádio em sua cidade natal, sob o pseudônimo de Gladys Osorio. Era o início de uma carreira vitoriosa e de sua luta incansável a favor dos perseguidos e discriminados do continente.

Chamada carinhosamente pelos argentinos de "La Negra" - por sua ascendência indígena -, ela incendiou os corações da juventude em todo o mundo com seu canto de resistência. Desde a tenra idade se ligou às tradições populares, tornando-se a principal porta-voz da música latino-americana. "Mi meta es cantar para la gente del pueblo", dizia. E o seu canto "para o povo" transformou-se num "terror" para as tiranias impostas ao cone sul.

Num show em 1977, no Rio de Janeiro, em plena ditadura, ela comoveu um auditório lotado na zona sul da cidade com seu vibrante repertório. Logo no início, "Hermano Dame Tu Mano", "Graças a La Vida", "Cancion de Amor a Mi Pátria". Um verdadeiro grito de guerra! Os tambores marcavam o ritmo da batalha. A platéia, uma mistura de argentinos, brasileiros e chilenos, não se fez de rogada: "Abaixo a ditadura!", "Viva a Argentina!", "Fora Pinochet", "Liberdade!", bradaram em uníssono. O canto de Mercedes mostrou ali toda sua força. Uniu a todos, independente da nacionalidade, na luta contra a prepotência dos regimes títeres dos EUA, implantados na América Latina.

Peronista desde a adolescência, Mercedes foi duramente perseguida pela ditadura argentina. Em 1979, após perder seu marido, foi presa juntamente com uma platéia de 200 estudantes enquanto cantava na cidade universitária de La Plata. Libertada, fruto da pressão internacional, foi obrigada a abandonar sua terra natal. Retornou à Argentina em 1982, quando a ditadura vivia seus últimos estertores.

Mantendo a coerência política manifestou um forte repúdio ao entreguista Carlos Menem, traidor do peronismo e dos argentinos. Depois da devastação neoliberal, empunhou sua voz na luta pela reconstrução do país. Apoiou a eleição do ex-presidente Néstor Kirchner e de sua sucessora, Cristina, atual presidente da Argentina. Era uma entusiasta da unidade da América Latina. "Eu não escolhi cantar para as pessoas. A vida me escolheu para cantar", afirmou ela, em entrevista recente para a TV. No Brasil seus principais parceiros foram Chico Buarque e Milton Nascimento.

Viveu até os 74 anos, 59 dos quais como artista. Produziu cerca de 50 álbuns, entre gravações de estúdio e shows ao vivo. Deixa um impressionante legado musical. Seu canto certamente servirá de pano de fundo para as reuniões da Unasul, a União das Nações da América do Sul, que ela tanto sonhou. Milhares de argentinos foram até o salão dos Passos Perdidos, no Congresso da Nação, no domingo para se despedirem de Mercedes. A cantora pediu para ser cremada e as cinzas espalhadas na cidade natal, Tucumán, em Mendoza e na capital Buenos Aires.

A presidente Cristina Kirchner decretou luto oficial pela morte da artista. O decreto da Casa Rosada diz que Mercedes "esteve sempre de mãos dadas com um forte compromisso social". O texto recorda que "esse compromisso social lhe causaria na década de 70 a perseguição da ditadura, a prisão e o exílio".

## **Feira Sustentável reúne agricultura familiar, pesca, economia solidária e energias renováveis (CUT Nacional) 07/10/09**

Escrito por Fetraf-Sul

Entre os dias 30 de outubro e 01 de novembro, ocorrerá em Florianópolis a Feira Sustentável 2009, um evento que vai reunir no mesmo lugar empreendimentos da Agricultura Familiar, Economia Solidária, Pesca e Energias Renováveis. Além da exposição e venda de produtos, a Feira terá uma programação de palestras e debates sobre os temas.

O evento ocorre no Centrosul e vai reunir agricultores familiares, assentados, organizações, movimentos sociais do campo, empreendimentos de economia solidária, consumidores, empresários, técnicos e pesquisadores, além de representantes dos órgãos públicos, autoridades e parlamentares do Estado de Santa Catarina. São 250 expositores, distribuídos em 150 estandes e feiras com cerca de 1000 participantes de todo o Estado, além de palestrantes e debatedores convidados para eventos paralelos de debates para mostrar como a produção, a comercialização e o consumo tem a ver com o desenvolvimento sustentável.

O evento é promovido por várias entidades, como o Ministério do Desenvolvimento Agrário, Incra, Epagri, Cepagro, Instituto Ideal, Instituto Primeiro Plano, Via Campesina, Fetraf-Sul, Fetaesc e Ministério de Pesca e Aquicultura, entre outros, e conta com patrocínio da Eletrosul, Tractebel, Itaipu e Banco do Brasil.

Uma extensa atividade cultural, com apresentações locais, regionais, estaduais e com shows nacionais faz parte da programação oficial que tem como objetivo a promoção de produtos e tecnologias relacionados à agricultura familiar, da economia solidária e energias renováveis, além de ser um espaço de valorização da cultura regional catarinense.

### **SOBRE OS SETORES**

**AGRICULTURA FAMILIAR** - A Agricultura Familiar desempenha um relevante papel socioeconômico no Brasil e em Santa Catarina. Além de produzir uma grande parte dos alimentos para os brasileiros, assegura a vida de milhares de famílias no campo. É economicamente viável, socialmente justa e integrada ao meio ambiente.

**REFORMA AGRÁRIA** - A reforma agrária é uma política pública do Governo Federal com o objetivo de criar oportunidades de emprego e renda no campo de forma sustentável. Pela democratização do acesso à terra, busca atender aos princípios de cidadania e justiça social, tendo sempre como meta a segurança alimentar, a qualidade de vida das famílias assentadas e o aumento da oferta de alimentos de qualidade para as cidades.

Para alcançar a missão de realizar a reforma agrária, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), após o assentamento definitivo das famílias, desenvolve uma série de programas e ações que proporcionam aos beneficiários todas as condições para a permanência no campo, garantindo o seu desenvolvimento econômico e social, com a preservação dos recursos naturais renováveis.

Em Santa Catarina, o Incra implantou e desenvolve 140 projetos de assentamento, ampliando a oferta de emprego e renda para 5.588 famílias.

O Incra efetua ainda a regularização de territórios quilombolas, corrigindo injustiças históricas, e desenvolve um amplo programa de licenciamento ambiental e de educação ambiental em todos os Projetos de Assentamento implantados. Essas são apenas algumas das ações realizadas pelo Incra.

**ECONOMIA SOLIDÁRIA** - Economia Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar ninguém, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. É uma prática regida pelos valores de autogestão, democracia, cooperação, solidariedade, respeito à natureza, promoção da dignidade e valorização do trabalho humano, tendo em vista um projeto de desenvolvimento sustentável global e coletivo.

Existem milhares de empreendimentos em todo o país, produzindo, vendendo, comprando solidariamente, gerando trabalho e renda. Em Santa Catarina existe o Fórum Catarinense de Economia Solidária, principal espaço de discussão, debate e proposição de políticas públicas no estado. Existem ainda os Fóruns das regiões de Florianópolis, Vale do Itajaí, Planalto Norte e Meio Oeste, Norte Catarinense, da Região Serrana, do Oeste e do Extremo Oeste.

**ENERGIAS RENOVÁVEIS** - Na área de Energias Renováveis serão apresentadas soluções tecnológicas e possibilidades de implantação de equipamentos em residências e estabelecimentos comerciais. O Brasil tem a matriz energética mais limpa do mundo sendo que 46% da energia necessária ao desenvolvimento advêm de fontes renováveis. No restante do mundo, esse número é de apenas 13%. Essa situação coloca o Brasil em uma posição especial para o futuro das novas gerações, permitindo combinar o crescimento econômico, com proteção ambiental e o desenvolvimento social.

**PESCA E AQUICULTURA** - A mudança de Secretaria para Ministério da Pesca e Aquicultura, no dia 29 de junho de 2009, consolidou avanços importantes para toda a cadeia produtiva de pesca e aquicultura brasileiras. Agora, o país possui a nova Lei da Pesca e o Ministério tem mais autonomia, mais poder de decisão e mais recursos para investir em projetos e convênios que já trazem resultados animadores.

Atualmente, o produtor participa, recebe cursos para desenvolver a profissão, usa produtos específicos para fazer a feira ficar melhor e mais convidativa ao cliente, cria peixes em cativeiro nas águas públicas, de represas e reservatórios, ganha fábricas de gelo e caminhões frigoríficos para conservar o pescado.

A produção atual é de um milhão de toneladas de pescado por ano, mas vai crescer. O consumo de peixes dentro e fora do país será atendido. As águas são abundantes, o clima é favorável e as espécies são nobres. Diretrizes foram criadas para estimular toda a cadeia produtiva da pesca e aquicultura e a prioridade é a inclusão social, a sustentabilidade da produção e o combate ao falso pescador. Os desafios são ousados, por isso o plano Mais Pesca e Aquicultura pode gerar 5 milhões de empregos até 2011, aumentar o consumo, a renda e a formalização dos pescadores.

## **Estudo mostra que diferença de renda entre mulheres e homens no campo diminuiu (CUT Nacional) 07/10/09**

Escrito por Agência Brasil

A diferença entre a renda das mulheres e dos homens no campo caiu a partir de 2004, mas a desigualdade entre os dois gêneros permanece, tanto no que se refere ao valor do rendimento, quanto à jornada de trabalho, entre outros fatores.

A conclusão é do estudo Estatísticas Rurais e a Economia Feminista: Um olhar Sobre o Trabalho das Mulheres, produzido pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (Nead) do Ministério do Desenvolvimento Agrário. A publicação será divulgada durante a 6ª Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Brasil Rural Contemporâneo), que será aberta nesta quarta-feira (7) na Marina da Glória, no Rio.

O livro reúne artigos com análises baseadas nas pesquisas nacionais por Amostra de Domicílio (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizadas desde 1990.

A economista Hildete Pereira de Melo, coordenadora da área de Projetos de Educação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, autora de um dos artigos, disse à Agência Brasil que em 2006, a renda média mensal dos homens na agricultura foi de R\$ 496,59 e para as mulheres, de R\$ 338,32. Os valores foram corrigidos pelo Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI), da Fundação Getulio Vargas.

O dado mostra que houve uma melhoria da renda para as mulheres no campo. Em 1993, os 20% das mulheres que trabalhavam no campo tinham um rendimento médio mensal de R\$ 318,37, enquanto os homens ganhavam R\$ 636,99. "A diferença atualmente entre a renda das mulheres e a dos homens é menor do que foi no passado", constatou Hildete Pereira, que é também professora da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Na avaliação da economista, a melhoria da renda das mulheres na agropecuária brasileira está relacionada ao aumento do crédito rural, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e pela expansão da venda de alimentos para o consumo.

Ela sugeriu que o próximo censo do IBGE ou a Pnad inclua a categoria do trabalhador/trabalhadora familiar, para que os dados possam ser mais aprofundados. Disse que os avanços experimentados na luta pela posse da terra no Brasil não foram ainda suficientes para que as mulheres do campo se conscientizem de que, ao sair de casa para cuidar da horta ou do galinheiro, por exemplo, estão fazendo um trabalho econômico.

"Porque dali vai sair galinha para vender, como vão sair da horta alface e beterraba para ela consumir, mas também para vender". Na análise da especialista, essa é uma das razões por que as mulheres declaram uma jornada de trabalho tão inferior à dos homens na área rural. Se de um lado os homens declaram, em 2006, uma jornada média semanal de 39 horas de trabalho, para as mulheres a carga declarada é de apenas 21,7 horas.

"Esse é um argumento que a teoria econômica dá: você ganha menos porque trabalha menos. O problema é que não é exatamente o que acontece". Segundo Hildete, isso é fruto do desentendimento do que é sair para trabalhar e o que é o trabalho para casa. Em 1993, as mulheres declaravam uma jornada de 24 horas semanais e os homens de 42 horas.

Ela observou que 1 milhão de mulheres no campo declaram ter renda, ante 8,372 milhões de homens. "Você ainda tem um contingente enorme de mulheres rurais - e isso para mim é um drama - que declara que não tem rendimento, que trabalha no campo sem rendimento. E você tem um peso muito grande do trabalho para o autoconsumo. Essa carga rural ainda é muito pesada", declarou.

Mais de 70% das mulheres que estão no campo e são trabalhadoras rurais dizem que não têm renda ou que trabalham para o autoconsumo. Em 2006, 80% das mulheres no campo disseram ter rendimento zero. Para os homens, essa parcela foi de 26,7%. Por outro lado, 26% dos homens declaram receber entre 0,5 salário e um salário mínimo/mês, ante 6% da faixa de 20% das mulheres que declaram renda.

Em termos de escolaridade, as trabalhadoras rurais apresentam também menos anos de estudo do que os homens. Isso reflete as dificuldades de escolas na zona agrícola e o fato de as mulheres casarem mais cedo no campo e terem filhos ainda muito novas, disse a economista.

O livro se refere à economia feminista na área rural, e não feminina, porque pretende lançar sobre as trabalhadoras do campo um "olhar engajado", buscando "desvendar as mulheres que, normalmente, as estatísticas econômicas podem esquecer", disse Hildete Pereira. O lançamento da obra ocorrerá no próximo dia 11, integrando os Diálogos sobre o Brasil Rural, no estande do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

## **Assembleia Legislativa do RS convoca Conferência Estadual de Comunicação (CUT Nacional) 07/10/09**

Escrito por Stela Pastore e Guilherme Rocha

A Conferência Estadual de Comunicação será realizada nos dias 3 e 4 de novembro, no Teatro Dante Barone da Assembleia Legislativa. Em reunião ordinária na manhã de terça-feira, 06, a Mesa Diretora do Parlamento gaúcho, presidida pelo deputado Ivar Pavan (PT), aprovou resolução que confirma a data, local, horário e integrantes da Comissão Organizadora.

Na Conferência, serão indicados os delegados - pertencentes ao poder público, setor empresarial e movimentos sociais da categoria - e as teses que representarão o estado na Conferência Nacional de Comunicação, que ocorrerá entre os dias 1 e 3 de dezembro, em Brasília.

"A conferência será o primeiro grande debate público sobre o tema no Brasil", observa o superintendente de Comunicação Social e Relações Institucionais da Assembleia Legislativa, Celso Schröder.

O Rio Grande do Sul é um dos três estados nos quais o evento foi convocado pelo Poder Legislativo, que é encarregado do assunto caso o Executivo não se manifeste dentro do prazo previsto.

## **Nesta quinta (8): caravana em defesa do SUS ocupa Alesp (CUT SP) 07/10/09**

Luiz Carvalho

A partir das 09h desta quinta-feira (8), representantes dos movimentos sociais e usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) se reunirão na Assembléia Legislativa de São Paulo para discutir a saúde pública no Estado.

O debate acontecerá no auditório Franco Montoro e marcará o encerramento da Caravana em Defesa do SUS e a 1.<sup>a</sup> Conferência Mundial Sobre o Desenvolvimento de Sistemas Universais de Saúde e Seguridade Social, que está programada para ocorrer no primeiro trimestre do ano que vem em diversos países.

Representante da CUT no Conselho Nacional de Saúde e coordenador de plenária do Conselho de Saúde no Estado de São Paulo, Arnaldo Marcolino, explica a importância de valorizar o Sistema Único de Saúde como patrimônio social, cultural e imaterial da humanidade.

“Vários países procuram o Brasil para tenta implantar um modelo semelhante. O SUS é o único projeto político no mundo que visa a integração com a sociedade e fala de intersetorialidade e transversalidade, ou seja, define que uma política pública de saúde deve trabalhar ao lado de outros setores como trabalho, meio-ambiente e cultura para ser implementada em sua integralidade”, aponta.

Caravanas destacam problema de gestão

As Caravanas em Defesa do SUS, que percorreram diversos municípios paulistas, buscaram identificar as dificuldades enfrentadas pela população no atendimento dos serviços públicos de saúde.

De acordo com Marcolino, o principal problema detectado na maior parte dos lugares foi o desrespeito de alguns governos aos princípios da universalidade (garantia de atendimento a todos os cidadãos), equidade (garantia de que todo cidadão é igual perante o sistema) e integralidade (atendimento integral para promover e recuperar saúde) garantidos pelo sistema. “A terceirização e quarteirização da gestão por meio de OSs (Organizações Sociais) e OCIPs (Organização Social Civil de Interesse Público), como ocorre no governo José Serra, é uma forma de desviar os recursos públicos para a iniciativa privada para que cumpram a obrigação que cabe ao poder público”

No início de setembro deste ano, os parlamentares da base de apoio de Serra aprovaram o Projeto de Lei Complementar (PLC) 62/2008, que permite a expansão da privatização dos hospitais e laboratórios ao autorizar a atuação das OSs em toda a rede pública de saúde.

As Organizações Sociais são empresas privadas contratadas sem licitação graças a uma suposta notória competência para exercerem a responsabilidade que caberia ao Estado. Para isso recebem 10% do total do orçamento que é enviado à unidade hospitalar como pagamento pelo gerenciamento, além de todo o valor referente ao custo de manutenção, incluindo todos os funcionários e a estrutura física do local.

Descontrole social

Benedito Augusto de Oliveira, o Benão, presidente do Sindsaúde, cita ainda outro alvo dos ataques ao Sistema Único de Saúde. “O SUS representa um grande avanço ao garantir o controle social por meio de conselhos.”

Com as OSs, o Estado acaba com essa ferramenta e manuseia a verba da saúde sem participação da sociedade civil.

O resultado certamente será o sucateamento dos serviços públicos, como ocorre na cidade de São Paulo. Nos últimos meses, o prefeito Gilberto Kassab determinou o corte na varrição e coleta do lixo e nas refeições oferecidas aos alunos das creches municipais. Ele apenas recuou após o impacto negativo que as medidas causaram.

Enquanto isso, a verba para publicidade aumentou de R\$ 35 milhões para R\$ 80 milhões, escancarando as prioridades da dupla Serra/Kassab.

# **Conferência Paulista de Comunicação terá apenas verba federal (CUT SP)**

## **07/10/09**

Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo

A Comissão Organizadora da Conferência Paulista de Comunicação terá de trabalhar apenas com a parte da verba federal para organizar a etapa estadual da 1ª Confecom (Conferência Nacional de Comunicação), entre 30/10 e 1/11. A informação é da Apijor.

O motivo é que o governo Serra, demonstrando descaso (assim como o empresariado, como se verá mais abaixo), não convocou a etapa estadual da Conferência e a tarefa ficou com a Assembleia Legislativa. Porém, como justifica o presidente da Comissão Organizadora, deputado Edmir Chedid (DEM), o evento não está no orçamento da Assembléia, porque a Casa só foi procurada em 16/9 e não há tempo para suplementação de verba.

Mas os trabalhos continuam. No dia 5/10 foram definidos os 39 membros da Comissão Organizadora da etapa paulista (sociedade civil não empresarial, o empresariado e o poder público). Também foram formados grupos de trabalho com dois representantes de cada segmento: Infraestrutura e Logística; Metodologia e Sistematização; Divulgação.

Quase 30 entidades e comissões regionais participam da composição da Comissão Organizadora, entre titulares e suplentes. O empresariado não preencheu a terça parte das vagas a ele destinadas e, por isso, há apenas nove representantes do setor. Assim, a sociedade civil não empresarial e os movimentos sociais ganharam mais duas vagas cada um, somando 15 em cada caso. Do Sindicato dos Jornalistas estão na composição o presidente, José Augusto de Camargo; Lílian Parise, do conselho de diretores do Sindicato e da Central Única dos Trabalhadores - CUT/SP; Márcia Regina Quintanilha, diretora de Sindicalização; e Agildo Nogueira Junior, diretor de base de Campinas. Confira a íntegra do documento, com os nomes representantes do poder público, da sociedade civil e dos empresários

ATO DA MESA Nº \_\_\_\_\_, DE 2009

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, tendo em vista a convocação da Conferência Estadual de São Paulo, a ser realizada entre os dias 30 de outubro e 1º de novembro de 2009, destinada à indicação dos delegados paulistas à 1ª CONFECOM - Conferência Nacional de Comunicação, nos termos do decreto do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, datado de 16 de abril de 2009, DECIDE:

Artigo 1º - Constituir a Comissão Organizadora da Conferência Estadual de São Paulo, composta por 39 (trinta e nove) membros, representantes do Poder Público, das organizações da sociedade civil e do setor empresarial.

Art. 2º Designar, para compor a Comissão Organizadora da Conferência Estadual de São Paulo, os seguintes representantes indicados tendo em vista o Ato da Mesa n.º 26, de 25 de setembro de 2009:

I – Poder Público:

- a) Titular: Edmir José Abi Chedid - Comissão de Transportes e Comunicações  
Suplente: Said Mourad - PSC
- b) Titular: José Zico Prado - Comissão de Transportes e Comunicações  
Suplente: Pedro Antonio Bigardi - PC do B
- c) Titular: Carmen Valio - Assembléia Legislativa de SP  
Suplente: Ricardo de Oliveira - Assembléia Legislativa de SP
- d) Titular: Lincoln Pereira Xavier - Assembléia Legislativa de SP  
Suplente: Anselmo Batista de Oliveira - Assembléia Legislativa de SP
- e) Titular: Angela Cristina Leite Vieira - Secretaria de Comunicação do Estado  
Suplente:
- f) Titular: Regina dos Anjos Fazioli - Secretaria de Comunicação do Estado  
Suplente:
- g) Titular: Sandra Hirashiki - Secretaria de Comunicação do Estado  
Suplente:
- h) Titular: Maurício Montané Comin - Prefeitura de São Paulo  
Suplente:
- i) Titular: Antonio Mentor - Comissão de Transportes e Comunicações  
Suplente: Raul Marcelo - PSOL
- j) Titular: Campos Machado - Comissão de Transportes e Comunicações  
Suplente: Antonio Salim Curiati - PP
- k) Titular: Celso Giglio - Comissão de Transportes e Comunicações

Suplente: Reinaldo Alguz - PV

l) Titular: João Carlos Caraméz - Comissão de Transportes e Comunicações

Suplente: Luciano Batista - PSB

m) Titular: Orlando Morando - Comissão de Transportes e Comunicações

Suplente: Baleia Rossi - PMDB

n) Titular: Roberto Moraes - Comissão de Transportes e Comunicações

Suplente: Otoniel Lima - PRB

o) Titular: Rogério Nogueira - Comissão de Transportes e Comunicações

Suplente: Patrícia Lima - PR

II – Sociedade Civil:

a) Titular: Terezinha Vicente Ferreira - Articulação Mulher & Mídia

Suplente: Rachel Moreno - Campanha pela Ética na TV

b) Titular: Jerry Alexandre de Oliveira - Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária - ABRACO

Suplente: Altamiro Borges - Fórum de Mídia Livre

c) Titular: Sandra Maria Mariano da Silva - Coordenação Nacional de Entidades Negras - CONEN

Suplente: Rosângela Malachias - Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT

d) Titular: Sueli Schiavo - Conselho Regional de Psicologia - CRP/SP

Suplente: Mila Freitas Lourenço Sanches Molina - Associação Artigo 19 Brasil

e) Titular: Caio Rubens Zinet - Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social - ENECOS

Suplente: Bruno de Tarcis Silva - União Estadual dos Estudantes de São Paulo - UEE-SP

f) Titular: Beatriz Costa Barbosa - Interozoes Coletivo Brasil de Comunicação Social

Suplente: Mirta Maria Gonzaga Fernandes - Associação Cidadania e Saúde

g) Titular: Maria de Lourdes Alves Rodrigues - Liga Brasileira e Lésbicas - LBL

Suplente: Cláudio Cezar Xavier - Associação da Parada LGBT

h) Titular: Marco Antonio Ribeiro - Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão no Estado de São Paulo - RADIALISTAS-SP

Suplente: Lilian Cristina Ribeiro Romão - Projeto Revista Viração

i) Titular: José Augusto Camargo - Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo

Suplente: Pedro Estevam da Rocha Pomar - Coletivo Sindicato é Pra Lutar!

j) Titular: Lílian Parise - Central Única dos Trabalhadores - CUT/SP

Suplente: Rafael Gomes de Jesus - Circuito Universitário de Cultura e Arte – CUCA/UNE

k) Titular: Mariana Felipe de Oliveira - Comissão Regional Pró-Conferência da Baixada Santista

Suplente: Fernando Luis dos Santos Zar - Comissão Pró-Conferência de Araçatuba

l) Titular: Luiz Marcos Ferreira Junior - Comissão Regional Pró-Conferência de Bauru

Suplente: Anselmo Pires da Silva Neto - Comissão Pró-Conferência de Guarulhos

m) Titular: Márcia Regina Quintanilha - Comissão Regional Pró-Conferência de Campinas Suplente: Agildo Nogueira Junior - Comissão Regional Pró-Conferência de Campinas

n) Titular: Cristiane Alves da Silva - Comissão Pró-Conferência de Osasco

Suplente: João José de Oliveira Negrão - Comissão Regional Pró-Conferência de Sorocaba

o) Titular: Raquel Quintino - Comissão Regional Pró-Conferência do ABC

Suplente: Fernando Rodrigues Nunes - Comissão Regional Pró-Conferência do Vale do Paraíba

III – Sociedade Civil Empresarial:

a) ABPITV - Associação Brasileira de Produtoras Independentes de televisão

Titular: Luiz Alberto Carregosa César

Suplente: Wagner Orlandi

b) ADJORISP - Associação dos Jornais do Interior do Estado de São Paulo

Titular: Carlos Alberto Buzano Balladas

Suplente: Paulo Alberti da Silva Filho

c) APP - Associação dos Profissionais de Propaganda

Titular: André Guilherme Marques Porto Alegre

Suplente: Luiz Antonio Fiorito Neto

d) CARTA MAIOR Publicações, Promoções e Produções Ltda.

Titular: Joaquim Ernesto Palhares

Suplente: Márcio Mello Casado

e) CIVES - Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania

Titular: Sérgio Miletto

Suplente: Michel Haradon

f) Editora MANIFESTO S/A

Titular: José Carlos Ruy

Suplente: Armando Sartori

g) Editora CASA AMARELA

Titular: Wagner Márcio Piazentin Nabuco de Araújo

Suplente: Hamilton Otávio de Souza

h) Fórum MÍDIA LIVRE

Titular: Renato Rovai Júnior

Suplente: Marco Antonio Piva

i) TELEBRASIL - Associação Brasileira de Telecomunicações

Titular: Marcos Augusto Mesquita Coelho

Suplente: Victor Olszenski

Art. 2º A Comissão Organizadora será presidida pelo Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Transportes e Comunicações, respectivamente, deputados estaduais: Edmir Chedid e José Zico Prado.

Art. 3º A participação na Comissão Organizadora não ensejará remuneração de qualquer espécie e será considerada serviço público relevante, considerando o artigo 6º da Portaria n.º 185, de 20 de abril de 2009, do Ministério das Comunicações.

Art. 4º Fica estabelecida a data de 05 de outubro de 2009 para a reunião inaugural da Comissão Organizadora da Conferência Estadual de São Paulo, a ser realizada às 13 e 30 horas, no Auditório Teotônio Vilela, localizado à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, Avenida Pedro Álvares Cabral, 201 – Ibirapuera, com a presença dos representantes titulares e suplentes designados neste Ato.

Art. 5º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Assembleia Legislativa, em 02 de outubro de 2009.

BARROS MUNHOZ

Presidente

CARLINHOS ALMEIDA

1º Secretário

ALDO DEMARCHI

2º Secretário

## **Creches são direito constitucional, destaca ex-secretária de Educação (CUT SP) 07/10/09**

Luiz Carvalho

Na manhã dessa terça-feira (06), durante encontro do coletivo de mulheres da CUT/SP, na sede da Central, a Secretaria Estadual Sobre a Mulher Trabalhadora promoveu um debate sobre o direito da criança à creche e o dever do Estado de oferecer educação infantil de qualidade.

O evento contou com a participação da ex-secretária de Educação da cidade de São Paulo durante a gestão de Marta Suplicy, Cida Perez.

Cida destacou ainda que a simples existência de vagas nas creches não resolve os problemas da população. “Não podemos transformar esses locais em depósitos para crianças. Tem que haver qualificação para os profissionais que trabalham e por isso precisamos de políticas públicas adequadas”.

Uma questão de educação

A ex-secretária apontou que as creches devem ser tratadas como direito da criança. “Como precisavam da mulher no mercado de trabalho, tiveram que criar condições para os filhos e a creche era vista como um direito da trabalhadora e uma questão de assistência social. Somente após a Constituição de 1988, foi incorporada a um capítulo que trata de educação e passou a ser um direito da criança e um dever do Estado”, lembrou.

Cida apontou que somente após a criação do Fundeb (Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), em 2007, pelo governo federal, e a regulamentação dos recursos destinados ao ensino infantil, a creche passou a ser vista como fundamental no processo de educar paralelo ao cuidar. “A partir daí, a educação infantil passa a ser vista como a primeira etapa da educação básica”.

Para ela, é preciso que o governo estimule a formação por meio do amparo, inclusive financeiro, e não deixando para os professores encontrarem individualmente uma saída. “No Estado de São Paulo, a política de bônus é desastrosa porque estimula uma ação individual, enquanto a escola é o resultado de um esforço coletivo”, criticou.

O sucateamento das creches em São Paulo

Cida Perez avaliou que as passagens do atual governador paulista, José Serra, pela prefeitura foi desastrosa e que Gilberto Kassab dá continuidade à política de privatização e precarização do ensino infantil.

Em setembro deste ano, Kassab baixou uma portaria em que transferia 48 mil crianças de até três anos das creches municipais para EMEIs (Escolas Municipais de Educação Infantil), prejudicando o aprendizado.

No mesmo mês, o prefeito acenou com um projeto de retirar uma das refeições oferecidas às crianças. Recuou após o impacto negativo da medida.

Apesar dos valores disponibilizados pelo Fundeb terem dobrado o espaço disponível para as crianças nas creches em São Paulo, houve um decréscimo de 7% na criação de vagas. A resposta para a equação está no custo.

“Para mostrar que prestou atendimento e receber os recursos do Fundeb, o governo paulistano matricula crianças na primeira série, mesmo que tenham idade para freqüentar creche. Porque aí o número de alunos por professor é maior. É a lei de custo e benefício que o governo de Serra adota e que Kassab mantém”.

“O Serra e o Kassab pararam de investir na rede própria da cidade e apenas estabelecem convênios, gerando déficit de vagas em determinadas regiões. O número de conveniadas que era de 204 passou para 309, enquanto as creches diretas, da prefeitura, subiram de 326 para apenas 357”, acrescenta.

Não bastasse tudo isso, como as unidades conveniadas não são fiscalizadas, muitas vezes dispõem de estrutura inadequada. “Diversas escolas não oferecem sequer espaço para recreação e as crianças ficam trancadas do dia todo em uma sala”.

Para piorar, em muitas as vagas são apenas para filhos e filhas de mulheres empregadas, invertendo a lógica determinada na Constituição e transferindo o direito da criança para a mãe.

Secretária Sobre a Mulher Trabalhadora da CUT/SP, Sônia Auxiliadora Silva, encerrou o encontro lembrando que desde 1986, quando definiu em seu 2.º Congresso Nacional o direito à creche como prioridade, a Central luta para que a educação infantil seja respeitada. “Devemos participar mais dos conselhos de escolas e conselhos municipais da educação para discutir essa questão sob a ótica dos trabalhadores e dos filhos dos trabalhadores”, definiu.

SITES PESQUISADOS
 www.folha.com.br







O Clipping é um levantamento diário da Área de Comunicação do Sinergia CUT sobre as principais notícias publicadas e relacionadas ao mundo sindical e ao setor energético de SP.

**Informações e Sugestões:**  
[imprensa@sinergiaspcut.org.br](mailto:imprensa@sinergiaspcut.org.br)

**Área de Comunicação SINERGIA CUT**  
Diretor de Comunicação: Claudinei Ceccato - Coordenação: Lillian Parise  
[www.sinergiaspcut.org.br](http://www.sinergiaspcut.org.br)  
Elaboração: Ana Claudia de Siqueira

**SINERGIA SINERGIA SINERGIA SINERGIA**

Sindicato dos Trabalhadores Empregados do Estado de São Paulo